

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP) “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Wellington Anselmo Martins

**A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DE MINORIAS SOCIAIS NA MÍDIA DE MASSA:
AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO**

BAURU/SP
2017

Wellington Anselmo Martins

**A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DE MINORIAS SOCIAIS NA MÍDIA DE MASSA:
AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Professor Doutor Maximiliano Martin Vicente.

BAURU/SP
2017

Martins, Wellington Anselmo.

A representação discursiva de minorias sociais na mídia de massa : as pessoas com deficiência no jornal Folha de S.Paulo / Wellington Anselmo Martins, 2017
117 f.

Orientador: Maximiliano Martin Vicente.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2017

1. Minorias sociais. 2. Escola de Frankfurt. 3. Semiologia. 4. Folha de S.Paulo. Direitos Humanos. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE WELLINGTON ANSELMO MARTINS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2017, às 09:30 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Adj. MURILO CESAR SOARES do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof^a. Dr^a. CRISTINA GONZÁLEZ OÑATE do(a) Departamento de Ciências de La Comunicación / Universitat Jaume I, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de WELLINGTON ANSELMO MARTINS, intitulada **A representação discursiva de minorias sociais na mídia de massa: as pessoas com deficiência no Jornal Folha de S.Paulo**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Prof. Adj. MURILO CESAR SOARES

Prof^a. Dr^a. CRISTINA GONZÁLEZ OÑATE

À minha mãe, minha principal referência de vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus que, até aqui, conjugou o acaso, a sorte e o destino, não sem alguma dor, a meu favor.

À minha mãe, pela casa e pelo coração.

Aos amigos, por todo sorriso, conversa fiada e, principalmente, as mãos dadas.

Ao professor orientador, pela experiência compartilhada comigo.

À Unesp, por existir e me permitir fazer parte da família.

À Capes, pelo incentivo e investimento financeiros.

*Eu tenho um sonho, que um dia, os filhos dos descendentes de escravos
e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão
se sentar juntos à mesa da fraternidade.*

Rev. Martin Luther King

MARTINS, Wellington Anselmo. **A Representação Discursiva de Minorias Sociais na Mídia de Massa: As pessoas com deficiência no jornal Folha de S.Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado acadêmico em Comunicação), pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Unesp. Bauru/SP, 2017.

RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação é a representação das pessoas com deficiência no jornal brasileiro Folha de S.Paulo, em sua versão impressa. A fundamentação teórica se dá a partir da Escola de Frankfurt, segundo Jürgen Habermas, e da semiologia de Roland Barthes. Também a principiologia dos Direitos Humanos é empregada nesta pesquisa. Metodologicamente, pautado na análise de conteúdo, delimitam-se para estudo as publicações feitas entre janeiro de 2015 e dezembro de 2015. O problema inicial de pesquisa é resumido na seguinte questão: “Como é a representação midiática, na Folha de S.Paulo, sobre as pessoas com deficiência na atualidade?” A hipótese inicial é de que tal representação ainda se mostra insatisfatória em três aspectos básicos: terminológicos, políticos e individuais. Tal hipótese é confirmada pelos resultados desta pesquisa, pois a parte estudada da grande mídia atual cede um espaço raro e insuficiente para as pessoas com deficiência (aspectos políticos), continua empregando termos inadequados para se referir a elas (aspectos terminológicos) e, em algumas situações específicas, que servem de contraponto nesta discussão, como no caso do astrofísico britânico Stephen Hawking, que tem deficiência física, os textos da mídia de massa estudada criam um discurso deformado e mitificador (aspectos pessoais).

PALAVRAS-CHAVE: Minorias sociais. Escola de Frankfurt. Semiologia. Folha de S.Paulo. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The object of study of this dissertation is the representation of people with disabilities in the Brazilian newspaper Folha de S.Paulo, in its printed version. The theoretical basis is from the Frankfurt School, according to Jürgen Habermas, and the semiology of Roland Barthes. Also the principles of Human Rights are used in this research. Methodologically, based on content analysis, the publications made between January 2015 and December 2015 are delimited for study. The initial problem of research is summarized in the following question: "How is the media representation, in Folha de S. Paulo, about people with disabilities today?" The initial hypothesis is that such representation is still unsatisfactory in three basic aspects: terminological, political and individual. This hypothesis is confirmed by the results of this research, since the studied part of the current mass media gives a rare and insufficient space for people with disabilities (political aspects), continues to use terms that are not appropriate to refer to them (terminological aspects) and, in some specific situations, which serve as a counterpoint to this discussion, as in the case of the physicist Stephen Hawking, the mass media texts creates a deformed and mystifying discourse (personal aspects).

KEY-WORDS: Social minorities. School of Frankfurt. Semiology. Folha de S.Paulo. Human rights.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Terminologia histórica sobre pessoas com deficiência.....	29
Quadro 2: Tópicos metodológicos sobre AC.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Uso de termos arcaicos na Folha de S.Paulo.....	87
Tabela 2: Frequência, na Folha de S.Paulo, de algumas minorias no ano de 2015.....	92
Tabela 3: Emprego do termo “portador”, na Folha, no ano de 2015.....	93
Tabela 4: Referências, na Folha, sobre pessoas com deficiência, em 2015.....	93
Tabela 5: Citações dos termos “Paraolímpico” e “Olímpico”, na Folha, em 2015.....	95
Tabela 6: A representação de Stephen Hawking na Folha.....	96

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Direitos Humanos e minorias sociais.....	19
3. Fundamentação teórica.....	38
3.1 Escola de Frankfurt. Habermas: esfera pública.....	42
3.2 Semiologia. Barthes: mitificação.....	58
4. Metodologia e Análise.....	75
4.1 Análise de conteúdo.....	75
4.2 Análise dos dados levantados.....	86
4.2.1 Pessoa com deficiência na Folha de São Paulo.....	86
4.2.2 Um contraponto: mitificação de Stephen Hawking.....	95
5. Considerações Finais.....	107
6. Referências.....	111

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a representação midiática de uma minoria social, as pessoas com deficiência, a partir das publicações veiculadas pela grande mídia sendo que se delimita, para estudo, o jornal Folha de S.Paulo, em sua versão impressa, concretamente o ano de 2015, de primeiro de janeiro até o dia trinta e um de dezembro.

Para a seleção e análise dos textos a serem estudados, do ano de 2015 conforme se justifica abaixo, especifica-se aqueles que empregaram alguns termos determinados por serem os quantitativamente mais usados, como “pessoa com deficiência”, “deficiente” e “portador de deficiência”. Além dessas palavras mais usadas, também se levou em consideração publicações que empregassem alguns termos pejorativos ou arcaicos como: “aleijado”, “retardado” e “defeituoso”. E, enfim, as expressões “Lei Brasileira de Inclusão”, “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, “Jogos Parapan-americanos” e o nome “Stephen Hawking” também foram levantados, pois estão diretamente relacionados ao objeto desta pesquisa: a pessoa com deficiência no jornal Folha de S.Paulo.

A análise de conteúdo, método empregado para esse levantamento e crítica dos dados jornalísticos selecionados, se mostra um procedimento pertinente para identificar como a Folha de S.Paulo abordou o tema estudado.

A escolha do ano de 2015 se deu por dois motivos. Primeiro, pela sua atualidade: objetivou-se o levantamento de dados que dialoguem com a realidade brasileira atual. Segundo, em razão do apelo jornalístico que houve acerca das pessoas com deficiência nesse ano: publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), os jogos Parapan-americanos de Toronto, Canadá, e o lançamento da cinebiografia do astrofísico britânico Stephen Hawking, “A Teoria de Tudo”, vencedora do Oscar de melhor ator.

O objetivo geral dessa dissertação, então, é analisar a representação ou discurso midiático, ora excludente, ora mitificador, feito pela Folha de S.Paulo sobre as pessoas com deficiência. E os objetivos específicos são quatro: 1) definir o conceito jurídico de pessoa com deficiência, de modo a promover a linguagem inclusiva; 2) apresentar o conceito habermasiano de “esfera pública”, a fim de criticar o pouco espaço de representação cedido pelo jornal Folha de S.Paulo para as pessoas com deficiência; 3) conceituar “mito” segundo a semiologia de Roland Barthes, para expor o contraponto discursivo encontrado, a mitificação de uma pessoa com deficiência, o cientista Stephen Hawking ; 4) levantar todos os dados do jornal Folha de S.Paulo tratando das pessoas com deficiência, na versão

impressa do ano de 2015, e analisá-los criticamente, a partir da base teórica e, também, a partir do manual oficial de redação desse jornal.

Ou seja, a fundamentação teórica desta pesquisa procura fazer um estudo ao mesmo tempo teórico e prático, em três momentos principais, conforme se explica a seguir.

O primeiro momento, de modo geral mais abstrato, é onde se trata de aspectos terminológicos e jurídicos. O *leitmotiv* dessa etapa é a linguagem inclusiva e os Direitos Humanos. Por isso, a pessoa com deficiência é definida segundo o Direito vigente enquanto procura-se, concomitantemente, estudar quais termos são mais ou menos adequados para se referir às pessoas com deficiência. Ao encontro dessa sustentação teórica, apresentam-se dados empíricos do jornal Folha de S.Paulo, a fim de estudar termos empregados pelos comunicadores deste jornal quando escrevem sobre as pessoas com deficiência.

Na segunda etapa, trata-se de aspectos políticos e sociológicos. O fio condutor desse momento é o estudo das minorias sociais, segundo a visão de um teórico frankfurtiano: Jürgen Habermas. Tal autor é empregado nesse contexto, com sua noção de esfera pública, para respaldar o lugar das minorias sociais, como é o caso das pessoas com deficiência, no debate público e, mais especificamente, na mídia de massa. Posteriormente, dados atuais do jornal Folha de S.Paulo são apresentados com a finalidade de expor qual espaço de participação é dado às pessoas com deficiência e quanto de sua voz e de suas necessidades sociais são ouvidas e promovidas por esse jornal.

Na terceira etapa se estuda um contraponto específico. É onde se trata de aspectos individuais da representação midiática de pessoas com deficiência, pois, enquanto de modo geral as pessoas com deficiência são atingidas por uma baixa e excludente representação, há um indivíduo especificamente que recebe um discurso oposto, celebrizador. Ou seja, esse terceiro momento é conduzido pelo estudo da mitificação feita sobre Stephen Hawking, que é uma pessoa com deficiência física. Para isso é que a semiologia crítica de Roland Barthes, prioritariamente a sua noção de mito, é empregada. E os dados levantados no jornal Folha de S.Paulo são expostos posteriormente, em capítulo próprio de análise, para demonstrar o discurso idealizado e deformador com que, determinadas vezes, a grande mídia romantiza algumas pessoas com deficiência.

Ou seja, resumidamente, seguindo essa orientação metodológica e teórica se estuda, nesta dissertação de mestrado, a representação midiática das pessoas com deficiência no jornal Folha de S.Paulo.

E uma vez que há essa grande mídia delimitada para estudo, a Folha, então é apresentado a seguir um introdutório histórico com algumas de suas características principais. Sendo que, para tanto, são utilizadas preferencialmente as informações dadas

pelo próprio jornal, em seu site. Mas tal opção pela versão institucional não implica ignorar críticas já realizadas por estudiosos que questionam essa versão oficial aqui apresentada.

Em seu site, no item denominado “Sobre a Folha”, na área institucional, o jornal Folha de S.Paulo apresenta-se como uma empresa cuja missão é:

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania.

Assim, vê-se o compromisso que a Folha afirma manter com a democracia no Brasil. Ainda que o próprio jornal publique que, historicamente, “apoiou o golpe militar de 1964” e que “apoiou editorialmente a ditadura, limitando-se a veicular críticas raras e pontuais” durante os anos de chumbo (PILAGALLO, 2011).

Já a visão oficial da Folha, a partir da área institucional do site da empresa, é apresentada com a seguinte afirmação: “Consolidar-se como o mais influente grupo de mídia do país”. Ou seja, a principiologia empregada pela Folha afirma buscar uma síntese entre a defesa da democracia e do pluralismo ao mesmo tempo em que diz buscar ser o grupo de mídia mais influente no Brasil.

Já os valores da empresa, institucionalmente, são designados em sete pontos: 1) independência econômica e editorial; 2) compromisso com o leitor; 3) ética; 4) defesa da liberdade de expressão; 5) defesa da livre iniciativa; 6) pioneirismo; 7) respeito à diversidade.

Destes valores elencados, importa de modo especial para esta dissertação de mestrado verificar o compromisso que a Folha de S.Paulo demonstra no seu dia a dia com o público-leitor constituído de pessoas com deficiência e, juntamente disso, verificar de que forma, na prática, a Folha exerce o respeito à diversidade quando da veiculação de textos acerca das pessoas com deficiência.

Com relação à história do jornal, a Folha criou um tópico, em seu site, intitulado “Conheça a Folha de S.Paulo” e nele há um subtópico chamado “História da Folha”, que resume os noventa e cinco anos de existência do jornal, se contados desde o seu surgimento em 1921 até o ano de 2016.

O resumo da história da Folha é apresentado por meio de anos-chave para o crescimento do jornal. Em 1921, no dia 19 de fevereiro, Olival Costa e Pedro Cunha fundam o jornal “Folha da Noite”. Com o sucesso deste, então em 1925 é criada a “Folha da Manhã” que, na verdade, é uma versão matutina do “Folha da Noite”. Vinte e quatro anos mais

tarde, é fundado também o jornal “Folha da Tarde”, completando, assim, uma cobertura jornalística que, já no início da Folha de S.Paulo, mostrava vocação para a publicação em tempo real dos fatos e análises que ocorrem na sociedade.

Em 1960, no dia 1º de janeiro, os três títulos criados pela empresa – “Folha da Manhã”, “Folha da Tarde” e “Folha da Noite” – se unem e, desta união, surge o jornal Folha de S.Paulo. Daí, em 1962, Octavio Frias e Carlos Caldeira Filho assumem o controle da empresa, especificamente sobre as publicações veiculadas no período da manhã.

Já em 1967, a Folha e S.Paulo está na vanguarda do jornalismo brasileiro e passa a fazer impressão offset em cores. Esta foi a primeira vez que o Brasil viu jornais, em larga tiragem, serem impressos em cores. E em 1971, a Folha inova uma segunda vez, pois abandona a composição a chumbo e se torna o primeiro jornal do país a usar o sistema eletrônico de fotocomposição.

Em 1976, época do agravamento do regime militar no Brasil, a Folha de S.Paulo cria uma seção em seu jornal intitulada “Tendências & Debates”, querendo se pautar pelo princípio da pluralidade democrática: “A publicação de artigos de todos os matizes ideológicos desempenha papel importante na redemocratização do Brasil”, ainda que, como afirmado no início deste levantamento, a história da Folha é uma história de apoio editorial ao golpe militar de 1964 e à ditadura que se seguiu.

No mês de junho de 1981, a Folha cria e faz circular internamente um documento com a pretensão de sistematizar um projeto editorial que, especificamente, finca três grandes metas gerais para as publicações do jornal: a) publicar informações corretas; b) buscar interpretações competentes; c) garantir a pluralidade de opiniões.

Em 1983, a Folha tem a primeira Redação totalmente informatizada da América do Sul, com instalação e utilização cotidiana de microcomputadores em uma época em que a computação ainda não havia se popularizado no mundo. De modo específico, essa informatização ajudou a Folha a economizar cerca de 40 minutos no seu processo de produção de notícias.

No ano seguinte, 1984, a Folha publica o primeiro projeto editorial amplo, já defendendo então um jornalismo crítico, pluralista e apartidário.

No ano de 1991, a parte de noticiário da Folha é organizado por meio de cadernos temáticos. Também é deste ano o pedido que a Folha fez do impeachment do presidente Collor de Mello. A Folha foi o primeiro órgão de imprensa a pedir o impedimento do presidente. Também a partir desse ano, a Folha passou a publicar a sua capa colorida diariamente.

Em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira se torna o detentor da totalidade das ações da Folha. E a Folha se firma como o jornal com maior circulação paga aos domingos, com uma tiragem média de mais de meio milhão de exemplares.

Mas os maiores recordes de tiragem vieram nos anos seguintes. Em 1994, por exemplo, a Folha de S.Paulo em conjunto com o jornal The New York Times lança um Atlas em fascículos, que vende 1.117.802 exemplares.

No ano de 1995, passa a funcionar o Centro Tecnológico Gráfico da Folha, em Tamboré, SP, e o jornal então começa a ser publicado com a maioria de suas páginas coloridas.

Em 1996, o Grupo Folha dá o seu primeiro grande passo rumo à internet e lança o Universo Online. No mesmo ano, o Universo Online se une com o Brasil Online, do Grupo Abril, e cria uma nova empresa, o Universo Online S.A.

Em 1997, a Folha revisa o seu projeto editorial e, então, passa a propor uma seleção mais criteriosa dos fatos a serem trabalhados pelo jornal, além de expor o desejo de fazer abordagens mais aprofundadas, mais críticas e mais abertas ao pluralismo. Também esse novo projeto editorial dá ênfase à intenção de que os textos da Folha sejam escritos de forma didática e ao mesmo tempo interessante.

Seguindo a linha cronológica proposta pelo site, então, em 2001, a Folha também revisou e atualizou o seu Manual de Redação. O manual terá um aprofundamento próprio no final deste tópico.

De 2001 a 2010, o jornal não apresenta mais dados acerca de sua história. Mas em 2010 faz questão de salientar duas situações que marcaram a história da Folha: a unificação das redações dos jornais impressos e dos jornais online e, na mesma linha, a criação da *Folha.com*, que inseriu definitivamente o Grupo Folha na nova realidade da internet e dos smartphones.

Especificamente sobre a atuação da Folha na internet, importa ressaltar o tamanho de sua abrangência na atualidade. Por isso, usando o tópico “Conheça o site da Folha”, são apresentados os seguintes dados: a Folha publica cerca de 500 notícias diariamente, buscando manter na internet a mesma qualidade das notícias produzidas para o jornal impresso, porém com o acréscimo de aumentar a interatividade com o público-leitor. Para tanto, a Folha, hoje, já dispõe de 19 editorias de conteúdo para a internet, o site da Folha atingiu uma audiência de 17 milhões de visitantes únicos, o que leva a uma média de 173 milhões de páginas visitadas por mês no site do jornal. Fora essa atuação, a Folha também produz conteúdo específico para dispositivos móveis como tablets, smartphones e celulares em geral.

No tópico intitulado “Conheça a Folha de S.Paulo”, a Folha se apresenta, atualmente, como o jornal mais influente do Brasil, pois já há três décadas é o jornal mais vendido do país. Ou seja, a Folha, apesar de seu nome trazer o nome de um dos estados da federação – São Paulo –, é um jornal que tem circulação e influência nacionais.

A Folha é, ainda, o primeiro jornal do país a adotar a figura do *ombudsman*:

Na imprensa, o termo [ombudsman] é utilizado para denominar o representante dos leitores dentro de um jornal. A função de ombudsman de imprensa foi criada nos Estados Unidos nos anos 60. Chegou ao Brasil num domingo, dia 24 de setembro de 89, quando a Folha, numa decisão inédita na história do jornalismo latino-americano, passou a publicar semanalmente a coluna de seu ombudsman. (FOLHA, Ombudsman, 2014).

O ombudsman na Folha se trata de um profissional próprio, contratado para receber, investigar e encaminhar as críticas que os leitores apontam sobre o jornal. Na prática, a intenção do ombudsman é provocar uma reflexão acerca dos meios de comunicação. Especificamente na Folha de S.Paulo, essa reflexão torna-se pública uma vez por semana, aos domingos, quando o ombudsman contratado publica a sua coluna. Para manter uma boa independência crítica, a Folha instituiu que o seu ombudsman tenha mandato de, no máximo, quatro anos e, ainda, esse profissional, durante o seu trabalho, não pode ser demitido e tem também a sua estabilidade garantida como funcionário do jornal por mais um semestre após deixar a função de ombudsman.

Já no tópico “Conheça a Folha de S.Paulo”, são expostos dados referentes a uma tiragem diária média, em dias úteis, de 316.860 exemplares. E especificamente nos domingos, a Folha alcança uma circulação paga de 344.022 exemplares. A própria empresa atribui esse sucesso ao fato de que “o jornal se consolidou nessa posição durante a campanha pela redemocratização do país, em 1984, quando empunhou a bandeira das eleições diretas para presidente”.

Essa grande circulação da Folha se dá por meio de publicações que o jornal organiza a partir de cadernos temáticos. Diariamente, circulam os cadernos “Poder”, “Mundo”, “Mercado”, “Cotidiano”, “Ciência & Saúde”, “Folha Corrida”, “Esporte” e “Ilustrada”. Fora esses cadernos específicos, a Folha também publica periodicamente suplementos em seus jornais, que estão divididos sob as seguintes categorias: “Tec”, “Equilíbrio”, “TNYT International Weekly”, “Comida”, “Turismo”, “Folhinha”, “Ilustríssima”, “Veículos”, “Carreira & Empregos” e “Imóveis”.

Para concluir a apresentação do veículo que é estudado no presente trabalho, cita-se aqui o Manual da Redação, da Folha, e propõe-se uma comparação entre um antigo manual da Folha e o atual manual, de 2015.

O chamado Novo Manual da Redação da Folha de S.Paulo, já antigo, é o único disponibilizado integralmente pelo jornal na internet e, por isso, aqui ele é lido ao lado da edição atualizada pela Folha, de 2015. São observados unicamente os termos que importam para a presente pesquisa.

Nesse primeiro manual, antigo, termos preconceituosos contra pessoas com deficiência, como “anormal” e “defeituoso” não são mencionados. Ou seja, a Folha não oferece orientação redacional para o seu uso. Já o termo “aleijado” aparece no Manual, com a regra de que não deve ser usado pela Folha, a não ser nos casos em que se trate de citação direta ou declaração textual de uma entrevista. E já sobre o termo “preconceito”, o Manual da Redação, de 1996, garante:

Preconceito – A Folha não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situação social, preferência sexual, deficiência física ou mental – exceto quando for relevante para a notícia [...].

Já os termos “deficiência”, “pessoa com deficiência” ou “portador de deficiência” não aparecem sob recomendação específica no Manual da Folha, apesar de estes termos serem os mais comuns nos textos veiculados pela Folha de S.Paulo ao se referir às pessoas com deficiência.

“Doença”, “limitação”, “debilidade”, “acessibilidade”, “inclusão”, “cego”, “surdo” e “cadeirante”, que são termos usuais e importantes na construção de discurso acerca das pessoas com deficiência, também não são contemplados pelo tradicional Manual de Redação da Folha de S.Paulo.

Comparativamente, o Manual da Redação da edição atualizada de 2015 tem poucas mudanças. Este manual continua não oferecendo orientações específicas para os termos “anormal”, “defeituoso”, “limitação”, “acessibilidade”, “inclusão” e “cadeirante”. Porém, criou um verbete específico para “doença”, no qual afirma que a Folha não omite informações sobre doenças de pessoas que estejam sendo noticiadas, desde que tal informação seja relevante para a notícia e desde que tal menção à doença não seja feita por meio de uma linguagem preconceituosa.

Por fim, também o termo “deficiência” ganhou orientação específica no manual mais recente, afirmando que a Folha procura combater estereótipos e, ainda, neste verbete “deficiência”, diz que termos depreciativos ou equivocados como “aleijado” e “portador de

deficiência” devem ser evitados, enquanto “cego” e “surdo” podem ser usados desde que sejam importantes no contexto da mensagem.

Enfim, essas são as características fundamentais dos princípios, da história, do formato, do manual de redação e da influência do jornal brasileiro Folha de S.Paulo, delimitado para estudo nesta dissertação.

A seguir, nos capítulos dessa dissertação, são apresentadas a base teórica, conforme já explicado no início dessa introdução, com revisão da principiologia dos Direitos Humanos (capítulo 2), da Escola de Frankfurt e da semiologia (capítulo 3), para, depois, expor a metodologia e, enfim, aplicar o método análise de conteúdo no levantamento dos dados midiáticos acerca das pessoas com deficiência no jornal Folha de S.Paulo (capítulo 4).

2. DIREITOS HUMANOS E MINORIAS SOCIAIS

Neste primeiro capítulo, trata-se da principiologia dos Direitos Humanos sob a perspectiva de minorias sociais. Especificamente é trabalhada a minoria social delimitada para esta dissertação, as pessoas com deficiência, em relação aos seus direitos já garantidos e, por isso, aos deveres sociais já instituídos

A Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que entrou em vigor no início de 2016, em seu artigo 2º define pessoa com deficiência, seguindo a orientação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas - ONU (2007):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ou seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como doravante será chamada a lei em questão, apresenta uma definição específica ao salientar que pessoas com deficiência são as que têm impedimento de longo prazo, descartando assim desta definição as pessoas que de modo efêmero, de curto prazo, tenham também limitações diversas.

Essa definição apresentada pelo Estatuto é também uma definição ampla porque não descarta nenhum tipo de limitação que pode acometer um indivíduo, por isso reconhece como pessoa com deficiência todas as que têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais.

Resta salientar que a definição contida no artigo 2º encerra o conceito abordando o tema da igualdade, princípio fundamental previsto no artigo 5º da Constituição Federal. Isso implica, reconhecer que são consideradas pessoas com deficiência, segundo o Estatuto, todos os que, em comparação com as pessoas sem deficiência e em decorrência das barreiras sociais, não podem usufruir daquilo que o texto legal chama de “participação plena e efetiva na sociedade”.

Ao apresentar o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, de 30 de março de 2007, fonte inspiradora do Estatuto, o então Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Brasil, Antônio José Ferreira (2011, p. 15), reafirma pontos humanísticos essenciais para a definição de pessoa com deficiência:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Esse apelo à dignidade humana, fundamento da República Federativa do Brasil, conforme artigo 1º, inciso III, da Constituição, está igualmente presente em todos, quer sejam negros ou brancos, ricos ou pobres, pessoas com ou sem deficiência, é necessário e recorrente entre os teóricos. Rocha (2004, p. 13), por exemplo, complementa afirmando:

Gente é tudo igual. Tudo igual. Mesmo tendo cada um a sua diferença. Gente não muda. Muda o invólucro. O miolo, igual. Gente quer ser feliz, tem medos, esperanças e esperas. Que cada qual vive a seu modo. Lida com as agonias de um jeito único, só seu. Mas o sofrimento é sofrido igual. A alegria, sente-se igual.

Tal reconhecimento da dignidade que há nas pessoas, também nas pessoas com deficiência, é um reconhecimento de suas limitações diversas e de suas múltiplas possibilidades.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, na Seção IV, do Cap. II, Título VIII, Da Ordem Social, em que trata da problemática jurídica da assistência social, não apresenta as pessoas com deficiência como um grupo naturalmente marginalizado por diversas doenças e que, por isso mesmo, deveria ser um grupo submetido a imposições assistencialistas ou meramente caritativas. A Constituição (art. 203, IV), pelo contrário, garante que a assistência social dada aos brasileiros com alguma deficiência tem por objetivo “[...] a promoção de sua integração à vida comunitária”. Sendo assim, de modo algum tal dispositivo jurídico deve ser interpretado como um tipo de socorro segregador que, em vez de fortalecer o reconhecimento da humanidade das pessoas com deficiência e o seu direito à inclusão social, reforçaria ainda mais o pesado preconceito histórico que é imposto sobre os seus ombros.

Ao analisar a proteção constitucional das pessoas com deficiência no Brasil e o direito à inclusão social, Araújo (2014, p. 9) também disserta sobre o artigo 203, dizendo:

O tema da deficiência vem assegurado quando o direito à habilitação e reabilitação na vida social vem garantido como parte da Assistência Social, no artigo 203. [...]. Não bastasse o princípio do direito à inclusão, constante do artigo terceiro, da ideia de que todos têm direito à habilitação ou reabilitação (artigo 203, inciso IV), há presença forte da igualdade formal. Ou seja, ninguém poderá ser discriminado em virtude de sua deficiência. Não haveria necessidade de tal comando, pois a regra da igualdade já está presente no “caput” do artigo quinto. De toda forma, entendeu o constituinte de proteger específica e expressamente esse grupo vulnerável, mesmo já tendo a igualdade sido garantida e explicitada em outro dispositivo.

O texto constitucional ressalta, por intencionalidade dos legisladores brasileiros, a citação direta das pessoas com deficiência como grupo expressa e formalmente igual em direitos aos demais grupos sociais, estes formados por pessoas consideradas sem deficiência. Tal ênfase do texto legal, por isso, não permite dúvidas acerca de que o conceito de pessoa com deficiência, já no ano 1988, trata-se de um conceito de reconhecimento da dignidade pessoal, do direito à inclusão e da rejeição a qualquer forma de discriminação.

Essa ênfase na afirmação da igualdade e da inclusão, não bastando o reiterado já presente no texto constitucional, ressurgiu ainda sob uma nova redação no artigo 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, que ao delimitar o destino desta lei – “assegurar e promover, em condições de igualdade” os direitos das pessoas com deficiência –, reforça também, textualmente, a autonomia das pessoas com deficiência e a sua necessidade de mais “inclusão social e cidadania”.

A noção de igualdade entre pessoas com e sem deficiência somada à declaração de autonomia e inclusão contribuem para uma conceituação menos individualizadora e mais socioambiental de pessoa com deficiência.

Segundo Omote (1994, p. 129), desde o final da década de 1950, os estudiosos têm refletido a partir de novos paradigmas acerca das pessoas com deficiência e, por isso, têm ampliado a sua pesquisa, saindo da delimitação fechada apenas do estudo do indivíduo e passando a observar também as questões psicossociais e as relações interpessoais. A partir desses novos estudos, então, a concepção social de pessoa com deficiência passou a dialogar intrinsecamente com o princípio jurídico da igualdade, além de reforçar o dever do Estado, da família e da sociedade de modo geral de atenuar as barreiras sociais que afligem as pessoas com deficiência e dificultam o seu exercício cidadão e o reconhecimento de sua dignidade enquanto pessoa humana.

Não por acaso, já no primeiro tópico do preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU (2007), está disposto que:

Relembrando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo [...].

Ao valer-se da Carta de São Francisco, de 26 de junho de 1945, o documento sobre os direitos das pessoas com deficiência reconhece a inclusão e a acessibilidade como uma questão essencial de direitos humanos: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida

capaz de assegurar-lhe [...] cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez [...]", essas são palavras consagradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), artigo 25, de 10 de dezembro de 1948.

Por isso, é pelo reconhecimento de sua dignidade humana, de sua igualdade diante das demais pessoas, de sua necessidade de atenção social em conformidade com suas limitações, que a pessoa com deficiência, especialmente a partir do século XX e das instituições jurídicas progressistas e democráticas dessa época, passa a ser conceituada de acordo com a sua autonomia e a sua cidadania. Junto a isso, a sociedade como um todo, em decorrência do princípio da fraternidade e dos fundamentos que legitimam a instituição dos Estados Democráticos de Direito, passa então a ser responsabilizada pela promoção dos direitos, pela ampliação das práticas inclusivas e pela superação das suas próprias deficiências e injustiças.

Na procura por responder a esse projeto de sociedade humanista, fraterna e democrática é que a Constituição Federal do Brasil (1988) erigiu dispositivos garantidores como os Direitos Sociais, do artigo 7º, XXXI, que impõe, por exemplo, a "proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência".

Dialogando com essa inscrição constitucional, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) – respaldado pela Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – garante em seu artigo 40 que "É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo [...]".

Ou seja, não apenas a igualdade formal – explícita no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil: "Todos são iguais perante a lei [...]" –, mas também a igualdade material diz respeito à noção contemporânea que se tem de pessoa com deficiência e de sociedade democrática.

Por isso, no artigo 3º, da Constituição Federal do Brasil, afirma-se como sendo objetivo fundamental do Estado brasileiro "erradicar a pobreza e a marginalização".

Nesse sentido é que Segalla & Araujo (2012, p. 148) dizem: "O princípio da igualdade material, portanto, foi concretizado por tal providência. Já havia instrumentos dessa igualdade material assegurados no texto da Constituição de 1988. Podemos mencionar o salário mínimo existencial", do artigo 203, como um exemplo. Isso, pois, obviamente não bastaria escrever e declarar que as pessoas com deficiência têm direito, necessidade e capacidade de inclusão social plena se, na vida prática, tais pessoas continuassem

economicamente desassistidas e marginalizadas. O processo de inclusão, por isso, depende tanto de um discurso humanista garantidor quanto de uma intervenção empírica salarial para as pessoas com deficiência que sejam extremamente pobres.

Araujo (2011, p. 8) indica que o combate à pobreza não apenas serve para a assistência de pessoas com deficiência, mas também para a prevenção de doenças que podem aumentar significativamente o grupo dessas pessoas:

Entre nós [no Brasil], o número elevado de pessoas com deficiência não tem a mesma causa dos países da Europa e dos Estados Unidos. Nosso índice assustador se deve aos acidentes de trânsito, à carência alimentar e à falta de condições de higiene.

Ou seja, enquanto a Europa, do século XX, viu o número de pessoas com deficiência subir por causa das guerras mundiais, já no Brasil, ainda nos dias de hoje, o amplo grupo de pessoas com deficiência se deve, também, à alta desigualdade material existente, que acarreta diversos prejuízos na saúde pública brasileira.

Por isso, a reflexão atual acerca das pessoas com deficiência não apenas aponta para as injustiças e deficiências da própria sociedade quando da assistência devida e não cumprida, mas aponta ainda para essa sociedade brasileira como sendo a própria causa de parte dos casos de pessoas com deficiência.

Conscientes disso, os legisladores brasileiros, após amplo debate com a sociedade civil organizada, documentaram no texto oficial do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), artigo 8º, o conceito de Estado e sociedade provedores junto ao conceito jurídico de pessoa com deficiência como cidadão prioritário quando da garantia e da efetivação dos seus direitos:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal [...] e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A prioridade garantida às pessoas com deficiência não contradiz o princípio humanista e constitucional da igualdade, mas pretende exatamente criar meios para a sua concretização dando “tratamento igualitário aos iguais e tratamento diferenciado aos diferentes”, conforme resume Napolitano (2010, p. 100). Isto é, para promoção da justiça social e da inclusão, a sociedade democrática deve atender a cada um conforme as suas

necessidades, a fim de que, então, todas as pessoas tenham a sua dignidade igualmente respeitada e os seus direitos fundamentais igualmente efetivados. A isonomia, enfim, se mantém ainda como pilar de sustentação do Estado Democrático de Direito, conforme define Barreiros D'Oliveira (2012, p. 01), mesmo com o atendimento social prioritário para as pessoas com deficiência.

A Constituição Federal do Brasil (1988) tem como um de seus valores substanciais a proteção e a integração das pessoas com deficiência e, por isso, o texto constitucional garante diversas regras protetivas específicas para essas pessoas. (NAPOLITANO, 2010, p. 97).

Napolitano (2010) salienta que o direito à igualdade é o que dá fundamento institucional para a proteção e a integração das pessoas com deficiência. Tal igualdade, enquanto princípio, tem dupla finalidade: a) dar parâmetros para quem cria as leis; b) dar parâmetros para quem aplica as leis. Ou seja, uma vez que o princípio da igualdade é o que deve nortear desde a criação até a aplicação das leis, então lei alguma pode ser nascedouro de privilégio ou mesmo de perseguição. Pelo contrário, a noção de sociedade igualitária e democrática deve regular as relações e implantar um tratamento igual para todas as pessoas, o que inclui as pessoas com deficiência.

Napolitano (2010), no entanto, reforça que a impossibilidade de se criar, a partir da base constitucional, privilégios ou perseguições não deve ser interpretado como impedimento formal para o tratamento jurídico-social que atenda aos cidadãos em conformidade com as suas necessidades particulares. Reforçando que tal atendimento conforme as necessidades de cada pessoa, da pessoa com deficiência, por exemplo, deve cumprir os requisitos básicos para que não viole o princípio da igualdade e, de modo geral, o sistema jurídico:

Parece ambígua a afirmação de que é proibido, mediante lei, criar privilégios e, ao mesmo tempo, afirma-se que a lei pode tratar diferentemente determinadas situações jurídicas. Sem dúvida, o princípio da igualdade impede o tratamento diferenciado às pessoas [...]. (NAPOLITANO, 2010, p. 98-99).

Ou seja, o paradoxo aqui é apenas aparente. Pois, objetivamente, tanto não se deve criar privilégios dentre os cidadãos quanto não se deve omitir a atenção jurídica prioritária aos cidadãos mais necessitados.

Diante de tal constatação, Napolitano usa os três requisitos básicos organizados por Bandeira de Mello (1999, p. 12) para justificar por que meios a lei, que tem como uma de suas funções principais exatamente dispensar tratamentos desiguais quando necessário, deve ser aplicada de modo diferenciado e, ainda assim, justo:

Para se admitir o tratamento desigual, alguns requisitos devem ser observados [...]: 1) o elemento tomado como fator de desigualdade; 2) a correlação lógica abstrata entre o fator elevado a critério de discriminação e o tratamento diferenciado estabelecido pelo ordenamento jurídico; 3) a correspondência dessa correlação lógica com os valores estabelecidos no ordenamento jurídico constitucional.

No caso específico das pessoas com deficiência, o primeiro requisito básico pode ser respondido como sendo a própria deficiência, uma deficiência intelectual grave, por exemplo, o elemento gerador da desigualdade; o segundo requisito pode ser respondido evidenciando a relação entre essa deficiência constatada na pessoa e a previsão legal, por exemplo, de que cabe ao Estado oferecer educação especial gratuita à pessoa; e o terceiro requisito pode ser respondido confirmando a coerência entre a assistência social dada de modo especial a essa pessoa com deficiência intelectual grave e o valor substancial de proteção e de integração da pessoa com deficiência, por exemplo, explícito no texto constitucional.

Sendo assim, os três requisitos devem ser observados de modo cumulativo para que a regra jurídica diferenciadora não possa ser considerada como não-isonômica, ou seja, como desigualmente injusta e, por isso, inconstitucional.

Para exemplificar, Napolitano cita o próprio Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, que ao mesmo tempo em que diz que todos são iguais perante a lei também estipula algumas regras que almejam diferenciar, proteger e integrar as pessoas com deficiência sem, por isso, que o Artigo 5º deixe de ter uma coerência interna e esteja, todo ele, pautado pelo princípio da igualdade. A igualdade respeitada enquanto princípio e alcançada por meio de práticas diferenciadas não se aplica apenas na inclusão de pessoas com deficiência, mas também para as mulheres, por exemplo, quando recebem tratamento juridicamente diferenciado; também as crianças e os idosos, os negros, os indígenas, os extremamente pobres etc.

Santos & Oliveira (2011, p. 434), ao dissertarem sobre a universalidade dos direitos humanos e os direitos da pessoa com deficiência na Constituição Federal do Brasil (1988), afirmam que, apesar da grande evidência dada atualmente a esse debate acerca da inclusão social, já desde a época da Revolução Francesa (1789), a humanidade havia despertado para a reflexão acerca das necessidades de cada pessoa, o que inclui as pessoas com deficiência. Na Europa do século XVIII, inspirados pelos ideais revolucionários de Jean-Jacques Rousseau, os franceses marcaram a história ao promoverem a bandeira “*Liberté, Egalité, Fraternité*” – Liberdade, Igualdade, Fraternidade –, e as consequências desse fato e desse discurso repercutem até hoje.

Por exemplo, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o princípio da fraternidade voltou ao centro do debate na comunidade internacional. Por isso, liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pelos Estados Unidos da América (EUA), os dirigentes das nações que emergiram no pós-guerra estabeleceram, durante a Conferência de Yalta, na Inglaterra (1945), o alicerce para um novo momento histórico, sob o ideal da união e da paz entre todos. Como fruto desse projeto e alinhados aos princípios universais da liberdade, da igualdade e da fraternidade, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU):

Esse movimento de universalidade do gênero humano atingiu as minorias, trazendo para a ONU a discussão da diversidade. Assim, nesse processo de reconhecimento do homem, a pessoa com necessidades especiais também passou a ser foco de discussão através de outras organizações, especialmente: ENABLE – Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância; OMS – Organização Mundial da Saúde. Essas organizações contribuíram para a criação de diversos documentos com o intuito de promover condições para que as pessoas com necessidades especiais pudessem viver dignamente e exercer a cidadania. (SANTOS & OLIVEIRA, 2011, p. 434).

A discussão acerca do gênero humano e sua dignidade tem grande impulso histórico a partir da instituição da ONU, de modo especial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Então, em 1976, como consequência dessa reflexão humanista que vinha ocorrendo no mundo, foi comemorado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, com o tema “A participação plena e a igualdade”, evento que contribuiu para a conscientização dos diversos países-membros da ONU sobre as necessidades e as potencialidades das pessoas com deficiência.

Essa mobilização possibilitou retirar grande ensinamento: a imagem da pessoa com deficiência depende das atitudes sociais, que, por sua vez, são o principal obstáculo à realização dos objetivos da participação plena e da igualdade. (SANTOS & OLIVEIRA, 2011, p. 434).

Ou seja, o conceito de pessoa com deficiência a partir de uma crítica às limitações sociais é confirmado também nesse caso e o Brasil, por ser signatário desse movimento mundial, obriga-se à garantia de tais direitos fundamentais. Santos & Oliveira (2011, p. 435), trabalhando segundo o teórico Paulo Bonavides, caracterizam o Estado brasileiro como um Estado social e que, por isso, deve ser um Estado produtor de igualdade fatídica, isto é, além de o Brasil precisar evitar ser um obstáculo para as pessoas com deficiência, cabe ainda a ele obrigar prestações positivas, quando necessário, provendo todos os meios úteis

para a concretização dos comandos normativos de isonomia em benefício das pessoas com deficiência.

Santos & Oliveira ressaltam, porém, que apesar de o texto constitucional brasileiro ter a preocupação de promover a igualdade e de citar diretamente as pessoas com deficiência, isso não significa que, de fato, as políticas públicas implantadas pelo Brasil já tenham chegado a todas as pessoas que necessitam de atenção especial. Isto é, o conceito jurídico de pessoa com deficiência já está posto e a crítica às barreiras sociais é feita recorrentemente, no entanto, a prática política ainda é insatisfatória e pouco abrangente.

Como exemplo, é possível ver o caso específico da educação inclusiva e especial. Tal educação já é um direito consagrado, mas efetivamente ainda não universalizado.

O artigo 206 da Constituição Federal do Brasil garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o artigo 208 determina que é dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado, preferencialmente nas escolas regulares, para os alunos com deficiência.

Refletindo o texto constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394/96, detalha o suporte legal para a inclusão do aluno com deficiência nas unidades escolares e determina que as redes de ensino garantam aos alunos com necessidades especiais o currículo, o método, os recursos e a organização específica em conformidade com as suas características. A LDB ainda assegura aos alunos que não conseguem concluir o ensino fundamental, em razão de alguma deficiência, a possibilidade de um término específico em consonância com a sua realidade e limitação, tal como também cita o direito de aceleração dos estudos e do programa escolar para os alunos que apresentarem superdotação.

E há ainda o Decreto n. 3.298/99 que trata da política nacional de integração da pessoa com deficiência e também aborda, diretamente, o tema da educação definindo educação especial como sendo uma modalidade transversal, que deve se dar em todos os níveis e em todas as modalidades de ensino, com ênfase de ser complemento da educação regular, ou seja, a educação especial não deve ser mais uma forma de marginalização, mas sim um auxílio para a educação inclusiva.

Para apresentar a efetivação dessas leis e desse novo conceito de pessoa com deficiência como capaz de participação e dona do direito à participação, Santos & Oliveira (2011, p. 436) apresentam dados concretos:

Como resultado dessas políticas, as estatísticas mostram que, no período de 1998 a 2006, conforme dados do Censo Escolar desse período, com relação à educação especial, ocorreu uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 700.624

em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006.

Fora o avanço significativo nas matrículas, também é desse período a criação do programa nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC-NEP). Esse programa é uma proposta que tenta a realização da relação que há entre a Constituição Federal do Brasil, que no artigo 205 garante a qualificação para o trabalho, e a LDB/1996, que no artigo 1º, parágrafo segundo, afirma que a educação deve estar vinculada, além da prática social de modo amplo, diretamente ao mundo do trabalho.

Para atender essa determinação legal e sob o conceito jurídico inclusivo de pessoa com deficiência é que a Secretaria de Educação Especial (SEESP) e a Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) organizaram, na cidade de Brasília/DF, no ano 2000, a oficina de trabalho intitulada “PNE – Uma questão de inclusão”, que teve ampla participação de representantes de estados brasileiros e de instituições que trabalham com alunos com deficiência, para debater, conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira na direção da acessibilidade de pessoa com necessidades educacionais especiais nos projetos político-pedagógicos.

Como fruto dessa unidade, o programa TEC-NEP tem trabalhado em busca do seu objetivo primeiro: construir, Brasil afora, centros de referência de educação profissional para pessoa com deficiência. E essa reflexão acerca do preparo para o mundo do trabalho somada aos conceitos de Sassaki (2003) levou Santos & Oliveira a salientarem o progresso dentro do conceito de pessoa com deficiência.

As discussões referentes ao preparo profissional e integração ao mundo do trabalho das pessoas com necessidades especiais verificam que para ocorrer o princípio da igualdade é necessário mudar o paradigma que atualmente norteia a relação da pessoa com deficiência na sociedade, o paradigma da integração, pois para se atingir a desejada igualdade esse ainda não é o paradigma ideal. (SANTOS & OLIVEIRA, 2011, p. 437).

Sassaki (2003), que está na base da posição de Santos & Oliveira, faz um levantamento terminológico e histórico que pode ser resumido conforme exposto a seguir:

Quadro 1: Terminologia histórica sobre pessoas com deficiência.

ÉPOCA	TERMOS E SENTIDOS	VALORAÇÃO
Desde o começo da história escrita, durante séculos.	“Os <i>inválidos</i> ”. O termo significava “indivíduos sem	Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um

Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam “os inválidos”. Exemplo: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos...” (Decreto Federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959-A, de 19/9/60).	valor”. Em pleno século XX, ainda se utilizava este termo, embora sem necessariamente um sentido pejorativo. Outro exemplo: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (Diário Popular, 21/4/76).	peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional. Outros exemplos: “Servidor inválido pode voltar” (Folha de S. Paulo, 20/7/82). “Os cegos e o inválido” (IstoÉ, 7/7/99).
Século 20 até ± 1960. “Derivativo para incapacitados” (Shopping News, Coluna Radioamadorismo, 1973). “Escolas para crianças incapazes” (Shopping News, 13/12/64). Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim: “A guerra produziu incapacitados”, “Os incapacitados agora exigem reabilitação física”.	“<i>Os incapacitados</i>”. O termo significava, de início, “indivíduos sem capacidade” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “indivíduos com capacidade residual”. Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes”, que significava “indivíduos que não são capazes” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que têm.	Foi um avanço a sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.
De ± 1960 até ± 1980. “Crianças defeituosas na Grã-Bretanha têm educação especial” (Shopping News, 31/8/65). No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente). Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE.	“<i>Os defeituosos</i>”. O termo significava “indivíduos com deformidade” (principalmente física). “<i>Os deficientes</i>”. Este termo significava “indivíduos com deficiência” física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade. “<i>Os excepcionais</i>”. O termo significava “indivíduos com deficiência intelectual”.	A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria. Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência intelectual, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.
De 1981 até ± 1987. Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” ao ano de 1981. E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “pessoas deficientes”. O impacto desta nova terminologia foi profundo e	“<i>Pessoas deficientes</i>”. Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”. A partir de 1981, “indivíduos” passou a não ser mais utilizado.	Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade aos membros de qualquer sociedade ou país. A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades, mostrando que estas três dimensões existem

ajudou a melhorar a imagem dessas pessoas.		simultaneamente em cada pessoa com deficiência.
De ± 1988 até ± 1993. Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.	“ <i>Pessoas portadoras de deficiência</i> ”. Termos que foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”. Mas logo reduziram estes termos para apenas “portadores de deficiência”.	O “portar uma deficiência” passou a ser um valor relativo à pessoa. A deficiência passou a ser um aspecto da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições Federal e Estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências até então. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.
Anos 1990. O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de situações envolvendo tanto dificuldades vinculadas a deficiências quanto dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.	“ <i>Pessoas com necessidades especiais</i> ”. O termo surgiu primeiramente para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”, daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.	De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo. Depois, com a vigência da Resolução nº 2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas, com garantia de direitos.
Ainda anos 1990. Surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante, numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”.	“ <i>Pessoas especiais</i> ”. O termo apareceu como uma forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional.	O adjetivo “especiais” permanece como uma simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência. O “especial” não é qualificativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.
Ainda anos 1990. A Declaração de Salamanca preconizou a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.	“ <i>Pessoas com deficiência</i> ” e pessoas sem deficiência, quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas dentro de uma sociedade inclusiva e democrática.	O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos, que exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do início do discurso de “empoderamento” de minorias sociais.
Em maio de 2002. Frei Betto escreveu no jornal O Estado de S.Paulo um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE. Alega o proponente que o substantivo “deficientes” e o adjetivo “deficientes” encerram o significado de falha ou imperfeição enquanto que a sigla PODE exprime capacidade. O artigo, ou parte dele, foi reproduzido em revistas especializadas em assuntos de deficiência.	“ <i>Portadores de direitos especiais</i> ”. O termo e a sigla apresentam problemas que inviabilizam a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para designar pessoas que têm deficiência. O termo “portadores” já vem sendo questionado por sua alusão a “carregadores”, pessoas que “portam” (levam) uma deficiência. O termo “direitos especiais” é contraditório porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais. E mesmo que	Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo, por motivos expostos na coluna ao lado. A sigla PODE, apesar de lembrar “capacidade”, apresenta problemas de uso: 1) Imaginem a mídia e outros autores escrevendo ou falando assim: “Os Podes de Osasco terão audiência com o Prefeito...”, “A Pode Maria de Souza manifestou-se a favor...”, “A sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje...”

	defendessem direitos especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das pessoas com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.	2) Pelas normas brasileiras de ortografia, a sigla PODE precisa ser grafada “Pode”.
Atualmente. A década de 90 e a primeira década do Terceiro Milênio estão vivendo inúmeros eventos mundiais liderados por organizações de pessoas com deficiência.	“Pessoas com deficiência” passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída pelas próprias pessoas com deficiência que, no maior evento das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife, em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.	Os valores agregados às pessoas com deficiência são: 1) o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e 2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Fonte: Sassaki (2003).

Esse levantamento feito por Sassaki sustenta parte da discussão de Santos & Oliveira. Assim, o paradigma da integração, pensado a partir de uma visão individualizadora das deficiências, já não responde bem à sociedade igualitária e democrática que as leis brasileiras e os direitos humanos impõem. O paradigma da inclusão social ou sociedade inclusiva é um avanço pautado por um conceito mais estrutural e complexo das deficiências.

Ou seja, se por um lado o paradigma da integração consiste na busca por adaptar as pessoas com deficiência aos sistemas sociais comuns e, nos casos em que as pessoas não conseguirem essa adaptação, aos sistemas especiais, por outro lado o paradigma da sociedade inclusiva trabalha pelas mudanças ambientais, institucionais, na tentativa de tornar a vida social, em sentido pleno, acessível para toda a diversidade humana existente, o que inclui as pessoas com deficiência.

A sociedade inclusiva está focada nas necessárias transformações estruturais, nas escolas, nas empresas privadas, na mídia, no trânsito, nos espaços de lazer etc., pois do respeito à dignidade da pessoa humana, princípio máximo dos direitos fundamentais, emerge o respeito à autonomia de cada indivíduo, logo, por coerência a esse princípio, a sociedade inclusiva deve criar políticas públicas visando o aumento da liberdade das pessoas com deficiência, pois aumentar a liberdade é não apenas incluir essas pessoas, mas, essencialmente, é afirmar a sua humanidade.

Santos & Oliveira continuam, assim, a dissertar acerca da igualdade para as pessoas com deficiência e, por isso, citam a Convenção da Guatemala (1999), internalizada no Brasil pelo Decreto n. 3.956/2001, como um momento de confirmação jurídica de que toda e

qualquer discriminação ou marginalização das pessoas com deficiência é, diretamente, uma agressão às liberdades humanas fundamentais.

No Brasil, as organizações voltadas para a busca dos direitos da pessoa com deficiência têm lutado para que o princípio da igualdade seja respeitado. Hoje, a pessoa com deficiência tem adquirido direitos nas mais diversas áreas, desde o direito a acompanhante em hospitais à reserva de assentos para o lazer. (SANTOS & OLIVEIRA, 2011, p. 438).

Fora a saúde e o lazer, Santos & Oliveira dão o exemplo da obrigatoriedade que a lei impõe às empresas privadas de contratar e manter em seu quadro de funcionários um mínimo de profissionais com deficiência, aprimorando assim a inclusão no mercado de trabalho enquanto efetiva o princípio da igualdade.

Porém, apesar dessas garantias legais, a violação dos direitos das pessoas com deficiência é evidente na sociedade atual, conforme afirma Gomes da Silva (2012):

Tendo em vista os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, que muitas vezes são esquecidos ou simplesmente não compreendidos pela sociedade com relação aos portadores de deficiência, se faz necessário um estudo aprofundado, dando-se prioridade à violação de seus direitos, sua inclusão na sociedade e os benefícios por ela trazidos.

Gomes da Silva (2012) complementa a noção jurídica contemporânea de pessoa com deficiência afirmando, inicialmente, que é escassa a doutrina que trata diretamente dessa matéria, porém os especialistas Araujo (2003) e Gonçalves (2003) contribuem para lançar bases a essa discussão.

Gonçalves (2003, p. 20) faz um levantamento de nomenclaturas, além das mais conhecidas e recorrentes, também das mais técnicas usadas no meio jurídico internacional. Por exemplo, a teoria tem feito uso de termos como “deficiente”, que é o mais usado, “indivíduo com capacidade limitada”, “inválido”, “pessoa portadora de necessidades especiais”, “excepcional”, “descapacitado”, “impedido”, “minorado”, “minusválido”, e ainda os termos recorrentes entre os juristas ingleses, “disable person”, “handicapped person”, “unusual person” e “special person”.

Gomes da Silva (2012) afirma que algumas dessas expressões querem ressaltar a incapacidade, outras a deficiência em si, outras a pessoa. E tal como é o problema terminológico, assim também é o problema propriamente conceitual: é complexo, cheio de variáveis, submetido a momentos históricos e regiões geográficas diversas.

Ou seja, cada teórico tem liberdade para usar os termos e trabalhar segundo os conceitos que acredita serem mais adequados ainda que a tendência contemporânea é o

uso da expressão “pessoa com deficiência” e o conceito mais equiparável aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade é o conceito que descentraliza a deficiência do indivíduo defendendo uma transformação social em prol da inclusão de todos.

Especificamente no caso jurídico brasileiro, Gomes da Silva fala de três momentos dentre os mais recentes. Por exemplo, a Emenda Constitucional n. 1, de 1969, traz a palavra “excepcionais”: “educação de excepcionais” (Artigo 175, Parágrafo 4). E a Emenda Constitucional n. 12, de 1978, usa o termo mais comum, “deficiente”: “é assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica” (Artigo Único). Já na Constituição Federal do Brasil (1988), a expressão usada por treze (13) vezes é “portador(a) de deficiência”, algumas vezes o texto constitucional apresenta a expressão completa “pessoa portadora de deficiência”.

Gomes da Silva (2012) diz que, antes de chegar até a expressão atual “pessoa com deficiência”, a reflexão linguística pela busca por diminuição de estigmas e por mais inclusão propôs que em vez de “pessoas portadoras de deficiência”, usada na Constituição Federal, fosse empregada a expressão “pessoa portadora de necessidade especiais”, que é inspirada nos textos de língua inglesa. (LUNARD & COELHO, 2003, p. 476).

Partindo da observação feita por Araujo (2003), ao refletir sobre a expressão que emprega os termos “pessoa” e “deficiência”, Gomes da Silva (2012) diz que essa expressão “[...] traz como núcleo a palavra ‘pessoa’, e o termo ‘deficiência’ figura como um qualificativo, ou seja, valoriza-se a pessoa, e já a qualificação ‘deficiência’ apenas completa a ideia nuclear”.

Isto é, objetiva-se dar atenção à dignidade da pessoa humana das pessoas com deficiência e sua igualdade diante dos demais cidadãos, importa então evitar na atualidade termos como “deficiente”, “especial”, “defeituoso”, “aleijado” etc., pois estes podem reforçar o conceito histórico da pessoa com deficiência como sendo menos humana ou mesmo desumana e, por isso, naturalmente excluída da normalidade. Ora, o uso da expressão “pessoa com deficiência”, por isso, não é uma mera opção estilística ou estética, mas é sinal de uma busca pela linguagem inclusiva e pelo discurso pautado nos princípios humanistas fundamentais.

Tal reflexão terminológica está intimamente vinculada à reflexão conceitual, por isso é que Gomes da Silva (2012) afirma que “O conceito de ‘deficiente’ na forma esposada pela Constituição Federal, de 1988, não está no indivíduo, mas na sua capacidade de relacionamento social”; tal capacidade não depende, pois, unicamente da pessoa, mas prioritariamente depende do meio, do ambiente, da estrutura em volta da pessoa, esta

estrutura que pode ser mais ou menos deficiente no que diz respeito à inclusão democrática de toda diversidade humana que compõe uma sociedade.

Segundo Araujo (2003, p. 26), o que define uma pessoa como pessoa com deficiência não é a ausência de um de seus membros físicos e nem, tampouco, uma velocidade de raciocínio diferente ou uma visão ou audição reduzida. O que caracteriza a pessoa com deficiência é a dificuldade de participação plena na sociedade. Ou seja, não é propriamente a ausência de um membro do corpo humano que faz com que se defina uma pessoa como pessoa com deficiência e, por isso, com direitos exclusivos. Na verdade, é o grau de dificuldade que uma pessoa tem para interagir com a sociedade que faz dela uma pessoa com ou sem deficiência.

Nessa linha de raciocínio, entende-se o porquê de não se considerar como pessoa com deficiência, e portadora de direitos especiais, as pessoas que tenham limitações leves decorrentes, por exemplo, de doenças ou acidentes que não tenham alterado significativamente o seu potencial de interação social. Ou seja, é diferente o tratamento jurídico dado a uma pessoa com paraplegia e a uma pessoa que não tenha parte de um dos seus dedos. Isto, pois, o que se avalia na conceituação jurídica de pessoa com deficiência prioritariamente são as consequências limitadoras decorrentes de uma determinada realidade que acomete a pessoa, se tal realidade não diminui a possibilidade de participação social plena, então ela não justifica uma atenção especial do Estado.

Aqui, novamente, o conceito contemporâneo de pessoa com deficiência está intimamente vinculado à situação social, de modo que o foco da definição não está em uma doença que um indivíduo tenha, mas está no grau de sociabilidade que o meio possibilita a esse indivíduo.

No entanto, Gomes da Silva (2012) ressalta que a análise dessas limitações próprias de cada indivíduo, além da análise das causas da limitação, não são juridicamente simples, pois a Constituição Federal brasileira não disciplina o rol das causas específicas de deficiência e, sendo assim, a jurisprudência e debate público de modo geral têm precisado usar-se de classificações genéricas, como a adotada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que tratam apenas das realidades mais frequentes, como das deficiências mental, motora, auditiva, visual e múltipla.

Gomes da Silva exemplifica essa visão panorâmica das deficiências apresentando dados de 2011, do Ministério da Saúde, com base na OMS:

O dimensionamento da problemática da deficiência no Brasil, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, é muito difícil em razão da inexistência quase total de dados e informações de abrangência nacional, produzidos sistematicamente,

que retratem de forma atualizada a realidade do País nesta área. A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 10% da população de qualquer país em tempo de paz é portadora de algum tipo de deficiência, das quais: 5% é portadora de deficiência mental; 2% de deficiência física; 1,5% de deficiência auditiva; 0,5% de deficiência visual; e 1% de deficiência múltipla. Com base nesses percentuais, estima-se que no Brasil existam 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência.

Mas, de modo geral, os dados do Censo de 2010, pelo IBGE, apresentam 45,6 milhões de brasileiros que declaram ter algum tipo de deficiência, sendo que as mais comuns são: 18,8% de deficiência visual, 7% de deficiência motora, 5,1% auditiva, 1,4% mental ou intelectual. (O Estado de S.Paulo, 2012).

Ou seja, tais estatísticas são genéricas, e a definição de pessoa com deficiência, para aquisição dos direitos especiais previstos em lei, depende de uma análise específica para aferir o grau de interação social de cada pessoa.

Araujo (2003), por isso, dá exemplos mais concretos de realidades que podem diminuir acentuadamente o grau de interação social de uma pessoa com deficiência, como: os alcoólatras e demais drogados, os superdotados, as pessoas com HIV, com esclerose múltipla, com insuficiência renal crônica etc. Todas essas situações são ao mesmo tempo físicas e sociais e é do estudo dessa dialética, entre a doença e o convívio social, que se pode compreender a necessidades de atenção específica para as pessoas com tais deficiência.

Ao dissertar acerca do Artigo 3º, da Lei n. 7.853, de 1989, que versa sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Gomes da Silva (2012) afirma:

Por outro lado, para além dos conceitos e categorias, é importante verificar o grau de deficiência, pois o grupo de pessoas portadoras de deficiência não se caracteriza por qualquer grau de deficiência. Há que se atentar para o grau, que envolve essa dificuldade de integração social. Ressalte-se a importância da “integração social”, eis que a proteção constitucional se restringe às pessoas que “apresentam um grau acentuado de dificuldade”, cuja verificação só poderá ser feita diante de um caso concreto.

Aprofunda-se, assim, a noção de que não é qualquer limitação decorrente de doença ou acidente que garante a aquisição de direitos especiais e que não é, também, por meio de estatísticas nacionais ou mundiais que se classifica o rol de situações ou grupos a quem o Estado deve atenção diferenciada. O movimento jurídico atual vai em direção de atender expressa e unicamente as pessoas com deficiência que apresentam um grau inquestionável de dificuldade de participação social, pois isso justifica as ações afirmativas previstas em lei: cotas trabalhistas em empresas privadas, cotas para acesso ao ensino superior, adaptação física dos espaços para promoção da acessibilidade, salário mínimo

para pessoas com deficiência pobres etc., e tais ações só podem qualificadamente ser usufruídas após o estudo de caso de cada indivíduo que autodeclara-se como pessoa com deficiência.

Enfim, compreende-se, a partir dos especialistas consultados e da legislação analisada, que a noção jurídica de pessoa com deficiência, atualmente, tende para uma conceituação socioambiental e não mais segregadora como o foi historicamente. Apesar de que, como se vê no capítulo de análise de dados midiáticos desta dissertação, os discursos podem continuar promovendo uma forma inadequada de fala acerca das pessoas com deficiência e das demais minorias sociais. Para embasar tal crítica à má representação midiática das pessoas com deficiência, então, se apresenta no capítulo seguinte a noção de “esfera pública”, segundo Habermas, ao lado do conceito de “mito”, na semiologia.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo, após um resumo inicial sobre a noção de comunicação, apresenta-se então no primeiro tópico o conceito de Habermas sobre “esfera pública” e, depois, no segundo tópico, a definição de “mito” para Roland Barthes.

Introdutoriamente, faz-se uma definição acerca do que é a comunicação e, para tanto, delimita-se o conceito proposto por Lúcia Santaella (1996, p. 27) quando relaciona a noção de comunicação com as ideias de cultura e de mídia. Assim ela sustenta que:

Não há palavra mais difícil de definir do que a palavra cultura, dificuldade que resulta não da falta de definições, mas do excesso. Todos os campos das humanidades, da filosofia às ciências sociais, da filologia à antropologia, e esta especialmente, possuem definições específicas de cultura, adaptadas e adequadas à delimitação das fronteiras do conhecimento que cada um desses campos recobre.

Santaella diz ter escolhido uma definição de cultura vinculada à semiótica ou, também denominada, ciência dos signos. Tal opção, justifica, se dá porque para as demais ciências a cultura é apenas um meio que, quando bem entendido, leva à compreensão de um fim: a história e o ser humano. Na semiótica, por sua vez, o estudo dos processos sígnicos, ou seja, dos signos, e dos sentidos dos elementos comunicativos são um fim em si mesmo: “Todo o esforço da semiótica se endereça para a investigação dos modos como os mais diferenciados processos de linguagem engendram-se, codificam-se e funcionam comunicativa e culturalmente” (1996, p. 27).

Neste contexto metodológico é que os semiotistas desenvolvem uma teoria da cultura. Tal teoria, de modo geral, entende a cultura como produção de signos e sentidos, isto é, a cultura é tida como o conjunto de todos os sistemas de significação humana. Sendo assim a linguagem cultural é a linguagem do fazer humano, quer nas artes, nas ciências, nas filosofias ou nas religiões. Cada atividade cultural, por isso, é classificável como uma forma de texto dentro de algum dos diversos sistemas de significação.

Essa definição não diverge muito das clássicas definições apresentadas pelos antropólogos. “No entanto, o termo *texto* já funciona aí como indicador da ênfase que a semiótica coloca na concepção da atividade cultural como linguagem (texto) que visa a um efeito comunicativo” (Santaella, 1996, p. 28). A cultura, assim, é caracterizada como um processo social que permite o processamento e a comunicação de informações. Uma vez que tal processo e comunicação se dá sobre textos, então qualquer troca cultural pratica um ato que se pode chamar de tradução. Cultura, por isso, é sempre linguagem.

Em síntese: aquilo que pode melhor caracterizar as concepções semióticas da cultura é a ênfase que se coloca na relação entre cultura e comunicação, até o ponto de se chegar, inclusive, a identificar a função de ambos os termos uma vez que os fenômenos culturais só funcionam culturalmente porque são também fenômenos comunicativos. (SANTAELLA, 1996, p. 29).

Uma vez que a semiótica conceitua o funcionamento da cultura como inseparável da comunicação, então ela, a ciência dos signos, está apta ao estudo e entendimento dos processos linguísticos, dos meios de comunicação ou, como também se pode chamar, das mídias.

Em consequência dessa noção inicial, desdobra-se a concepção de que a atuação comunicacional das mídias é, em si, uma atividade cultural, ou seja, a linguagem midiática é indissociável de envolvimento com as relações sociais e históricas. Daí a razão de se chamar de comunicação social a comunicação das mídias. Sendo assim pode-se chamar de “cultura das mídias” esse fenômeno propriamente comunicacional ao lado de outras formas ou sistemas culturais:

O termo cultura é tão geral e abrangente que a ele se pode associar qualquer tipo de atributo. Há, entre outros, a cultura universal, a cultura muito desenvolvida ou pouco desenvolvida, a cultura nacional, as culturas greco-romanas, a cultura agrícola, a cultura política, a cultura dos séculos e, agora, a cultura das mídias. (SANTAELLA, 1996, p. 29).

Assim, chega-se à compreensão da relação intrínseca irremovível, isto é, da natureza que une cultura, comunicação e mídia. Essa tríade está intimamente ligada. Partindo, por exemplo, da definição de mídia não se pode afastar a união dos dois outros termos: cultura e comunicação, “uma vez que mídias são, antes de tudo, veículos de comunicação, do que decorre que esta cultura [a cultura das mídias] só pode ser estudada levando-se em conta as inextrincáveis relações entre cultura e comunicação” (Santaella, 1996, p. 29).

A visão de conjunto para cultura, comunicação e mídia e, especialmente, os termos “cultura das mídias” é uma definição semiótica que se opõe às outras opções de definição. Por exemplo, ter a comunicação como sociocultural afasta-se de toda teoria que pretenda negar o papel que as mídias têm na promoção discursiva culta, ou seja: “são muitos aqueles que, dissociando cultura de comunicação, se recusam a conceber as mídias como produtoras de cultura, de modo que a expressão *cultura das mídias* seria, para eles, uma contradição de termos” (Santaella, 1996, p. 30). Isso ocorre em razão de teorias tradicionais e bastante parciais se sustentarem sob definições de cultura e comunicação que expressam que a primeira trata-se apenas de atividades nobres, como o teatro, cinema, literatura etc.

Assim, tenta-se tanto limitar a abrangência do termo cultura quanto, ainda, de separá-lo do termo comunicação.

Como exemplo eloquente da negação de uma cultura das mídias costuma-se categorizar a cultura de massa como ruim, vulgar, redundante, clichê, homogênea, e tal massificação teria uma de suas expressões nos filmes *POP*, os denominados *blockbusters*, que são industrialmente feitos para agradar a multidões. Tal massificação possibilitada pela mídia, então, seria uma direta oposição à verdadeira cultura, erudita, de vanguarda, aristocrática, gerada pela elite culta.

A cultura das mídias tende a ser indiscriminadamente tachada de vulgar e concebida como homogeneidade indistinta porque ela é sempre vista através das lentes de uma concepção erudita de cultura, tal como esta é produzida e difundida nas formas e nos meios mais tradicionais de produção de cultura. (SANTAELLA, 1996, p. 30).

No entanto, tal visão elitista da mídia, da comunicação e da cultura equivoca-se ao empregar como sinônimos, como meramente iguais, a chamada cultura de massa e o que Santaella está denominando como cultura das mídias.

A cultura das mídias, semioticamente, parte da comunicação enquanto manifestação cultural plena. A prática midiática como discurso cultural, então, apresenta uma grande e expansiva diversidade de veículos de comunicação, dos mais variados tipos, mas todos esses meios comunicacionais estão interligados, cada um com uma função diferente. Ainda, dentro de tal diversidade midiática, a cultura discursiva ou, simplesmente, a comunicação interage por meio de uma multiplicidade de códigos linguísticos e de processos sógnicos gerais. Enfim, a cultura das mídias por meio de tantos veículos, usando-se de tantos códigos, produz nos receptores, nos leitores, nos ouvintes, nos telespectadores, ou seja, nas pessoas que decifram ou interpretam a cultura-texto que está circulando, efeitos perceptivos e comunicativos diversos.

Santaella afirma (1996, p. 31) que “quanto mais as mídias se multiplicam, mais aumenta a movimentação e interação ininterrupta das mais diversas formas de cultura, dinamizando as relações entre diferenciadas espécies de produção cultural”, daí porque a noção de comunicação como cultura abala diretamente a clássica divisão entre cultura erudita, popular e de massa. Ora, conforme multiplicam-se as formas midiáticas, aceleram-se com isso as trocas discursivas entre aquilo que é erudito e o que é popular, entre o clássico e o moderno. A cultura das mídias, por isso, socializa a participação comunicacional e a troca cultural juntamente.

Apresentado esse conjunto comunicativo, cultural e midiático, Santaella então aprofunda o trabalho de conceituação até chegar ao tratamento do que é a informação e qual a relação da informação com o conjunto triádico (comunicação, cultura e mídia) inicialmente exposto:

De um modo geral, pode-se dizer que, onde quer que uma informação seja transmitida de um emissor para um receptor, tem-se aí um ato de comunicação. Não há, portanto, comunicação sem informação. Mas não há também transmissão de informação sem um canal ou veículo através do qual essa informação transite, assim como não há comunicação ou ligação entre um emissor e um receptor se estes não compartilharem, pelo menos parcialmente, do código através do qual a informação se organiza na forma de mensagem. (SANTAELLA, 1996, p. 31).

Sob esses termos, Santaella apresenta os elementos do processo comunicativo: o emissor, o receptor, o canal, o código, a informação, a mensagem. Esses seis aspectos centrais constituem um desdobramento da discussão inicial feita por Santaella. De modo delimitado, salienta-se o local essencial ocupado pela informação em todo e qualquer ato comunicativo.

Na cultura das mídias, a ênfase dada para a informação é ainda maior. Para exemplificar a partir da história, é possível notar o desenvolvimento da imprensa como um crescimento da produção e transmissão de informações. Uma crítica à história da imprensa será feita no próximo tópico, a partir de uma visão frankfurtiana.

A informação, que é o elemento substancial da comunicação, expressa-se na grande veiculação de notícias diárias da imprensa.

Ou seja, “o fator dominante no processo comunicativo é a acumulação diária de informações para compor o mosaico jornalístico”, diz Santaella (1996, p.31). A informação não só é central como ainda é dinâmica. Uma informação não é um fim em si mesmo. A comunicação, como em um mosaico, possibilita que de uma informação outras novas informações surjam, em um processo de multiplicação de signos e sentidos. Uma mídia de massa, por exemplo, pode publicar uma informação nova sobre determinado assunto, mas tal publicação não controla totalmente as interpretações que o público fará sobre essa informação. Sendo assim, os vários pontos de vista, os questionamentos e detalhamentos feitos pelos receptores, pelo público, da nova informação, na realidade, criam mais e mais informações. A comunicação social, enfim, é um fluxo linguístico-cultural no qual os discursos podem se multiplicar em nível de quantidade e de qualidade, especialmente quando amparados pela grande mídia.

A partir dessa noção que conceitua comunicação de modo intrinsecamente vinculado à cultura e à linguagem, passa-se, então, para a teoria da comunicação em Habermas, o

local das mídias de massa dentro da democracia e, especificamente, dentro do que este teórico chamou de “esfera pública”.

3.1 Habermas: a esfera pública

Aqui, propõe-se fazer, a partir de referenciais teóricos de autores da Escola de Frankfurt, especialmente de um de seus expoentes contemporâneos, uma exposição sobre os meios de comunicação e a sua relação, a princípio, com a sociedade de modo geral e a democracia deliberativa e, depois, diretamente com a esfera pública habermasiana. Tais modelos teóricos são a base para, no fim, analisar em capítulo próprio os dados midiáticos das pessoas com deficiência no jornal Folha de S.Paulo.

Jürgen Habermas, nascido em 1929, filósofo alemão, da “segunda geração de frankfurtianos” (Fernandes Junior, 2016), tornou-se um influente teórico em diversas áreas, de modo especial ao tratar da ética do discurso e da teoria da ação comunicativa.

Em “Faktizität und Geltung” (1992), intitulado pela tradução portuguesa como “Direito e Democracia: entre facticidade e validade”, de 1997, Habermas afirma que “[...] o princípio da democracia só pode aparecer como núcleo de um *sistema* de direitos” (1997, p. 158), ou seja, a sua noção não permite dissociação entre democracia, sistema e direitos. A democracia vinculada à deliberação feita por pessoas e grupos na esfera pública, o sistema de direito positivo e normas jurídicas legitimamente instituído e, enfim, os direitos humanos e fundamentais atribuídos e garantidos a cada cidadão são a coluna dessa filosofia política:

A ideia básica é a seguinte: o princípio da democracia resulta da interligação que existe entre o princípio do discurso e a forma jurídica. Eu vejo esse entrelaçamento como uma *gênese lógica de direitos*, a qual pode ser reconstruída passo a passo. Ela começa com a aplicação do princípio do discurso ao direito a liberdades de ação em geral – constitutivo para a forma jurídica enquanto tal – e termina quando acontece a institucionalização jurídica de condições para um exercício discursivo da autonomia política [...]. (HABERMAS, 1997, p. 158).

A relação entre discurso e forma jurídica – perpassada pela ação livre, institucionalização e prática política privada – respalda o princípio democrático dando processamento na vida real para ele. “Esse princípio, pela via da institucionalização jurídica, assume a forma de princípio de democracia, o qual é envolvido diretamente nas questões de justificação das normas” (MARTINS, 2013, p. 124). Isto é, para que as normas sociais sejam legítimas e válidas, elas precisam sustentar-se na democracia deliberativa, constituída por discursos racionais, com o assentimento de todos os cidadãos que são atingidos por tais normas.

Tal assentimento dos envolvidos, discursiva e objetivamente, Habermas categoriza como sendo um dos fundamentos da sociedade: “Direitos fundamentais à participação, em igualdade de chances, em processos de formação da opinião e da vontade, nos quais os civis exercitam a sua *autonomia política* e através dos quais eles criam direito legítimo” (HABERMAS, 1997, p. 159), assim, reforça-se a relação triádica: democracia, sistema e direitos, e começa-se a caracterizar os sujeitos de direitos, as pessoas, como os que têm o papel democrático de autores de sua própria ordem jurídica:

Normas de ação que surgem em forma jurídica autorizam os atores a fazerem uso de liberdades de ação subjetivas. A simples *forma* dos direitos subjetivos não permite resolver o problema da legitimidade dessas leis. Entretanto, o princípio do discurso revela que todos têm um direito à maior medida possível de *iguais* liberdades de ação subjetivas. São legítimas somente as regulamentações que fazem jus a esta condição de compatibilidade dos direitos de cada um com os iguais direitos de todos. (HABERMAS, 1997, p. 160).

Habermas, assim, distancia-se de uma leitura individualista: “Por essa leitura, os direitos fundamentais não existem de forma determinada num estado de natureza anterior. Diferentemente, são direitos que os indivíduos se atribuem mutuamente uns aos outros [...]” (SHUMACHER, 2000, p. 233), e dentre tais direitos, então, está o direito à participação, este com o qual os cidadãos obtêm o poder de regular legitimamente a sua vida social, empregando o direito positivo, e classificando-se, enfim, como igualmente sócios ou democraticamente participantes.

A participação democrática não é passiva, pois ela se dá na esfera pública e essa “esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões” (HABERMAS, 1997, p. 92), por isso não cabe uma leitura individualista ou que desconsidere o conflito entre os atores sociais na busca por consenso, decisão e legitimação. Na esfera pública democrática os inúmeros fluxos comunicacionais são filtrados e, assim, podem deixar o caos discursivo para atingir a um nível racional e institucional, sendo que “o principal desafio encontrado pela ideia de razão pública reside na conjugação do ideal igualitário da cidadania democrática com as demandas legítimas de indivíduos e grupos” (ARAÚJO, 2009, p. 160); aqui, novamente a relação entre democracia, sistema e direitos.

A prática do direito fundamental à participação, também no debate comum, faz avançar, pois, em direção da liberdade e igualdade democráticas por meio de “uma esfera onde cidadãos deliberam sobre temas de interesse público e nos próprios diálogos forjam suas capacidades de emancipação” (VOLPATO DUTRA & COUTO, 2012, p. 180). Por isso Habermas (1997, p. 82) considera que:

A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo [...], os que agem comunicativamente encontram-se numa situação que eles mesmos ajudam a constituir através de suas interpretações negociadas cooperativamente.

A estrutura comunicacional, apesar de no conceito de esfera pública não ser plenamente sistêmica e fechada, constitui uma forma democrática ou *locus* para a sociedade civil deliberar: "A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas públicas [...]" (HABERMAS, 1997, p. 99). Assim, Habermas, entre a teoria do discurso e o mundo da vida, propõe que nas condições da sociedade atual, de um pluralismo de visões do mundo, o processo de colocação das leis só se legitima por meio do procedimento democrático, isto é, da participação dos interessados, interessados esses da sociedade civil, atores de todo o espectro ideológico e plural, que precisam ao mesmo tempo da garantia de seus direitos privados para, então, poderem exercer a necessária intervenção pública, comunicativa e deliberativa.

Para a efetivação da democracia deliberativa, ou seja, por meio de práticas discursivas na esfera pública, os atores sociais e políticos, desde as periferias históricas e culturais até os centros institucionais decisórios, necessitam de igualdade de condições de fala, garantia de direitos fundamentais de ação e participação, dentro da diversidade humana e da sociedade civil organizada: "As associações só podem afirmar sua autonomia e conservar sua espontaneidade na medida em que puderem apoiar-se num pluralismo de formas de vida, subculturas e credos religiosos", diz Habermas (1997, p. 101). Os desafios do consenso racional, por isso, devem se dar livremente com a participação de agentes políticos da diferença.

No entanto, as garantias dos direitos fundamentais não conseguem proteger por si mesmas a esfera pública e a sociedade civil contra deformações. Por isso, as estruturas comunicacionais da esfera pública têm que ser mantidas intactas por uma sociedade de sujeitos privados, viva e atuante. [...] E as instituições e garantias jurídicas de formação livre da vontade repousam sobre o solo oscilante da comunicação política daqueles que, ao utilizá-la, interpretam seu conteúdo normativo, defendem-na e radicalizam-na. Por isso, os atores conscientes de que, através de suas diferenças de opinião e de sua luta por influência, estão envolvidos no empreendimento *comum* de restituição e de manutenção das estruturas da esfera pública. (HABERMAS, 1997, p. 102-103)

A democracia, então, é radicalizada como afirmação da pluralidade, mas tem a sua deliberação necessariamente pautada por processos nos quais a relação público-privado

dos atores políticos constitui-se de processos de busca comunitária de manutenção das estruturas discursivas inclusivas. Os mesmos discursos, isto é, que promovem as diferenças e o conflito de interesses, são os que precisam carregar a igual reafirmação do consenso institucional elementar: a democracia, que dá voz às divergências, é dependente de vozes que se levantem de modo convergente para a sua manutenção.

A liberdade dos atores, por isso, é conflituosa, mas racional: “Ela depende, pois, de uma relação intersubjetiva entre pessoas que se encontram num espaço público, o qual é permeado por um mar de argumentos” (Siebeneichler *in* Montenegro de Lima, 2014 p. 58). Isso não só no debate público mais atual, mas válido também para os primórdios burgueses da esfera pública, na qual a consciência dos indivíduos, a prática da crítica e a reafirmação das próprias instituições sociais se davam:

O processo ao longo do qual o público, constituído pelos indivíduos conscientizados, se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado, realiza-se como refuncionalização da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão. (HABERMAS, 1984, p. 68).

A deliberação democrática, por isso, juntamente com o sistema institucional e pautada pela principiologia dos direitos fundamentais, sustenta-se da consciência e liberdade dos cidadãos.

Para o indivíduo chegar a ter consciência de si como sujeito de direito, o processo de formação é construído na forma de uma sequência de passos da realização da vontade individual: com essa formação, a vontade individual pode se conceber como uma pessoa dotada de direitos, ela está capacitada a participar naquela esfera contextual em cujo quadro se realiza a reprodução da vida social. A aprovação de normas, o consentimento, Habermas vincula a um processo de formação da vontade pública, que deve abarcar as condições necessárias da autoexperiência da consciência individual. (MARTINS, 2013, p. 135).

A relação, por isso, entre o sujeito de direito e a formação da vontade pública é característica estrutural da forma deliberativa de democracia conforme pensada por Habermas.

Habermas, então, conceitua a esfera pública dizendo que “esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar” (1997, p. 92), ou seja, a esfera pública é um fato que ocorre nas sociedades, tal como também são fatos sociais o ator e os grupos. Os atores e grupos sociais ao relacionarem-se comunicativamente, também por meios de comunicação de massa, fazem a esfera pública transparecer na sociedade.

Segundo Marques (2008, p. 23), o papel desempenhado pelos meios de comunicação é visto por Habermas de modo pessimista, especialmente no que diz respeito à influência que esses meios exercem sobre as pessoas. Isso porque, com relação à esfera pública, Habermas afirma-se insatisfeito com os efeitos que a mídia gera nos indivíduos, por exemplo, fazendo-os usar de modo inadequado a sua razão e a sua capacidade crítica.

Esse pessimismo do filósofo diante dos meios de comunicação – como é o caso do jornal Folha de S. Paulo estudado nesta dissertação – envolve uma visão conceitual presente no livro “Mudança estrutural da esfera pública”, obra que foi publicada em 1962, e é fortemente marcada pela influência de outros teóricos da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer.

Habermas herda parte da chamada teoria crítica e, no que diz respeito aos meios de comunicação, aplica a noção de indústria cultural para ler a sociedade, por isso é que ele salienta o potencial que a grande mídia tem para criar efeitos antiemancipatórios em sua audiência. Isto é, por exemplo, um discurso midiático engessado, conservador ou carregado de preconceitos acerca das pessoas com deficiência tem potencial para perpetuar estigmas e segregação históricos, e se trata, então, de um discurso com efeitos que não permitem o aumento da liberdade e da democracia, mas, pelo contrário, reforça a marginalização desse grupo social.

Nesse contexto de reflexão midiática, é necessário o aprofundamento da noção de esfera pública para abarcar sociologicamente todos os atores sociais, inclusive os meios de comunicação. “A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões” (Habermas, 1997, p. 92), isso quando os meios de comunicação não estão mercadologicamente viciados. Porém, de todo modo, mesmo enquanto prática adequada para a circulação democrática de ideias, a esfera pública não pode ser vista como uma estrutura normativa, lógica, uma instituição ou organização social. Ela é um espaço onde, no máximo, em rede circulam os discursos. E por não ser regida por normas fixas, a esfera pública sofre com as oscilações sociais e econômicas, especialmente em relação aos meios de comunicação.

Expondo a visão habermasiana de crítica à mídia e sua relação com o mercado, fato que potencializa as consequências antidemocráticas e alienadoras na audiência, Marques (2008, p. 23) afirma:

Para Habermas, os problemas impostos pelos meios de comunicação à constituição e ao fortalecimento de uma esfera pública voltada para o esclarecimento recíproco e para a troca de opiniões entre um público letrado estavam localizados não no período inicial de criação da imprensa, mas sim em sua fase posterior de mercantilização e abertura do espaço interno dos jornais aos anunciantes.

A mercantilização da imprensa, então, contribui para o enfraquecimento do debate público. Porém, se analisado o surgimento histórico dos jornais impressos, Habermas vê nesse período inicial a presença de um certo tipo de jornalismo que luta para a opinião pública ter o seu espaço em expansão, ou seja, luta segundo o princípio da publicidade do pensamento, do diálogo, do encontro de argumentos. Trata-se, aqui, de uma observação sobre dois momentos diferentes da leitura da mídia: um mais atual e submetido ao mercado; outro mais vinculado aos valores éticos e políticos defendidos pela imprensa nascente.

Essa imprensa nascente é mais facilmente vinculada à visão de que “na esfera pública, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. (HABERMAS, 1997, p. 92).

Compreende-se, neste contexto, como que o pensamento habermasiano apresenta uma ligação estreita entre os meios de comunicação e as suas noções de esfera pública e publicidade de opiniões. Na sociedade, estes pontos estão interligados. Não pode um grande jornal omitir informações e notícias acerca de um determinado grupo social, como as pessoas com deficiência, os povos indígenas, os homossexuais etc., sem que isso empobreça o espaço político e a construção argumentativa derivada de todas as partes que são integrantes sociais.

Para dar mais indicativos sobre essa ideia de esfera pública em Habermas alguns autores, como Marques (2008, p.24), consideram que o conceito de esfera pública aparece ligado à ascensão da burguesia e aos espaços nos quais os integrantes dessa classe se reuniam publicamente para argumentar e expressar razões e juízos acerca de questões e problemas relativos à coletividade. A esfera pública burguesa se constituiria, portanto, a partir do diálogo e do confronto argumentativo regulados pela publicidade conferida às razões oferecidas por seus participantes.

Desde o início, então, o debate público está relacionado a um espaço de comunicação no qual se precisa fazer presente todo aquele que quer tomar parte das discussões, expor sua realidade social e suas razões pessoais. Nessa esfera pública nascente com a burguesia, por isso, já é impossível se fazer ouvir acerca de necessidades de interesse público caso não se disponha de um envolvimento acessível, de uma comunicabilidade praticada em conjunto.

O conjunto social, no entanto, mesmo pensado a partir da mídia de massa, não pode fazer confundir o espaço público com um movimento discursivo coerente e previsível. Habermas diz (1997, p. 92) que a esfera pública não pode ser tida como “um sistema, pois,

mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente a esfera pública se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis”.

Tal crítica acerca do conjunto social, e da comunicabilidade vinculada a ele, está relacionada ao conceito de publicidade que, em Habermas, adquire dois sentidos ou, se pode dizer, duas características de um mesmo sentido.

Primeiro, a publicidade habermasiana diz respeito ao mais elementar deste termo: é dar a ver, é tornar público, é expor um conjunto de razões sobre um determinado problema de interesse social e, assim, disponibilizar tais razões, argumentos ou perspectivas para a troca pública, para o diálogo aberto e, posteriormente, para o juízo e análise feitos pela sociedade. Sem a adesão ao princípio da publicidade, os meios de comunicação, especialmente os meios de massa, tornam-se monológicos e arbitrários, falando unicamente em razão do interesse dos grupos aos quais pertencem e fortalecendo a exclusão dos demais grupos. Ou seja, na prática, para um jornal aplicar o princípio da publicidade, ele precisa dar voz às perspectivas das diversas repartições e identidades sociais, possibilitando o confronto argumentativo acerca de problemáticas e polêmicas diversas e, em casos de utilidade pública que dizem respeito diretamente a um determinado grupo ou minoria, como por exemplo o das pessoas com deficiência, é incontornável que a publicidade midiática alcance a fala daqueles que são pessoalmente afetados por uma realidade sócio-política.

Em segundo lugar, Habermas define publicidade como propriamente o momento de juízo e análise da sociedade que só podem ser feitos sobre um objeto discursivo que tenha sido trazido à luz, ou seja, que tenha sido exposto na esfera pública. Neste sentido, a publicidade tem o *status* de princípio regulador do processo de justificação pública, ela permite a crítica advinda das diversas instâncias sociais; essa crítica tem potencial moderador dos discursos, podendo acusar a racionalidade ou a irracionalidade das perspectivas que tiveram publicidade. Tal regulação pública ocorre, por exemplo, quando uma determinada polêmica política, de conflito de interesses, é exposta na manchete de capa de um jornal como a Folha de S. Paulo e, em decorrência dessa publicidade dada pela mídia, a opinião pública, em seus diversos segmentos, toma conhecimento do problema e passa, então, da posição de público-receptor para a posição de público-partícipe do discurso, propondo contrapontos ao que a mídia noticia ou mesmo endossando uma postura ou argumentos que a mídia pode ter apoiado.

Não há, pois, meios de comunicação de massa com pertinência para a esfera pública e para a justiça social caso tais meios não sejam norteados pelo princípio da publicidade. E neste contexto, de ideal normativo, Habermas continua a sua crítica da mídia e

estabelece uma diferenciação de duas etapas da relação que os meios de comunicação têm com a esfera pública, trata-se aqui das noções de “imprensa politizante” e de “imprensa comercial”.

Novamente argumentando a partir da história política e da história da mídia, Habermas afirma que a imprensa politizante, no início da revolução burguesa, atua com o papel ao mesmo tempo de estimular e de mediar. Esse estímulo e essa mediação são restritos aos grupos com possibilidade de participação na esfera pública, ou seja, a acessibilidade é já desde então o passo necessário para a inclusão política e comunicacional, e a partir desse estímulo-mediação os jornais impressos dão publicidade ao uso que as pessoas privadas faziam de sua razão, quando refletindo e debatendo temas comuns a todos. Isso é bem diferente da imprensa já comercial, pois nesta os meios de comunicação passam, então, a condicionar a troca argumentativa e, intencionalmente, a fabricar uma opinião não-pública, isto é, afirmar uma mídia centralizadora, cujo posicionamento e opiniões não têm mais a sua origem no debate livre e racional, mas na imposição da vontade econômica de particulares.

Ora, se “[...] a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo” (HABERMAS, 1997, p. 92), então a sua eficácia depende de uma promoção discursiva, podendo ser midiática, pautada pela abertura democrática e pelo acesso de diversos atores e grupos sociais.

Ao conceituar esse ponto do pensamento habermasiano, Marques (2008, p. 24) diz que:

Segundo Habermas, a evolução da imprensa politizante para a imprensa comercial faz com que ela se torne uma instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública. O princípio da publicidade, antes entendido no sentido de expor razões e perspectivas ao crivo do julgamento público, impondo constrangimentos não só às autoridades, mas a todos os participantes, é pervertido pela lógica da propaganda de massa, que transforma a esfera pública de debate em um espaço propício para a aclamação.

Ao apontar a grande mídia como anti-emancipatória ou, em outras palavras, como responsável pela perda da capacidade crítica do público, Habermas continua fortemente ligado à tradição frankfurtiana, pois já Adorno e Horkheimer haviam sustentado a tese do poder de desinformação que a imprensa possui e, por consequência disso, o poder que ela tem de fragilizar a esfera pública.

Em síntese, a mídia meramente comercial, então, tem uma vocação maior para ser transmissora de propaganda e não mais para ser espaço de publicidade com uma função social crítica. Esta é uma visão inicial e radical de Habermas que, ao longo de sua teorização sociológica, é revista a partir de autocríticas: “Eu certamente já tive opiniões mais ortodoxas do que as de hoje. Mas a gente se esforça em aprender!” (HABERMAS, 1993, p. 77).

Tal revisão teórica leva Habermas a apontar a atuação da mídia, dentro da esfera pública, como um espaço problemático, mas possibilitador; um espaço de encontro dos diferentes, de exercício complexo da diversidade. Os meios de comunicação, agora sob uma visão mais ponderada, são apresentados como campo em que os divergentes contextos sociais podem fazer alguma troca e produção de sentidos, isto é, o centro e a periferia podem se reunificar, ao menos discursivamente. Esse centro se refere diretamente à elite política, que tradicionalmente monopoliza o poder e quer, também, monopolizar o discurso. Essa periferia é formada por movimentos sociais, associações cívicas, cidadãos médios etc. Trata-se, assim, dos grupos que não possuem espaço político garantido caso não o conquistem. Enfim, a mídia é conceituada como campo polifônico, onde se deve ouvir tanto a perspectiva tradicional de um homem branco e rico, por exemplo, quanto a voz progressista de uma mulher, negra e com deficiência:

Os que agem comunicativamente encontram-se numa situação que eles mesmos ajudam a constituir através de suas interpretações negociadas cooperativamente [...]. O espaço de uma situação de fala, compartilhado intersubjetivamente, abre-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros. (HABERMAS, 1997, p. 92-93).

Segundo Marques (2008, p. 24), esses conceitos habermasianos continuam pertinentes na atualidade, pois a mídia do novo milênio repete fortemente o passado, da imprensa que surgia, especialmente no que diz respeito aos condicionamentos econômicos.

Para Habermas, os meios de comunicação devem praticar um certo tipo de ação e, ainda, fazer uma certa criação específica, isto caso queiram de fato a promoção democrática de suas sociedades. Essa visão, por isso, se trata de aporte normativo, isto é, um ideal de organização da sociedade. Tal ação diz respeito à independência que a comunicação precisa ter dos poderes econômico e político. Tal criação está vinculada ao progresso dos mecanismos de *feedback* que os meios de comunicação precisam

administrar para democratizarem-se, a fim de intensificar as trocas discursivas entre os diferentes atores e arenas comunicativas.

Vê-se, a partir desse conceito, que a mídia é considerada como espaço de circulação de múltiplas perspectivas e opiniões e, por isso mesmo, a mídia tem uma função social e política fundamentais nas democracias, pois cabe a ela dar voz aos que não têm voz e amplificar a participação no debate público daqueles que ainda pouco participam.

Teorizar a grande mídia como sendo momento privilegiado da pluralidade implica, necessariamente, na crítica prática de que os veículos de comunicação, no seu dia a dia, acabam por selecionar determinados pontos de vista, pautando alguns segmentos sociais, além de dar tratamento particular aos acontecimentos podendo transformá-los em notícias com mais arbitrariedade do que objetividade. Por essa razão o papel mediador dos meios de comunicação é visto sempre sob constante ceticismo, uma vez que eles dão forma à discussão a partir de astúcias e poderes que fazem parte de um repertório próprio de seleção, ordenamento e publicização das informações.

No caso específico desta dissertação de mestrado, a partir dos levantamentos feitos empiricamente, é possível notar o espaço secundário dado às pessoas com deficiência na imprensa e, ainda, quando algum espaço é dado, diversas vezes reforçam-se termos e conceitos arcaicos e marginalizadores das pessoas com deficiência.

Porém, mesmo criticando os aspectos contraditórios da mídia, os textos mais recentes de Habermas continuam definindo os meios de comunicação como dispositivos sociais que possuem características específicas, estas que são tidas como fundamentais na afirmação e sustentação das estruturas deliberativas que compõem o conjunto democrático que há nas sociedades atuais.

A seguir, apresenta-se uma reflexão específica, sobre a colocação que os meios de comunicação conquistaram dentro do modelo de duas vias de circulação do poder político (two track model) estabelecido por Habermas (1997).

Sobre essa circulação do poder, nas sociedades complexas, são organizados teoricamente os atores políticos e sociais em um esquema que tem um centro e vários anéis ao seu redor. Centralmente nesse esquema estão todas as instituições formais, como parlamentos e cortes, ou seja, os locais de produção de decisões. Os atores que ocupam tais locais centrais têm poder direto sobre os processos decisórios e, para tanto, usam de situações comunicativas para fazer o emprego das deliberações formais, oficiais, dos discursos legitimados institucionalmente.

Perto desse centro administrativo, estão organizações autônomas como as universidades, associações beneficentes, fundações etc. Tais organizações possuem certa

autonomia discursiva, porém elas se mantêm intimamente ligadas ao governo, ao núcleo institucional.

Já um pouco mais distante desse núcleo, estão os grupos institucionalmente sem completa submissão à regulação formal, mas que, ainda assim, possuem significativo poder comunicacional dentro do debate público. Em um terceiro nível, estariam as associações politicamente orientadas para a formação da opinião ou, nas palavras de Habermas, organizações que preenchem funções de coordenação em domínios sociais carentes de regulação (grupos de interesses, instituições culturais, grupos de ativistas ambientais, igrejas etc.). Os atores cívicos aí reunidos são aqueles que não conseguem escapar das desigualdades de poder que fazem com que sua prática deliberativa fique limitada.

Esses grupos mais informais, de terceiro nível, estão distantes do núcleo decisório, porém exercem grande influência social na construção de opiniões. Ou seja, esses atores não determinam decisões administrativas e governamentais, mas cabe a eles, diretamente, trabalhar discursos: as abordagens alternativas, as informações que surgem, os pontos de vista diversos sobre as múltiplas problemáticas sociais.

Quanto a esse terceiro nível, Habermas (1997) afirma que ele é o gerador da infraestrutura civil, dentro da esfera pública, submetida pela grande mídia. Do fluxo comunicacional desse grupo é que toma forma a verdadeira repartição periférica do sistema político.

Em resumo, o esquema social tem um núcleo, que governa o discurso oficial, e tem as periferias dominadas por mídias informacionais e opinativas.

Uma vez estabelecida a teoria desse esquema social e o lugar das minorias sociais e das mídias dentro do esquema com centro e periferias, então, Habermas formula um modelo que almeja articular esses contextos heterogêneos. Daí a estrutura de mobilização do poder político tem as periferias discursivas como um *locus* de maior sensibilidade para enxergar e categorizar os problemas sociais. Por isso, é das periferias que vêm as interpretações e possíveis soluções, mobilizadas pelos próprios cidadãos que podem, então, legitimá-las e promover a sua instituição formal.

Tais mobilizações cidadãs se dão pelos canais intermediários da esfera pública, a fim de que tais perspectivas populares e opiniões diversas sejam transportadas até atingirem o núcleo formal de decisão.

Importa ressaltar aqui que essa noção de esfera pública, citada há pouco, não se constitui de uma esfera estritamente burguesa, centralizada, elitista e destinada apenas a um público letrado, erudito. Para Habermas, essa esfera pública mais atual, trata-se de um

espaço complexo, múltiplo, que congrega uma grande diversidade de arenas comunicativas, mantendo-as porosas, abertas, entre si.

A visão habermasiana conceitua um importante espaço de debate político para as minorias sociais, sejam negros, homossexuais, pessoas com deficiência, indígenas etc. O conceito de esfera pública define ser um equívoco falar de alguma “esfera pública singular”, ou seja, uma esfera com total domínio da *res publica*, da coisa do povo, pela elite. Habermas salienta que é evidente a homogeneidade do poder burguês, mas quer explicar que há uma existência mútua de esferas públicas – esferas públicas, ou seja, a expressão está posta no plural – e que tais esferas, e não uma única esfera, são concorrentes, por isso há uma dinâmica dentro de todo esse esquema social e tal dinâmica comporta também os processos de comunicação daqueles que são excluídos da esfera pública dominante.

Afirma-se a visão de Habermas feita por Marques (2008, p. 26) quando sustenta que, social e comunicativamente, as mulheres, os plebeus e o movimento operário, por exemplo, constituíam esferas públicas alternativas, parciais, fortemente ligadas à esfera pública política burguesa. Em termos gerais, uma esfera pública se forma através da atividade comunicacional, quando diferentes públicos se organizam em redes comunicativas articuladas para discutirem temas ou causas de interesse comum, para assumirem posições ou expressarem opiniões.

Por isso, a esfera pública está ligada às periferias sociais, às mídias, às trocas de opinião e informação. Está muito mais ligada aos movimentos e emaranhados discursivos dos indivíduos e grupos, que buscam compreender e resolver as questões que são mais do seu interesse direto do que dos espaços institucionalmente legitimados, como o judiciário, a Suprema Corte de uma nação, por exemplo.

No seu modelo teórico, as duas vias de circulação do poder – *two track model* –, Habermas advoga que todo o poder comunicativo só pode advir da influência pública sobre os ritos institucionais, ou seja, ele defende que as campanhas eleitorais ou os debates populares sobre criação de leis, por exemplo, se dão de modo midiaticamente diverso, produzindo fluxos comunicativos e articulações públicas, isto é, a opinião pública não domina o poder administrativo, mas tem potencial para direcioná-lo. A opinião pública, enquanto fruto de processos democráticos e comunicativos, pauta-se, então, pelas esferas públicas, dominante e excluídas, para daí conseguir influenciar o núcleo institucional de tomada de decisões políticas, administrativas e governamentais.

Assim, compreende-se dois desdobramentos interligados mas diferentemente caracterizáveis, que é o caso da formação democrática e da formação da opinião pública.

A partir da teoria de Habermas (1997), isto é, da leitura social sob o paradigma da repartição entre centro e periferias, a formação dos atores e arenas diversos também se dá sob uma divisão: 1) do núcleo institucional decisório (o centro) emana um poder administrativo formal e restrito ao Estado; desse poder é que se dá a formação democrática, a formação da república, ligada ao decisionismo estabelecido institucionalmente e a deliberações próprias do legislativo; 2) da diversidade marginal da sociedade (as periferias) surge um poder identificador e sinalizador de urgências e problemáticas diversas; desse poder descentralizado é que se dá a formação da opinião pública, dos consensos, das polêmicas etc., e tal opinião pública legítima não existe sem que haja participação dos cidadãos e das associações de cidadãos, ora mediatizada, ora direta, nas atividades discursivas da esfera pública (Marques, 2008, p. 26).

Caso uma associação de cidadãos, uma minoria social, por exemplo, como os grupos de representação das pessoas com deficiência, não conseguir acesso à rede que sustenta o debate público e racional, de modo a ter suas urgências conhecidas por meio da amplificação midiática de sua voz, então a esfera pública tem diminuída a sua legitimidade democrática e, em consequência da censura de parte da opinião pública, então, problemáticas e necessidades específicas das pessoas com deficiência, no caso, não chegam até o centro institucional do poder político, que é de onde se pode deliberar, legislar e regulamentar oficialmente.

Ou seja, o poder da opinião pública só existe quando há poder comunicacional. Os meios de comunicação de massa, como é o caso do jornal brasileiro Folha de S. Paulo, têm poder para influenciar discursivamente as decisões do Estado e, por isso, idealmente importa que mesmo os grupos minoritários ou historicamente excluídos tenham espaço comunicativo garantido.

Habermas, então, vê as periferias discursivas como responsáveis diretas pela articulação das identidades coletivas, da multiplicidade dos grupos populares, das interpretações existentes e das necessidades diversas. A grande mídia está inserida dentro desse contexto de formação da opinião pública, este que é um contexto de descobertas e redescobertas da própria sociedade em que se vive, do próprio povo de que se faz parte; tal formação legítima da opinião pública deve destinar-se à captação de novos problemas sociais, além de propor formas de condução das diversas narrativas que emergem constantemente, objetivando sempre a racionalização, o consenso, o auto entendimento.

Esse modelo habermasiano pode ser criticado por causa do espaço não necessariamente ocupado entre as arenas discursivas existentes no centro e nas periferias e, por causa dessa possível crítica, Habermas pensa o seu conceito de democracia

deliberativa junto à noção de esfera pública. Assim, os fluxos discursivos diversos, próprios e necessários para a constituição democrática, confirmam a interdependência existente na relação do poder administrativo com o poder comunicativo. Ou seja, pode-se pensar que haveria um intervalo intransponível entre o diálogo popular e o Estado soberano e, se assim fosse, então o modelo de centro e periferia mais fortaleceria uma leitura dualista da sociedade, uma leitura que faz uma divisão entre o povo e o político. Porém tal intervalo não é intransponível, uma vez que na democracia deliberativa, o discurso circula livremente e a grande mídia, por exemplo, pode amplificar o alcance de um determinado argumento popular até torná-lo incontornável pelo poder público. Isto no ideal normativo proposto por Habermas (1997).

A política deliberativa habermasiana, pois, declara ser preciso uma constante e recíproca justificação das partes envolvidas no processo democrático. Tal busca por legitimidade une todas as esferas públicas, une o centro e a periferia, o Judiciário e a mídia hegemônica, todos devem se submeter aos mesmos princípios gerais, tomando parte no discurso publicizado, a fim de justificar projetos e ações, perspectivas e decisões.

Em outras palavras, por princípio republicano, há a necessidade de prestação de contas entre todos os atores sociais, entre governantes e governados. E essa constante prestação de contas impossibilita o isolamento entre o centro e a periferia e, inclusive, impossibilita que dentro do próprio núcleo decisório e dentro da própria diversidade popular haja discursos e ações absolutamente desarticuladas ou desligadas do todo social.

As deliberações que ocorrem nas esferas públicas articuladas em rede e aquelas que se dão nos contextos decisórios formais fazem parte de um processo democrático de tematização e de tratamento de questões e problemas de interesse coletivo e não podem, portanto, ser avaliadas como dois polos opostos de uma dinâmica discursiva [...]. (MARQUES, 2008, p. 27).

Ou seja, a atuação deliberativa, dentro da sociedade, não ocorre exclusivamente nos contextos institucionais formais, que é o *locus* de acareação dos representantes públicos oficiais. A deliberação, ainda, não existe com finalidade específica de busca apressada por soluções para a multiplicidade de necessidades que subsistem em uma nação. A deliberação é um movimento social complexo absolutamente pautado pela comunicação e, via de regra, promove polêmicas por longo prazo, até que chegue a consensos ou progressos sociais visíveis. Isto é, a deliberação, no sentido habermasiano, efetiva-se dentro das democracias também nos espaços populares, reafirmando os dilemas e o choque de perspectivas e interesses que há na sociedade, tal choque deve ser discursivo e racional, como defende Habermas, e tal choque de opiniões se dá nas esferas públicas,

estas que são um espaço privilegiado de trocas comunicativas, midiáticas, e que inclusive podem levar ao entendimento mútuo. É fundamental, por isso, que a democracia deliberativa disponha de esferas públicas munidas de uma grande circulação de informações e opiniões. A mídia alicerça essa noção de liberdade quando promove a variedade, o contraditório, as minorias sociais, enfim, quando contribui para que cada ator social tome parte no discurso público, expresse-se diante dos seus pares, dando publicidade a posições que aprofundam e legitimam o processo deliberativo.

Mas, para que um processo deliberativo coloque em relação os atores oriundos de contextos formais e informais de discussão, é preciso que tais atores estabeleçam, no curso de sua interação, alguns procedimentos que zelem pelas condições de igual participação e consideração de todos. (MARQUES, 2008, p. 27).

Não adiantaria, pois, afirmar a democracia deliberativa, propor a esfera pública como espaço de direito também das periferias sociais e, dentro destas, a grande mídia como veículo que pode contribuir para a inclusão se, na vida cotidiana prática, minorias como as pessoas com deficiência não recebessem a devida consideração à sua dignidade e o devido reconhecimento aos seus direitos iguais de participação no discurso público.

Diante dessa necessidade, Habermas (1997) teoriza que os procedimentos que podem garantir a igualdade dentro da construção discursiva popular devem se pautar por três bases essenciais: 1) garantir que se tornem públicos para todos tanto os diversos argumentos que surgem quanto o processo de diálogo social como um todo; 2) garantir acessibilidade a todos os atores sociais, de modo especial aos atores a quem interessa mais diretamente um determinado tema posto em questão; 3) garantir tanto que os participantes do debate público possam se expor sem sofrer coerções quanto que suas exposições, dialeticamente, sejam analisadas, julgadas, revisadas e aprimoradas constantemente pelo próprio debate público.

Juridicamente, a igualdade é um direito previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, nesta dissertação, o segundo capítulo existe para aprofundar esse princípio fundamental.

Já no campo da ética e da teoria da comunicação, Habermas então reafirma a necessidade da igualdade como meio de garantir e qualificar os encontros discursivos nas esferas públicas. Ainda que as três garantias expostas há pouco – publicidade, acessibilidade e liberdade – não tornem o processo deliberativo e o discurso público absoluta e necessariamente racionais, ainda assim sem tais garantias certamente fortalece-se a voz hegemônica, quer na grande mídia ou no núcleo decisório formal, e marginaliza-se ainda mais as minorias sociais já historicamente marginalizadas.

Ou seja, também nesse ponto, a teoria habermasiana está submetida a críticas diversas. É por isso que Marques (2008, p. 27) diz que: “Vários autores argumentam que as condições ideais, em si, não podem garantir ao processo deliberativo bons resultados, isto é, não podem prever a qualidade das razões e argumentos apresentados”. No entanto, apesar de autores como Bohman, Dryzek, Gutmann, Thompson, Manin e Benhabib que, segundo Marques, se opõem ao modelo habermasiano, os procedimentos baseados nas três garantias fundamentais continuam sendo um programa a ser seguido para que se qualifique a rede de relações de poder e a inclusão de todos os cidadãos e associações de cidadãos que há na sociedade.

Consideramos relevante retomar a ideia de Habermas de que o mecanismo da deliberação se adapta a diferentes propósitos e a cada um deles relaciona um contexto comunicativo particular. Sob esse viés: a) a discussão sobre questões eticamente relevantes ao bem-viver e à interpretação de necessidades processa-se, em um primeiro momento, nos contextos privados de formação das biografias particulares para, em um segundo momento, repercutirem na esfera pública; b) a construção conflitante de opiniões relevantes, informadas e influentes tem seu lugar na esfera pública; c) já as decisões, aprovações de leis e normas, são realizadas nos âmbitos institucionais formais. (MARQUES, 2008, p. 28).

Habermas está preocupado, então, não apenas com explicitar a necessidade de inclusão da diversidade social, mas também com afirmar a complexidade dessa diversidade e, por isso, para abarcar toda essa complexidade, não bastam apenas mecanismos simples e homogêneos de comunicação. É preciso uma leitura aberta sobre as diversas formas possíveis de comunicação e inclusive de autocomunicação, feita de modo individual, biográfico, para que, enfim, se chegue até as comunicações públicas e de muito poder, como é o caso da grande mídia e da imprensa tradicional.

É por isso que Marques (2008, p. 28) afirma que as diferentes formas de processamento de problemas sobre questões comuns são “desdobradas, portanto, em contextos próprios que requerem modos apropriados de comunicação”, pois o processo deliberativo, que se dá nas esferas públicas, comporta em si uma riqueza de narrativas, de falas cotidianas, que circulam e se articulam de forma constantemente variável. De modo geral, então, não só tratando dos grupos tradicionalmente privilegiados da sociedade, como pessoas brancas e ricas, por exemplo, e dos grupos excluídos, como os indígenas e as pessoas com deficiência, mas falando como um todo, a comunicação política movimenta-se na sociedade tanto de baixo para cima quanto de cima para baixo. A comunicação política é um sistema de múltiplos níveis, é hierárquica, porém nenhuma arena e nenhum ator social consegue desligar-se totalmente das outras partes, isto é, por exemplo, pode haver uma conversa cotidiana entre dois cidadãos que, então, se organizam e passam a

promover a sua conversa por meio de uma associação e, posteriormente, podem ganhar o espaço público por meio do discurso midiático e, enfim, chegar a influenciar o centro institucionalizado das decisões políticas. Mas o contrário também é corriqueiro: o centro de poder influenciando a mídia que, por sua vez, influencia os grupos e, enfim, os indivíduos. A troca discursiva, enfim, é hierárquica, mas é também dialética e, ainda, é relativamente formada por emaranhados linguísticos.

Para Habermas, a existência de uma multiplicidade de espaços discursivos e modos de comunicação caracteriza como, nas sociedades complexas atuais, é necessário definir a deliberação como um processo de socialização e articulação política fundado na discussão, de modo a formar redes de fluxos discursivos que associam os espaços institucionais e os espaços públicos mobilizados pela cultura e pelas associações da sociedade civil. (MARQUES, 2008, p. 28).

O exemplo dos dois cidadãos que fortalecem o seu discurso por meio de associações pode ser diretamente aplicado ao caso das pessoas com deficiência que, sem a devida articulação, não conseguem chegar nem mesmo a serem ouvidas pela grande mídia, que dirá serem faladas por essa mídia de modo a influenciar o núcleo decisório. Porém, às vezes, em casos específicos, algumas pessoas pertencentes a minorias podem ser largamente retratadas pela mídia, só que de modo deformado, idealizado e linguisticamente excludente. Por isso, o próximo tópico deste capítulo versa sobre a teoria da mitificação midiática para, depois, em capítulo próprio no final da dissertação, expor a análise do discurso mitificador sobre uma pessoa com deficiência especificamente, Stephen Hawking.

Enfim, em resumo, a mobilização discursiva refere-se a um emaranhado social que, em Estados democráticos, apesar dos preconceitos e marginalizações históricas, pode contribuir para trazer até o centro as demandas urgentes e antigas das mais diversas minorias sociais. No entanto “para que as estruturas deliberativas continuem agindo como articuladores de atores e arenas discursivas, a atuação dos meios de comunicação torna-se fundamental” (Marques, 2008, p. 28). Ou seja, o local da mídia na esfera pública habermasiana é um espaço privilegiado, se democrático e acessível, também para minorias sociais. Porém, ao contrário do típico menosprezo com que a grande mídia pode se referir a certas minorias sociais, como as pessoas com deficiência, há também um contraste existente: a mídia de massa pode, por contraponto, inserir um discurso romantizado ou idealizado no debate público ao representar e expor determinadas pessoas ou grupos. E para dar base teórica a essa reflexão da representação mítica, adentra-se agora à semiologia crítica de Barthes.

3.2 Barthes: a mitificação

Neste tópico, trata-se especificamente da mitologia, parte integrante da ciência semiológica de Barthes, e também fala-se de alguns exemplos de discursos deformados pela imprensa, como é o caso do cérebro do físico Albert Einstein e da mitificação feita sobre o nacionalismo francês.

Tal teoria de leitura crítica a partir da semiologia ajuda a compreender a comunicação midiática, o local das minorias sociais dentro do debate público, a partir da possibilidade de criação de discursos inadequados para representar algumas pessoas com deficiência. Ao se criar uma representação discursiva romantizada sobre uma determinada pessoa, por exemplo sobre o astrofísico Stephen Hawking, que será tratado adiante nesta dissertação, em vez de engrandecer tal pessoa, na verdade nega-se a sua humanidade. Ou seja, ao divinizar alguém, a grande mídia idealiza de modo a negar o respeito mais básico com relação à verdade histórica dos fatos e ao princípio elementar de dignidade da pessoa humana.

Roland Barthes (1915-1980), crítico e ensaísta francês, desenvolveu pesquisas semiológicas, aplicando princípios metódicos para estudar os mitos da sociedade contemporânea. (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2008, p. 27). Dentre os principais livros de Barthes está o “Mitologias” (Japiassú & Marcondes, 2008, p. 27; Blackburn, 1997, p. 37).

“Barthes interessa-se pelas *significações* por si mesmas. O que nos dizem elas de nossa sociedade? Barthes mostra que todo *signo* pode tornar-se um mito, que todo objeto de discurso é permeado pelo campo dos valores sociais” (Huisman, 2004, p. 116). Para Barthes, os mitos, que geralmente são tidos como autoexplicativos, na verdade levam consigo a ideologia de uma sociedade. Os mitos propagam as crenças e as opiniões de grupos sociais. Barthes, então, enquanto semiólogo, quer descobrir a trajetória da falsificação que há no processo de mitificação: no desvio das palavras, dos signos e das significações. Sendo que tais significações míticas são discurso comum e recorrente, de modo especial, em sociedades repletas de comunicação social e publicidade. (HUISMAN, 2004, p. 116).

Na introdução do seu livro “Mitologias”, Barthes (1982, p. 7-8) diz que a sua intenção era refletir regularmente acerca de alguns dos mitos da vida cotidiana francesa. Por isso, o “Mitologias” é composto de quarenta e três dessas reflexões e, no final, há uma conceituação semiológica sobre o que é o mito.

Os textos para esse livro foram escritos por Barthes em aproximadamente dois anos, entre 1954 e 1956. O ponto de partida dos textos, na maioria das vezes, era um sentimento de impaciência do autor frente à naturalidade com que a mídia, a arte e o senso comum

mascaravam continuamente a realidade. Esse mascarar da realidade é o que Barthes chama de *abuso ideológico*.

A noção de mito, a princípio em sua definição historicamente mais comum, parecia designar exatamente essas falsas evidências que constituem o denominado abuso ideológico. Mais tarde, depois de Barthes já ter explorado alguns mitos cotidianos, procura definir metodicamente o que seria o *mito contemporâneo*. Tal definição é uma consequência da convicção inicial de Barthes de que “o mito é uma linguagem” e desta linguagem específica, mítica, empregada tanto pela imprensa quanto pelo senso comum, é que Barthes procura captar significações, sentidos etc.

Dentre os quarenta e três ensaios mitológicos, há um em que Barthes (1982, p. 60-62) trata diretamente da reiterada idealização que é feita sobre o cientista e físico Albert Einstein: “o cérebro de Einstein é um objeto mítico”, diz ele.

A mitificação de Einstein no debate público se dá de modo paradoxal, pois da sua inteligência cria-se uma imagem mecânica, separada da psicologia e próxima dos autômatos. Ou seja, nesse ensaio, Barthes procura demonstrar a forma como Einstein ao mesmo tempo é tido como algum super-homem e, ainda assim, mantém algo de coisificado.

O discurso sobre o cérebro de Einstein costuma classifica-lo como uma verdadeira peça de museu, um órgão antológico. E possivelmente por causa da formação matemática de Einstein, a sua heroificação não possui um caráter mágico – como há em outros heróis criados. Não é atribuído a Einstein nenhum poder difuso, nenhum mistério que esteja para além da mecânica. Seu cérebro é apresentado como algo milagroso e superior, mas ainda assim fisiológico e verdadeiro.

Ou seja, a mitificação que envolve esse físico teórico faz um apelo material que não leva, imediatamente, à espiritualidade.

Einstein mesmo, inclusive, ajudou nessa criação de sua lenda, pois ele legou o seu cérebro. Tal legado, então, ocasionou a disputa entre dois hospitais. Ambos queriam a posse desse objeto superior, o cérebro de Einstein, para que enfim fosse possível compreender a sua inovadora mecânica.

Diante disso, compreende-se que a mitologia criada para Einstein imagetifica-o; cria-se uma imagem de que o seu raciocínio e abstração é comparável a uma confecção mecânica, a um moedor, a um maquinário de trituração qualquer. Einstein é apresentado como quem: “produz pensamento, continuamente, como um moinho produz farinha e, para ele, a morte foi essencialmente o término de uma função localizada: ‘o cérebro mais potente parou de pensar’”.

A criação contínua, como que em uma linha de produção, de equações e fórmulas matemáticas e físicas, era o que se esperava da supermecânica do cérebro de Einstein.

Por meio de toda essa mitificação, o mundo humano ordinário encontrou novamente e prazerosamente a imagem extraordinária de um saber formulado. A equação clássica de Einstein – $E=mc^2$ – é de uma simplicidade surpreendente, é tida como uma chave, uma e poderosa, que consegue abrir portas de mistério contra as quais a humanidade sempre lutou.

Se por um lado o cérebro de Einstein é idealizado em sua própria mecânica, já o produto de seu cérebro, suas teorias, é cotidianamente elevado à tradicional condição espiritual ou divina: as ideias einsteinianas servem facilmente para os discursos que querem reencarnar a antiquíssima noção exotérica de toda uma desmedida ciência enclausurada em algumas poucas letras mágicas.

Existe um único segredo do mundo que cabe numa só palavra; o universo é um cofre cuja combinação o homem procura: Einstein quase a descobriu, eis o mito de Einstein; aí se encontram todos os temas gnósticos: a unidade da natureza, a possibilidade de uma redução fundamental do mundo, o poder de abertura da palavra, a luta ancestral entre um segredo e uma expressão, a ideia de que o saber total pode descobrir-se bruscamente, como uma fechadura que cede após mil tentativas infrutuosas. (BARTHES, 1982, p. 61).

Ou seja, Einstein quase descobriu e, para o discurso mitificador, esse fracasso é pertinente também, pois o mundo e o seu mistério podem continuar.

Enfim, o discurso mítico criado sobre Einstein, promovendo a *einsteinidade*, é indiferente às contradições, como era de se esperar de um mito. Einstein é apresentado ao mesmo tempo como mago e máquina. Sobre ele cria-se uma ideia que sugere um poder infinito do ser humano, mas, apesar desse poder, a realidade geral sempre resiste em algo e, porque o mundo e o seu mistério podem continuar, mesmo havendo a infinitude atribuída a um cérebro ímpar, então a criação discursiva fica aberta para que ainda outros novos mitos possam e precisem ser criados. Assim, atualmente, e nesta dissertação de modo especial, vê-se então a criação do mito acerca de uma pessoa com deficiência, o também físico Stephen Hawking. A *hawkinidade* na mídia atual, especialmente no jornal Folha de S.Paulo, prova que há um contraponto discursivo: enquanto o grupo das pessoas com deficiência quase não aparece na grande mídia e, ainda, quando aparece, é qualitativamente mal representada, há de outro lado o fato de que algumas pessoas com deficiência não estão imunes à celebração, à heorificação, ao discurso deformado e mítico.

Enfim, apresentado esse ensaio mitológico sobre o tema específico da mitificação de um cientista, Barthes então, sob o título de “O mito, hoje”, ou seja, tratando do processo contemporâneo de mitificação que ocorre especialmente nas mídias de massa da sociedade capitalista durante o século XX, procura definir sistematicamente o que é o mito (1982, p. 129).

O que é um mito, hoje? Darei desde já uma primeira resposta, muito simples, que concorda plenamente com a etimologia: *o mito é uma fala*. Naturalmente, não é uma fala qualquer. São necessárias condições especiais para que a linguagem se transforme em mito, vê-lo-emos em breve. (BARTHES, 1982, p. 131).

O mito é uma fala, é uma mensagem cuja forma é mais importante do que o seu conteúdo.

“Já que o mito é uma fala, tudo pode constituir um mito [...]. O mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como a profere” (1982, p. 131), por isso o mito não pode ser definido como sendo um objeto. O mito não é Deus, o sol, o profeta ou o rei. Como o mito, na verdade, é uma determinada forma comunicativa, uma forma dentro da qual cabe qualquer tipo de conteúdo/objeto, então tudo o que existe pode ser mito: tudo é mitificável.

Uma árvore, por exemplo, no plano mais simples e direto possível, é só uma árvore. É um objeto do universo, da natureza. Essa árvore, em si mesma, tem uma existência fechada e muda. No entanto, se um artista falar dessa árvore, então ela pode ganhar uma beleza literária; se um religioso falar dela, ela pode ganhar o status de sagrada; se um político falar dela, a árvore pode ir parar na bandeira do país, como imagem que representa a força desse país, sua frutividade, sua economia.

O maior dos deuses ou a menor das plantas, qualquer coisa cabe dentro da forma mistificadora. O mito é uma fala, e de tudo se pode falar, logo, então, tudo pode ser mito.

Exposto isso, Barthes (1982, p. 132) então aponta a distinção entre: história e natureza. Tal distinção é central para a sua teoria do mito:

É a história que transforma o real em discurso, é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito é uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da “natureza” das coisas.

É por isso, porque é histórico e cultural, ou seja, porque é humanamente criado, que há mitos que são novos e recentes, há mitos que são antigos e muito antigos. Mas não há mitos eternos. Mitos nascem e morrem constantemente: tal como algumas ondas estão

para o mar, as falas míticas estão para a história humana. Porém, é característica central do mito tentar negar a história.

A forma mitificadora apresenta o seu objeto como natural: o rei tem o sangue azul, o Papa tem a escolha do próprio Deus, o cientista genial tem o cérebro maior etc. Muitos políticos, religiosos e intelectuais são objeto de constante mitificação, são comunicados como sendo naturalmente superiores, sobre-humanos, às vezes tidos como eternos e divinos. Sendo assim, a fala mítica serve para fazer prostrar, diante de uma certa “natureza”, a cultura, a história, o ser humano.

A mensagem mítica “não pode definir-se nem pelo seu objeto e nem pela sua matéria” (Barthes, 1982, p. 132), ou seja, além de o mito não poder ser definido a partir do seu conteúdo/objeto: uma árvore, um sol, a natureza inteira; uma princesa, uma cientista, as mulheres como um todo; uma ideia, uma teoria, todo um sistema ideológico etc., o mito também não pode ser definido a partir do meio material que dá suporte à sua mensagem: verbal (dita ou escrita) ou visual (imagética): livros, artigo de jornal, carta; fotografia, cinema, reportagem, publicidade; apresentações esportivas, espetáculos teatrais, artísticos, eventos políticos ou religiosos etc.

O mito é, basicamente, definido a partir de sua forma própria: o mito é um tipo de fala, é um tipo de discurso, de linguagem, ou seja, é toda a unidade ou toda a síntese significativa, que comunica uma mensagem; esta mensagem pode empregar qualquer meio material para apresentar qualquer conteúdo sobre o qual um emissor-autor visa uma significação naturalizadora de aspectos culturais escolhidos, falsificando, assim, consciente e discursivamente o real, os fatos.

A mitologia, por isso, precisa ser um amplo estudo dos signos, quer dos signos escritos de um determinado idioma, quer dos signos visuais de uma determinada arte ou religião. Essa generalidade, no entanto, “não quer dizer que se deva tratar a fala mítica como se trata a língua: na verdade, o mito depende de uma ciência geral extensiva à linguística, que é a semiologia” (Barthes, 1982, p. 133).

A ciência que estuda a fala mítica, mitologia, apesar de estudar diversos tipos de signo, é apenas uma pequena parte da semiologia, esta que é a grande ciência dos signos.

A semiologia não termina quando fatos da vida e da linguagem são descritos, ela busca definir e explorar os valores sógnicos, comunicativos e culturais que envolvem esses fatos. É por isso que “a semiologia é uma ciência das formas, visto que estuda as significações independentemente do seu conteúdo” (Barthes, 1982, p. 133) e a mitologia, por sua vez, é uma delimitação ou especificação desse estudo das formas. Porém, o estudo dos mitos tem uma característica especial: faz parte da semiologia, como já afirmado, mas

também da ideologia, ou seja, o estudo dos mitos sustenta-se sobre uma ampla ciência formal e também sobre uma ciência histórica: ele reflete as formas enquanto critica as suas ideias.

Após contextualizar assim o lugar dessas ciências, Barthes então expõe o vocabulário técnico básico da semiologia, que é também empregado em sua mitologia:

Recordo portanto que toda semiologia postula uma relação entre dois termos, um *significante* e um *significado*. [...] É preciso não esquecer que, contrariamente ao que sucede na linguagem comum, que me diz simplesmente que o significante exprime o significado, devem-se considerar em todo o sistema semiológico não apenas dois, mas três termos diferentes; pois o que se apreende não é absolutamente um termo, um após o outro, mas a correlação que os une: temos portanto o significante, o significado e o *signo*, este que é o total associativo dos dois primeiros termos. (BARTHES, 1982, p. 134-135).

Ou seja, entre o significante, o significado e o signo há características funcionais, que articulam as partes com o todo da semiologia. Barthes diz que tais características, de tão específicas, podem levar a uma análise aparentemente tecnicista e vã. No entanto, salienta que “esta distinção tem uma importância capital para o estudo do mito como esquema semiológico” (1982, p. 135).

Barthes chama o mito tanto de “esquema semiológico” como de “sistema semiológico”, mas para além desses termos e nomes empregados, o fundamental é a noção ou ideia que ele apresenta para a semiologia e mitologia: “Nunca será demasiado repetir que a semiologia só pode comportar uma unidade ao nível das formas, e não dos conteúdos” (1982, p. 136).

Especificamente no mito, encontra-se esse esquema semiológico tridimensional; um mito sempre pode ser desmembrado no seu significante, significado e signo. E uma vez que cada mito é um sistema particular, que é necessariamente construído a partir de uma cadeia semiológica ampla e anterior a ele, então o mito pode ser denominado como “sistema semiológico segundo”.

O sistema básico, primeiro, linguístico, refere-se à própria língua ou idioma, refere-se à expressão verbal (oral ou escrita), mas também à expressão visual (imagem) e seus diversos modos de representação. Esse sistema semiológico primeiro, então, está intimamente ligado ao mito, na verdade serve de base material para ele. A língua, enquanto expressão verbal, somada aos modos de expressão visual que lhe são associados aqui, é o sistema linguístico primeiro, que tem a função de meio material para a fala mítica. Isto é, um idioma, um filme, um ritual, um espetáculo, constituem esse sistema que também é chamado de significante:

É necessário recordar, neste ponto, que as matérias-primas da fala mítica (língua propriamente dita, fotografia, pintura, cartaz, rito, objeto etc.), por mais diferentes que sejam inicialmente, desde o momento em que são capitados pelo mito, reduzem-se a uma pura função significante: o mito vê nelas apenas uma mesma matéria-prima. (BARTHES, 1982, p. 136).

Estruturalmente, então, há dois sistemas no mito: primeiro, o sistema linguístico; segundo, o sistema mítico. Todo e qualquer mito, por isso, é constituído por essa duplicidade esquemática. E Barthes chamou esse sistema linguístico de “linguagem-objeto” e esse sistema mítico de “metalinguagem”.

Dentro dessa estrutura teórica, o aspecto tridimensional também é renomeado: o significante, que participa de ambos os sistemas, no plano da língua é chamado de “sentido” e já no plano do mito é chamado de “forma”; o significado, por sua vez, é chamado de “conceito”; e o terceiro e último termo, que na verdade é a correlação dos dois primeiros, no sistema linguístico é chamado de signo e já no sistema mítico recebe o nome de “significação”.

Resumidamente, então, a mitologia de Barthes adota os seguintes termos centrais: forma (significante), conceito (significado), significação (signo).

Para exemplificar essa riqueza de vocabulário empregada na interpretação de uma fala mítica, esta fala que participa concomitantemente dos sistemas semiológicos primeiro e segundo, eis a seguinte narrativa e a sua respectiva análise:

Estou no cabeleireiro, dão-me um exemplar do periódico Paris-Match. Na capa, um jovem negro vestindo um uniforme francês faz a saudação militar, com os olhos erguidos, fixos sem dúvida numa preta da bandeira tricolor. Isto é o *sentido* da imagem. Mas, ingênuo ou não, bem vejo o que ela *significa*: que a França é um grande Império, que todos os seus filhos, sem distinção de cor, a servem fielmente sob a sua bandeira, e que não há melhor resposta para os detratores de um pretenso colonialismo do que a dedicação deste negro servindo os seus pretensos opressores. Eis-me pois, uma vez mais, perante um sistema semiológico ampliado: há um *significante*, formado já ele próprio por um sistema prévio (um soldado negro faz a saudação militar francesa); há um *significado* (a “francidade” e “militaridade”); e há enfim o *signo*, que é a presença do significado através do significante. (BARTHES, 1982, p. 138).

A fotografia de capa da Paris-Match, apresentada no exemplo, é uma ampla semiologia, pois participa tanto do sistema linguístico quanto do sistema mítico.

Introdutoriamente, deve-se dizer que o periódico em si, o Paris-Match, estampando a fotografia, é o meio material, que cumpre a função de significante. Ou seja, já dentro do vocabulário da mitologia de Barthes, o soldado negro fazendo a saudação francesa é o que se chama de “forma”.

E tal forma mítica, que não é uma fala desinteressada, defende um “conceito”: a francidade-militaridade, a França que é amada e servida por todos os seus cidadãos, inclusive os negros. Eis, aqui, o significado.

Por fim, o signo: que é tanto a matéria-prima dessa mensagem quanto aquilo que ela quer dizer, só que unidos. O total associativo entre a foto de capa e o nacionalismo francês é o que se chama de “significação”, isto é, a relação mútua dos dois primeiros termos.

Após fazer esse panorama terminológico e exemplificativo, Barthes então avança para um aprofundamento teórico dessas noções centrais de sua mitologia: forma, conceito e significação.

A começar pela forma que, no mito, uma vez que compõe o significante, não está sozinha, mas necessariamente unida ao sentido. Aqui, faz-se uma primeira diferenciação: importa que não se confunda a noção de “sentido” com a noção de “conceito” pois, apesar de aparecerem como sinônimos em muitos contextos da linguagem cotidiana, na mitologia ou semiologia de Barthes são ideias interligadas porém diferentes.

O sentido do significante em um mito, em si, é uma comunicação plena, tem uma riqueza própria, faz parte de uma história, ou seja, o sentido já postula um saber, é completo, sempre tem um passado, uma memória, uma certa ordem comparativa de fatos e ideias e, por isso mesmo, o sentido sozinho já possibilita uma leitura feita por algum receptor. Retomando o exemplo dado, a literal saudação do jovem negro já constitui-se como um sentido completo.

“O sentido poderia facilmente bastar-se a si próprio, se o mito não o tomasse por sua conta, e não o transformasse subitamente numa forma vazia, parasita” (Barthes, 1982, p. 139). Assim, então, chega-se à noção de forma.

A forma mítica e o sentido coexistem. Porém, ao contrário do sentido, que é pleno e histórico, a forma é vazia e, assim, ela é dependente do sentido, é parasitária.

A forma mítica toma para si o sentido, mas não o mantém, modifica-o em seu conteúdo mais explícito até esvaziá-lo muito de sua história, de suas contingências, de suas inúmeras relações. Em uma palavra: a forma como que torna o sentido em apenas letras.

No exemplo que perpassa essa teorização, o louvor militar feito por um negro francês, enquanto sentido rico, inicial e puramente linguístico, refere-se a uma realidade: é um ser humano, é um jovem, descendente de negros, é francês, vive no século XX, é militar, submete-se a ordens, tem rosto, tem nome, tem sonhos, medos e dúvidas etc. Já mitificado, no entanto, essa realidade inteira é simplificada na proposição “soldado negro faz saudação militar francesa”:

Mas como forma do mito, a proposição não revela quase mais nada desta longa história. O sentido continua todo um sistema de valores: uma história, uma geografia, uma moral, uma zoologia, uma literatura. A forma afastou toda esta riqueza: a sua pobreza presente requer uma *significação* que a preencha. [...] É preciso colocar entre parênteses a biografia do negro, se se quiser libertar a imagem, torna-la disponível para receber o significado. (BARTHES, 1982, p. 139-140).

A forma mítica, então, precisa fazer recuar muito do sentido histórico de uma mensagem para daí ceder lugar, esse vácuo comunicativo, a um preenchimento discursivo alinhado aos interesses de um determinado emissor.

Apesar disso, entretanto, a forma nunca suprime totalmente o sentido. Parasitariamente, para que a forma mítica possa existir, ela precisa possibilitar uma subsistência mínima ao sentido histórico inicial. Eis, aqui, explicitado o ponto capital daquilo que, na mitologia, chama-se significante: a forma esvazia muito e empobrece o sentido, mas exatamente para tê-lo à sua disposição. “Este interessante jogo de esconde-esconde entre o sentido e a forma é o que define o mito” (Barthes, 1982, p. 140). Pode-se afirmar, assim, que a forma mítica esconde-se exatamente no sentido. O sentido serve como algum tipo de reserva histórica, uma riqueza submissa, da qual a forma mítica se alimenta e se afasta conforme a utilidade.

Para mitificar a francidade-militaridade, do exemplo dado, a forma significante precisa salientar algo que está dado pelo sentido: trata-se de um militar negro. Todavia, já o fato de esse militar ser jovem e de ter ao seu lado militares que são brancos se torna desnecessário para esse mito, ainda que isso faça parte do sentido inicial da imagem. A forma mítica, ou seja, se quer idealizar a imperialidade francesa, dispensa sem pudor qualquer informação verdadeira e histórica do sentido que atrapalhe ou que não contribua com o seu ideal, assim: o mito falsifica a realidade em prol de uma parcialidade.

Por isso, precisa-se aprofundar neste momento a noção de conceito, o conceito mítico: “Vejam agora o significado: essa história que se derrama da forma é o conceito, que a vai absorver totalmente” (Barthes, 1982, p. 140). O conceito ou significado em um mito é o momento de retomar o aspecto histórico dentro de uma determinada fala, mensagem, discurso; não só retomar, mas, na verdade, recorta-se e reposiciona-se a história no mito conforme a intenção do seu autor-emissor.

A imperialidade francesa, por exemplo, no caso do militar negro, é o conceito específico desse mito.

Já se alertou, ao longo da presente revisão teórica, que não se deve confundir as noções de “sentido” e “conceito” dentro do pensamento de Barthes, porém se esclarece

agora que o conceito de um mito (a imperialidade francesa, do exemplo) pode ao menos ser denominado e entendido como um “sentido segundo”, se se quiser emprestar esta expressão do jargão freudiano.

Tal sentido segundo, que é o conceito ou significado, é a motivação do mito, é como que a própria pulsão do mito. O sentido segundo, então, é o fator de preenchimento cultural e histórico para o vácuo criado pela forma:

O conceito restabelece uma cadeia de causas e efeitos, de motivações e intenções. Ao contrário da forma, o conceito não é absolutamente abstrato, mas está repleto de uma situação. Através do conceito, toda uma *história nova* é implantada no mito: [...] o mesmo se passa com o negro fazendo a continência: como forma, o seu sentido é limitado, isolado, empobrecido; mas já como conceito [sentido segundo] da imperialidade francesa, entra de novo em contato com a totalidade do mundo: com a história geral da França, as suas venturas coloniais, as suas dificuldades presentes. Para dizer a verdade, o que se investe no conceito mítico é menos o real do que um certo conhecimento do real. (BARTHES, 1982, p. 140-141).

Acerca dessa menorização da realidade, é possível apresentar em três etapas discursivas o processo de mitificação: primeiro, o sentido básico é passado para forma; segundo, é selecionado apenas o saber que interessa no sentido básico e o restante é perdido; terceiro, a forma então está pronta para o saber intencional do conceito, o sentido segundo.

Esse saber intencional, que é um certo conhecimento do real, e está na terceira etapa do processo de constituição do mito, é sempre um significado cultural-histórico (criado), mas que tenta-se impor como sendo natural (espontâneo), para menorizar a realidade, falsificando-a.

Por isso, sob qualquer análise crítica exterior, o mito se confessa, no fundo, como nebuloso e confuso, pois o saber contido no conceito mítico é um saber feito a partir de associações frágeis, sem completude ou essência abstrata. O mito não sobrevive, então, a críticas exteriores. No entanto, o sentido segundo de um mito tem por característica fundamental o fato de ser um discurso de conveniência, uma fala apropriada, por vezes trata-se de uma pregação para convertidos: “A imperialidade francesa deve afetar tal grupo de leitores e não tal outro” (Barthes, 1982, p. 141), isto é, esse sentido segundo no mito corresponde a uma função determinada, a uma tendência: a mensagem mítica é um comportamento comunicacional carregado da intenção do seu criador em atingir a uma classe receptora pré-escolhida.

E as mensagens míticas, no complexo de suas formas e conceitos, são uma multiplicidade. Isso, pois, os discursos não são inertes; são sempre inovados de modo criativo.

Em referência a essa multiplicidade, Barthes diz que “um significado pode ter vários significantes” (1982, p. 141), ou seja, há uma porta criativa aberta para se chegar a novos discursos, novas mensagens: um só conceito mítico pode valer-se de incontáveis formas. É possível encontrar mil imagens que expressem a imperialidade francesa, por exemplo. Por isso, “na forma e no conceito, pobreza e riqueza estão em proporções inversas: à pobreza qualitativa da forma depositária corresponde uma riqueza do conceito, aberto a toda a história; e à abundância quantitativa das formas, corresponde um pequeno número de conceitos” (Barthes, 1982, p. 141).

Ou seja, dependendo da perspectiva, o significante e o significado são discursivamente ricos e também pobres. Em resumo, o significante é rico porque pode ter infinitas formas e o significado é rico porque pode ter relações com toda a história; e ambos são pobres, o significante por causa de ser uma forma intencionalmente esvaziada de seu sentido primeiro e o significado por causa de ser um sentido segundo necessariamente preso à referência cultural que é sempre limitada. Vê-se, aqui, a complexidade discursiva do conceito que, paradoxalmente, tem na história a boa qualidade de suas referências junto de sua finita quantidade.

Essa situação das falas míticas serve como chave-interpretativa para o estudioso dos mitos, mitólogo, pois sabendo que um determinado conceito repete-se através de diferentes meios, então possibilita-se conhecer ou descamufalar o mito. Isto é, o mitólogo procura por essa repetição, pois a insistência em um determinado comportamento discursivo mitificador revela a intencionalidade e os interesses do seu autor-emissor. Um certo autor, por exemplo, para promover o mito da imperialidade francesa, pode usar-se não só de uma capa, mas de todas as capas do periódico ao longo de um ano inteiro e, ainda, pode empregar também todo o conteúdo do periódico com esse mesmo fim, essa mesma intenção. Na infinita criação de significantes, por isso, pode praticar-se a repetição de um só conceito e, assim, já não se pode mais esconder os interesses do emissor.

De outro lado, nem sempre o mitólogo depara-se com processos tão explícitos de mitificação. Então, ressalta-se aqui que, às vezes, uma forma minúscula, de insistência discreta, como uma única palavra ou gesto, também pode carregar um significado mítico profundo, cheio de relações e de pretensões.

Fora essa questão da multiplicidade nos mitos, Barthes também trata da necessidade de nomeação dos conceitos míticos. Uma vez que não há rigidez nos conceitos míticos, isto é, tais conceitos podem ser construídos, alterados e até descartados completamente, então é útil que o estudioso dos mitos crie nomes para os conceitos que estiver estudando. O nome como que ajuda a dar alguma estabilidade aos mitos, o que

possibilita um estudo maior, ainda que, inevitavelmente, eles sejam históricos e, por isso, submetidos a toda sorte de diversidade discursiva:

Esta instabilidade obriga o mitólogo a ter uma terminologia adaptada, sobre a qual gostaríamos de dizer algumas palavras, já que muitas vezes ela suscita a ironia: trata-se do neologismo. O conceito é um elemento constitutivo do mito: se pretendo decifrar mitos, é necessário que possa nomear conceitos. [...] Ora, normalmente, aquilo que tenho mais necessidade é de nomear conceitos efêmeros, ligados a contingências limitadas: assim, o neologismo é inevitável. [...] Consolemo-nos, pelo menos, reconhecendo que o neologismo conceitual nunca é arbitrário: a sua elaboração repousa numa regra proporcional muito sensata. (BARTHES, 1982, p. 142).

Por exemplo, se o mitólogo estuda o processo de mitificação da França, ele pode chamar o conceito desse mito de “francidade”. Se o mito é sobre o ser humano, pode simplesmente denominar seu conceito de “humanidade”. E em casos mais específicos, como na mitificação de pessoas, como Einstein, então pode empregar neologismos como “einsteinidade”, ou Hawking, “hawkinidade”.

Enfim, o neologismo para os conceitos míticos é uma terminologia restrita dentro da ampla terminologia que compõe o vocabulário da teoria semiológica do mito em Barthes.

Feito esse aprofundamento sobre a forma e o conceito míticos, Barthes então passa a tratar de ambos, agora associados ou correlacionados.

Como dito ao longo desta revisão teórica, aquilo que na semiologia geral costuma-se chamar de signo ou de terceiro termo, Barthes denominou como “significação” e, de início, ele já propõe uma analogia entre teorias: “Conforme se vê, a significação é o próprio mito, exatamente como o signo saussuriano é a palavra” (1982, p. 143).

A significação é plena e suficiente, ela é propriamente o mito, como um todo. É a significação, ou seja, a correlação forma-conceito ou, ainda mais especificamente: a correlação sentido primeiro mais a forma mais o sentido segundo. Essa correlação é que efetivamente é consumida pelo leitor-receptor de uma fala mítica.

A fala mítica, por isso, é um tipo de fala que não esconde nada. O receptor do mito tem acesso tanto à sua forma quanto ao seu conteúdo. Ou seja, não é função do mito esconder algo, como se poderia pensar ingenuamente; o mito existe para deformar, para distorcer, para camuflar, mais do que em fazer desaparecer.

Seja oralmente, como por exemplo ao se dizer “negro faz saudação militar francesa”, em que a forma está explicitada de modo linear, ou então seja visualmente, na capa do periódico em que aparece a fotografia, ao centro, do uniforme francês, em cima, o rosto e a pele do jovem, ao lado, a continência etc., em ambos os casos a forma continua sem esconder nada, pelo contrário, a forma mítica precisa expor-se para servir de base. Tal

base, de modo geral, seja uma frase ou uma foto, é carregada de um conceito que também está explícito. É irrefutável a presença da “francidade” na generalidade, no contexto, do exemplo dado. A fala mítica, por isso, não esconde nada, ainda que falsifique tudo o que for necessário.

A relação que une o conceito do mito [sentido segundo, do significado] ao sentido [primeiro, do significante] é essencialmente uma relação de deformação. [...] Naturalmente, esta deformação só é possível porque a forma do mito já é constituída por um sentido linguístico. [...] O significante tem, de certo modo, duas faces: uma face plena, que é o sentido (a história do negro soldado), e uma face vazia, que é a forma. O que o conceito/significado deforma é evidentemente a face plena, o sentido: o negro é privado de sua história. (BARTHES, 1982, p. 143-144).

No entanto, essa deformação do sentido primeiro não é uma abolição, pois o soldado negro do exemplo continua existindo. Na verdade, o conceito ou sentido segundo, a significação de modo geral, o mito, o processo inteiro é dependente daquele sentido linguístico inicial, próprio do significante. O mito, então, amputa os objetos que lhe servem de sentido, retira a sua memória, em uma só palavra: aliena. Todavia, o mito mantém a existência desses objetos, então tornados amplamente disponíveis, à serviço do conceito.

Ou seja, o mito não esconde, mas aliena. Por isso, pode-se concluir pelo que é mais certo: a significação não tem nenhum compromisso com a verdade, com os fatos em sua plenitude, com o real: “O mito é um valor, não tem a verdade como sanção: nada o impede de ser um perpétuo álibi” (Barthes, 1982, p. 144), isto é, o jogo de esconde-esconde se mantém entre a forma e o conceito: ambos são expostos, mas falsificados; o sentido primeiro, do significante, serve como que um álibi para o sentido segundo, do significado, que é alienador.

Genericamente, então, a significação possui uma ambiguidade própria, entre aquilo que é literal e aquilo que é intencional no mito. A intencionalidade no processo de alienação do receptor é mais definidor no mito, mas isso mesmo leva o mito a ser lido como algo – não só natural – literal. No exemplo em que se tenta expor a francidade, um público adequado pode tentar afirmar o valor do império francês como que de modo verdadeiro, natural e literal ao expor, como “argumento”, a capa do periódico com a foto do soldado negro saudando a bandeira francesa. Eis, então, uma nova complexidade no processo mítico: a significação, por parte do emissor, está carregada de intenção, mas pode ser tida, já por parte do receptor, como algo literal. Daí porque a razão de Barthes empregar, nesse contexto teórico, o termo alienação.

Por trás do mito há o alienador, motivado. A motivação é mais um elemento da significação. A comunicação mitificadora expõe, intencionalmente, caricaturas que são

recebidas pelo leitor correto como se fossem fotografias. E por ser motivada – e não natural ou imparcial –, a significação pode sustentar-se em inúmeras caricaturas diferentes para um mesmo objeto: “A imprensa encarrega-se de demonstrar todos os dias que a reserva de significantes míticos [formas] é inesgotável” (Barthes, 1982, p. 148).

Ao tratar desse elemento da significação, a intencionalidade do emissor, Barthes anota o aspecto ético envolvido em tal etapa do processo mitificador:

Do ponto de vista ético, o que é incômodo no mito é precisamente o fato da sua forma ser motivada. [...] O que é repulsivo no mito, é o recorrer a uma falsa natureza, é o luxo das formas significativas – como esses objetos que decoram a sua utilidade com uma aparência natural. Esse desejo de oferecer à significação o peso, a caução de toda a natureza, provoca uma espécie de náusea: o mito é demasiado rico, e o que ele tem a mais é, precisamente, a sua motivação. (1982, p. 147).

Nesse sentido de crítica à motivação que cria o mito para, de modo ambíguo, expor enquanto falsifica, comunicar enquanto aliena, Barthes ainda compara essa ação comunicacional deliberada de tentar passar o criado e cultural como se fosse físico e natural com as artes. Isto é, a fala mítica e a expressão artística, acerca de sua autoria motivada, podem ter a semelhança de tentarem oscilar entre a *physis* e a *anti-physis*, ou seja, não se decidem entre o real e o criado, mas empregam ambos ao seu receptor, sem alertá-los dessa complexidade, falsificação e alienação. Para Barthes, eticamente, é uma baixeza ou vício jogar simultaneamente nos dois campos. Por isso, “a motivação é fatal” (1982, p. 148) tanto para a consciência do receptor da mensagem falsificadora quanto para a virtude do emissor que não tem compromisso com uma comunicação integral.

Diante dessa comunicação desonesta e deformada que é a fala mítica, posiciona-se três tipos diferentes de leitura ou decifração.

O primeiro tipo de relação com o mito é o do próprio produtor de mitos. O produtor, que é autor, emissor, que pode ser um redator de imprensa, no processo discursivo, parte de um certo conceito escolhido e procura formas úteis para ele. Esse modo de leitura faz com que se olhe o significante como sempre vazio, sempre pronto para receber algum conceito mítico. O criador de mitos como que olha o negro fazendo a saudação francesa e lhe enxerga como um possível exemplo da francidade, como um possível símbolo que pode ser usado.

O segundo tipo de contato com o mito é propriamente a sua decifração e destruição, pois é a leitura feita pelo mitólogo. O estudioso crítico logo compreende estar diante de uma deformação discursiva intencional. O mitólogo consegue distinguir entre o significado e o

significante e, por isso, enxerga que no mito a forma (imagem do negro saudando a bandeira) serve de álibi para certo conceito pré-escolhido (a imperialidade).

Por fim, o leitor do mito, o receptor desejável e alienável. Este recebe o mito como uma totalidade, uma junção perfeita de sentido e forma. Por isso, para o consumidor do mito, o soldado francês não é apenas um exemplo ou símbolo e também não é algum tipo de álibi ou instrumento linguístico desonesto: o negro da imagem é lido como a própria presença, como o próprio fato, como verdade acerca da imperialidade francesa.

Em resumo, nota-se que o emissor do mito é cínico e, junto com o estudioso de mitos, faz uma leitura estática e analítica, muito diferente do receptor do mito, este que lê dinamicamente o mito, acolhendo a sua deformação.

Desse modo, reforça-se aqui o fato de o mito não ser algum tipo de mentira, tal como, de outro lado, também não é algum tipo de confissão. Ao ler e decifrar o mito, entende-se que ele não esconde e nem ostenta nada. A intenção por trás do mito é deformar o discurso de modo que o leitor apropriado receba algum aspecto cultural preparado de modo naturalizador: “atingimos assim o próprio princípio do mito: transforma a história em natureza” (Barthes, 1982, p. 150).

Para o receptor ingênuo, então, tudo se passa como se a imagem do soldado negro provocasse naturalmente o conceito da francidade, é como se o significante tivesse criado o significado e, assim, o emissor-autor nem existisse. O conceito mítico, por isso, para esse leitor, adquire um estatuto natural: o receptor é levado a crer estar racionalmente lendo o significado pelo significante e promulgando, então, esse estatuto natural para algo que, de fato, não é natural.

Na realidade, aquilo que permite ao leitor consumir o mito inocentemente é o fato de ele não ver no mito um sistema semiológico, mas sim um sistema indutivo: onde existe apenas uma equivalência, ele vê uma espécie de código causal: o significante e o significado mantêm, para ele, relações naturais. Pode-se exprimir essa confusão de um outro modo: todo sistema semiológico é um sistema de valores; ora, o consumidor do mito considera a significação como um sistema de fatos: o mito é lido como um sistema factual, quando é apenas um sistema semiológico. (BARTHES, 1982, p. 152).

Ou seja, o leitor não vê o mito como um discurso valorativo e intencional, mas como uma fala realista, indutiva, racional e vinculada aos fatos.

O mito, para conseguir tamanha deformação que o torna confundível com o real e os fatos, trata-se de uma linguagem roubada. A fala mítica sempre rouba algum significante e coloca-o a serviço do seu conceito. Esse roubo visa neutralizar, fazer parecer imparcial aquilo que se defende: a imagem do negro francês serve para neutralizar o império. Aqui,

a francidade é apresentada como neutra, como algo natural, e não como um aspecto cultural e partidário comum dos nacionalistas franceses.

Mas não só a linguagem da fotografia pode ser roubada e não é só em função da política, diretamente, que se cria um mito. Também a língua, idioma, e também as ciências podem ser roubadas, podem servir de significante deformável para o mito.

Por exemplo, mesmo a linguagem da matemática e da física, para a qual se toma todas as precauções contra a interpretação e o mau uso de seus discursos, também pode ser roubada pelo mito. Daí, então, porque não só é possível mitificar a pessoa de Einstein ou a pessoa de Hawking, propagando então uma einsteinidade e uma hawkinidade, mas também as suas duras ciências podem servir de significante aberto para o mito. Pode-se mitificar a própria ciência, caso isso seja do interesse de um emissor: “Apodera-se, por exemplo, de determinada fórmula matemática ($E=mc^2$), e transforma esse sentido inalterável no significante puro da *matematicidade*” (Barthes, 1982, p. 153).

A linguagem científica, por isso, é a mais blindada contra o mito, ela carrega um sentido repleto e, assim, o mito não consegue invadi-la. Resta, então, ao criador de mitos, o emissor, tratar a linguagem científica, matemática por exemplo, como um ladrão trata a um cofre indeformável e impenetrável: rouba-o inteiramente. “Quem resiste totalmente cede totalmente: Einstein de um lado, o periódico Paris Match do outro” (Barthes, 1982, p. 153).

Enfim, assim expõe-se que o mito, enquanto fala intencionalmente naturalizadora de fenômenos históricos, pode atingir a tudo, tudo pode roubar e corromper, seja para a comunicação de discursos religiosos, políticos, morais, artísticos ou, até mesmo, científicos. O conceito mítico pode, parasitariamente, ganhar vida através de infinitos significantes (sentidos primeiros e formas) deformados: tanto uma fotografia de um soldado negro francês, como do exemplo, quanto uma entrevista de um rigoroso físico teórico, como Stephen Hawking, podem servir ao mito. Nada escapa do mito – nem mesmo a destruição analítica do mitólogo.

Tal teoria semiológica exposta neste tópico, que serve como leitura da comunicação midiática, ao lado da noção de democracia e esfera pública habermasianas, possibilita uma visão crítica da representação discursiva sobre minorias sociais, especialmente, nesta dissertação, sobre as pessoas com deficiência no jornal Folha de São Paulo.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE

Neste capítulo, primeiramente apresenta-se o método análise de conteúdo para, depois, aplicá-lo nos dois subtópicos seguintes de estudo dos dados de 2015 do jornal Folha de S.Paulo tratando das pessoas com deficiência.

A revisão teórica, sobre os Direitos Humanos, a democracia habermasiana e a semiologia de Roland Barthes, exposta anteriormente, serve de base analítica dos dados selecionados. Tal leitura crítica se dá, principalmente, a partir da defesa da linguagem inclusiva direcionada a pessoas com deficiência, do espaço de representação política cedido pela Folha de S.Paulo a essa minoria social e, enfim, da possibilidade de, em vez de marginalizar e censurar, romantizar e mitificar uma única pessoa com deficiência especificamente, o astrofísico Stephen Hawking.

4.1 Análise de conteúdo

Este tópico é dedicado à apresentação dos princípios do procedimento científico análise de conteúdo (AC). As bases da AC estão sofrendo transformações constantes, segundo Fonseca Júnior (2006, p. 286), desde o surgimento do primeiro texto que visava sistematizar o que seja a AC, texto de autoria de Berelson e Lazarsfeld, do ano de 1948. Porém, apesar da multiplicidade teórica e ainda justamente por causa dela, a AC é um método possível de ter seus referenciais fundantes facilmente reconhecidos.

O perfil da AC explicita um método sistemático, ao lado da análise semiológica e da análise do discurso. Todos esses métodos podem ser empregados, com objetividade, para pesquisar os meios de comunicação, trabalhando diretamente com o estudo pormenorizado das mensagens. Segundo Lozano (1994, p. 141-142), é porque está alicerçada em um grupo de procedimentos específicos, aplicados sobre um objeto estudado, que a AC é um método que pode ser caracterizado como sistemático.

Krippendorff (1990) sintetiza a AC a partir de três características principais: 1) forte inclinação para o estudo prático, de fenômenos concretos e, por isso, a AC tem a finalidade de prever eventos futuros; 2) avança para além dos conceitos mais delimitadores de conteúdo, pois também inter-relaciona noções de mensagem, de canal ou meio e comunicação de modo geral; 3) possui uma metodologia própria, o que possibilita ao cientista a programação acerca de um determinado projeto de pesquisa, a comunicação deste projeto e a sua avaliação, tudo isso com certa independência das conclusões a que este cientista possa vir a chegar ao final. Tais características de Krippendorff são desmembradas nos seis tópicos do quadro seguinte:

Quadro 2: Tópicos metodológicos sobre AC.

a)	Pesquisa empírica de questões sociais
b)	Possui potencial preditivo
c)	Aplica um conceito amplo de conteúdo
d)	Estuda conteúdo, mensagem e canal sistematizados
e)	Dá grande poder ao investigador sobre seu projeto
f)	Dá independência ao investigador sobre os resultados

Fonte: Autoria própria, com base em Krippendorff (1990)

Fonseca Júnior (2006, p. 286), afirma que, historicamente, a metodologia científica considerou a AC quase que como sinônimo de análise de mensagens escritas e impressas. E exemplifica dizendo que mesmo os discursos orais, como falas de políticos, entrevistas dadas a psicólogos e psiquiatras e, ainda, os programas de rádio, tinham seus conteúdos analisados sob a forma de transcrições. E, inclusive, contemporaneamente, tal prática de estudos sobre materiais impressos continua sendo a prioridade e a única significativamente desenvolvida, apesar dos baixos custos de acesso às mensagens dos mais variados meios de comunicação.

E fora os meios tradicionais de comunicação, a AC, hoje, para muito além da análise de materiais impressos, ainda tem novos grandes desafios, como a sua aplicação sobre meios modernos, as novas mídias: internet, CD-Rom, E-books, TV digital etc.

Ou seja, a AC é um importante método dentro da história da ciência, especialmente das ciências sociais aplicadas, e possui cientificidade reconhecida por causa de seus procedimentos, conjuntamente, quantitativos e qualitativos.

Já tratando diretamente da aplicação da AC, Fonseca Junior (2006, p. 288) sintetizou o método em cinco etapas centrais: 1) Organização da análise; 2) Codificação dos dados; 3) Categorização dos dados; 4) Inferência sobre o material levantado; 5) Tratamento informático.

Os subtópicos decorrentes dessas cinco etapas, ou seja, o desenvolvimento da AC como um todo, podem ser apresentados em três momentos principais: a pré-análise, a exploração do material e, enfim, o tratamento dos resultados e interpretações.

Dentro da pré-análise, o pesquisador faz uma leitura flutuante e panorâmica sobre o seu objeto de pesquisa, formula hipóteses iniciais para tentar dar conta do seu problema pesquisado tal como especifica os seus objetivos gerais e específicos, escolhe os documentos que irá utilizar ao longo de sua análise, constitui o *corpus* próprio que será

trabalhado em sua pesquisa, ou seja, a pré-análise é a instituição dos ideais de uma pesquisa juntamente com a preparação prática do material a ser estudado.

Nesse momento da pré-análise, o cientista pode aplicar a AC sobre, pelo menos, seis categorias diferentes: sistemas, normas, índices e sintomas, representações linguísticas, comunicações e processos institucionais. (FONSECA JUNIOR, 2006, p. 291-292).

Adiante, dentro do trabalho nessas categorias, Fonseca Junior (2006, p. 292-295) diz, ainda, que cabe ao analista de conteúdo fazer a constituição do *corpus* de sua pesquisa seguindo quatro regras:

A primeira regra para a constituição do *corpus* é a exaustividade, isto é, o analista de conteúdo deve considerar todos os documentos relativos ao seu objeto de pesquisa e de modo algum deixar materiais sem análise. No caso da presente dissertação de mestrado, especificamente, são analisados todos os textos em que o jornal Folha de S. Paulo trata das pessoas com deficiência ao longo do ano de 2015.

A segunda regra é a da representatividade. Aqui, trata-se de uma questão estatística. Por exemplo, no caso de não ser possível estudar todo o universo de um determinado objeto delimitado, então impõe-se a necessidade de se trabalhar com amostras. No caso desta dissertação, especificamente, não há esse problema da representatividade, pois o material que versa sobre a pessoa com deficiência no jornal Folha de S. Paulo, dentro do ano delimitado para pesquisa, pode ser estudado em sua totalidade.

A terceira regra é a da homogeneidade, que também deve ser considerada para a constituição do *corpus* da pesquisa. Cabe ao pesquisador trabalhar com documentos e temas que sejam da mesma natureza, gênero ou assunto. Ou seja, para que o fato científico se dê, é fundamental a especificidade do objeto estudado e, por isso, não há espaço dentro do método AC para se tratar abertamente de variados assuntos ou materiais sem uma coerência lógica interna. No caso específico desta dissertação, por exemplo, a única mídia delimitada para pesquisa é o jornal Folha de S. Paulo, os textos que serão estudados são exclusivamente os que versam diretamente sobre as pessoas com deficiência.

A quarta e última regra é a da pertinência, ou seja, o material estudado pelo analista de conteúdo precisa ser intrinsecamente adequado aos seus objetivos de pesquisa com relação ao levantamento e crítica de dados, de modo especial o material analisado deve servir para a resolução do seu problema de pesquisa. Por exemplo, na presente pesquisa de mestrado, se responde à questão central: Como é a representação midiática das pessoas com deficiência no jornal Folha de S. Paulo atualmente? E para responder a esse problema é indispensável que se estude os próprios textos veiculados pela Folha de S.

Paulo tratando das pessoas com deficiência. Essas quatro regras devem nortear todo o trabalho do analista de conteúdo.

Especificamente com relação à exploração do material, há o momento de codificação e de categorização dos dados.

Sobre a codificação, Fonseca Junior (2006, p. 294-295) trata das unidades de registro, das unidades de contexto, da escolha das regras de enumeração e da codificação propriamente na prática. Para definir inicialmente codificação, Fonseca afirma:

A codificação é o processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado.

A primeira fase da codificação versa sobre as unidades de registro. Tais unidades estão intimamente vinculadas ao *corpus* da pesquisa. O próprio Fonseca Junior dá como exemplo de unidade de registro os jornais e suas notícias e, neste caso, a análise de conteúdo pode se dar sobre as palavras-chave usadas em um determinado período por um jornal. Este é exatamente o caso da presente pesquisa de mestrado, pois o estudo dos termos principais quantitativamente mais usados pelo jornal Folha de S. Paulo para se referir a pessoas com deficiência é a prioridade deste trabalho.

A segunda fase da codificação trata das unidades de contexto que, na verdade, estão ligadas às unidades de registro. A AC se debruça sobre ambas, os textos e seus contextos, para daí conseguir chegar a conclusões mais abrangentes e profundas. Por exemplo, é compreensível que as palavras-chave “pessoas com deficiência” e “deficientes” apareçam com muito mais frequência e destaque no jornal Folha de S. Paulo ao longo da semana em que foi oficialmente publicado, no Brasil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou a palavra-chave “Stephen Hawking” apareça mais no jornal na época do lançamento da cinebiografia A Teoria de Tudo. Ou seja, a análise dos registros não deve estar desligada da análise dos contextos linguísticos e sociais.

A terceira fase da codificação é a escolha das regras de enumeração. Esta fase é fundamental para a presente pesquisa de mestrado, pois seguindo a visão de Krippendorff (1990, p. 57) apresentada por Fonseca Junior:

[...] é possível encontrar tradicionalmente três índices nas pesquisas sobre as comunicações de massa: a) a *frequência* com que aparece um símbolo, ideia ou tema tende a ser interpretada como medida de *importância*, *atenção* ou *ênfase*; b) o equilíbrio na quantidade de atributos *favoráveis* e *desfavoráveis* de um símbolo, ideia ou tema tende a servir como medida de orientação ou tendência; c) a quantidade de associações e classificações manifestadas sobre um símbolo, ideia

ou tema pode ser interpretada como uma medida de *intensidade* ou *força* de uma crença, convicção ou motivação.

Esses três índices são práticos e úteis na análise da representação da pessoa com deficiência feita pela Folha de S. Paulo, pois a frequência, os atributos e as associações apresentados nos textos da Folha ao retratar as pessoas com deficiência são indicadores para a compreensão da visão que esse jornal tem e veicula acerca dessas pessoas.

Por fim, a quarta fase da codificação é propriamente a codificação na prática, ou seja, executadas as fases anteriores, cabe ao analista de conteúdo cumprir uma função burocrática e estritamente quantitativa, podendo usar-se de tabelas e formulários para registrar os dados levantados segundo caracterizações e detalhes, como datas, tamanhos, tema, sexo, veículo de comunicação, geografia etc.

Já a terceira etapa da AC é a categorização dos dados que, principalmente, consiste em dar continuidade e profundidade à codificação básica feita anteriormente. A categorização é o momento em que se classifica e se agrupa os dados levantados de modo que fiquem inteligíveis e alinhados para servir de resposta ao problema inicial de pesquisa.

Tais categorias podem ser diversas, conforme a intenção e a necessidade do pesquisador, por exemplo: categorias semânticas (temáticas), sintáticas (de verbos e adjetivos), léxicas (classificação de palavras) e expressivas (perturbações na linguagem, por exemplo).

Nesta dissertação de mestrado, faz-se categorização a partir de temas, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e Jogos Parapan-americanos, e a partir de palavras, como “aleijado” e “pessoa com deficiência”.

Para Fonseca Junior (2006, p. 298), a categorização deve apresentar cinco características: 1) exclusão mútua: um determinado elemento não deve estar em mais de uma categoria; 2) homogeneidade: cada categoria deve possuir em si apenas elementos da mesma natureza; 3) pertinência: o sistema de categorias deve estar intimamente alinhado com a pesquisa como um todo, de modo especial com o objetivo geral e com o problema de pesquisa; 4) objetividade: as classificações devem ser claras e objetivas de modo que se um segundo pesquisador quisesse conferir os passos feitos na pesquisa, ele conseguiria chegar às mesmas conclusões; 5) produtividade: as categorias devem pender para a inovação e não para a mera reprodução de resultados já alcançados por outros pesquisadores.

Depois, há a quarta etapa da AC, a etapa da inferência. Especificamente sobre essa etapa de análise e interpretação dos dados levantados, Bardin (1977, p. 133) diz:

Sobre o que é que pode incidir este tipo de interpretação controlada, que é, na análise de conteúdo, a inferência? Vamos abordar o assunto teoricamente (possíveis polos de atração) e seguidamente de maneira realista, com exemplos atuais de inferência.

A inferência, aqui, surge com o nome de “interpretação controlada”. E, adiante, no tópico intitulado “Polos da análise”, Bardin afirma que o método AC, para além do texto e do contexto mais evidentes e superficiais, proporciona informações extras ao leitor ou pesquisador críticos. No caso do cientista, por exemplo, a AC é um meio possibilitador de um olhar aprofundado sobre um determinado objeto, isto é, enquanto o não-cientista fica satisfeito com um saber bastante superficial, de senso comum, o pesquisador acadêmico a partir da aplicação e exercício da AC de fato encontra aspectos mais abrangentes da realidade. Tal cientista pode ser sociólogo, comunicólogo, historiador, crítico literário, psicólogo, exegeta religioso ou, inclusive, pode ser também apenas um leitor leigo que não se satisfaz com o estudo meramente panorâmico de um determinado conteúdo cultural. A todos estes, a AC pode servir com ponte para chegar a essas “informações suplementares”, como denominou Bardin, acerca de um determinado objeto pesquisado.

Para aprofundar isso, Bardin trabalha os conceitos fundamentais do sistema de análise de conteúdo, os chamados “polos de atração” ou “polos de inferência”, que são: o emissor de uma determinada mensagem, o receptor, a própria mensagem em si (seu código e sua significação) e o canal usado. Aqui, vê-se o texto e o contexto intrinsecamente relacionados e assim é que o analista de conteúdo tem liberdade para trabalhar sobre o seu objeto delimitado.

Isto é, ao dizer que o cientista ou o mero leitor crítico almejam “informações suplementares”, pode-se então perguntar sobre o quê ou sobre quem corresponde este “saber mais”. E é para responder a essa questão que Bardin (1977, p. 133) cita os referidos polos de atração que, em suas próprias palavras:

Teoricamente, pode reenviar ou apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor, enquanto polos de inferência propriamente ditos.

Depois de salientar esses pontos fundantes da teoria da comunicação e o seu estudo sistemático pelo analista de conteúdo, Bardin passa então a expor, de modo pormenorizado, cada um desses pontos.

A começar pelo emissor, que também pode ser chamado de “produtor de mensagem”. No caso específico da presente dissertação de mestrado, os emissores são

os autores, em sua maioria jornalistas, que assinam os textos que tratam das pessoas com deficiência no jornal Folha de S. Paulo, mas tais emissores específicos não são o foco de estudo desta dissertação. E Bardin faz uma conceituação geral acerca do que é um emissor. Ela explica que o emissor pode tratar-se tanto de uma única pessoa quanto de um grupo de pessoas. Tais emissores, necessariamente, são comunicadores, ainda que não atuem profissionalmente em meios de comunicação. O emissor cumpre sempre a função de dar expressão a ideias ou, sob outros termos, de constituir representação comunicacional para determinados discursos. Bardin (1977, p. 134) chega a definir que “com efeito, pode-se avançar a hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor”, isto é, uma vez mais, afirma-se que um texto não está solto do seu contexto.

Para exemplificar tal sugestão, Bardin cita casos da psicologia, dos estudos literários e da política.

No caso da AC aplicada por um psicólogo para estudar o monólogo de um determinado paciente, por exemplo, fica claro que as reclamações, devaneios e certezas emitidas pelo paciente estão intimamente relacionadas à personalidade, identidade pessoal e história de vida desse paciente. O autor e o discurso, por isso, estão interligados e, assim, precisam ser analisados como um todo complexo. O mesmo ocorre, em mais um exemplo, na AC aplicada por um linguista ou crítico literário que se dispõe a pesquisar os textos poéticos de Baudelaire. Pois, após delimitar os poemas de pesquisa e de se aprofundar neles, não apenas se obtém “informações suplementares” acerca da grafia, da estética e do sentido filosófico dos textos desse escritor, mas, inevitavelmente, o cientista também irá se aproximar da pessoa por trás do discurso, do próprio Baudelaire, de suas virtudes e vícios, seus sonhos e medos, pois esse emissor poeta não pode desligar-se totalmente do fazer poético que ele emitiu. Enfim, o mesmo vale para o exemplo de um político que, ao ter a sua oratória e retórica analisadas, será encontrado também em meio ao conteúdo das teses e argumentos que expõe.

Bardin, então, passa a conceituar o receptor, que pode ser leitor, ouvinte, telespectador etc. de uma determinada mensagem, isto é, a noção de receptor aqui se refere tanto a um único indivíduo quanto a grupos de indivíduos ou mesmo ao amplo conjunto dos diferentes, ao povo, como um todo, e sua diversidade. No caso específico desta dissertação de mestrado, os receptores do jornal impresso Folha de S. Paulo são toda uma infinidade de leitores, em sua maioria brasileiros.

E Bardin afirma que o receptor é o grande foco de existência da mensagem. É para o receptor que as mensagens são inventadas e veiculadas. A recepção é, pois, justificativa máxima da existência de um discurso. Mas tal processo não se dá sem interesse, pois a

comunicação de um texto tende a agir sobre os receptores, “função instrumental da comunicação”, buscando informá-los e/ou persuadi-los, mas ela pode tender também para simplesmente adaptar-se aos receptores, reutilizando e reafirmando a forma e o conteúdo que um determinado grupo já está habituado.

Para exemplificar, pode-se ver o caso dos romances de Balzac. Pois, ora, o romance é uma mensagem que não está desvinculada de seu autor-emissor e nem, tampouco, de seus leitores-receptores. Por isso, há muito para se saber sobre uma determinada pessoa a partir do fato de ela se mostrar uma leitora assídua da literatura balzaquiana. O mesmo vale, para um novo exemplo, no caso de celebrações escolares e acadêmicas, nas quais os oradores indicados por uma determinada turma de alunos não apenas podem ser analisados enquanto emissores de discurso e não apenas podem ser analisados acerca do conteúdo de suas mensagens ditas, mas também as suas falas revelam características fundamentais acerca da plateia que os assiste e, via de regra, os aplaude no final de suas exposições. Na verdade, tais discursos costumam ser produzidos exatamente para agradar e se adaptar à audiência. Este fato comunicacional que fica mais explícito ainda no trabalho de marketing das agências de publicidade que, de modo eficiente, pretende criar peças e campanhas intimamente vinculadas com a identidade de um determinado grupo de consumidores. Assim sendo, caso o método AC seja aplicado nos estudos de peças publicitárias, necessariamente então o pesquisador produzirá conhecimentos não apenas sobre os emissores de tais peças, mas muito sobre os receptores, público-alvo, de um determinado trabalho publicitário.

Em terceiro lugar, Bardin apresenta características da mensagem em si, ou seja, trata diretamente do produto criado pelo emissor:

A mensagem – Qualquer análise de conteúdo passa pela análise da própria mensagem. Esta constitui o material, o ponto de partida e o indicador sem o qual a análise não seria possível! (1977, p. 134).

Ou seja, a mensagem em si é o foco do analista de conteúdo, porém ela é apenas o “ponto de partida” da pesquisa que, para ser legítima, precisa enfrentar a complexidade de um determinado objeto em seu todo: emissor, receptor, mensagem e mídia.

No caso específico desta pesquisa, a mensagem que mais interessa são os textos, veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo, que abordam diretamente questões relacionadas a pessoas com deficiência.

Acerca da mensagem, este material primordial para a AC, Bardin disserta a partir de dois níveis de análise: o código e a significação. Estes, respectivamente, também podem

ser denominados como continente e conteúdo ou, ainda, como significante e significado – para empregar termos clássicos da semiologia, de modo especial importantes para o tópico desta dissertação em que se trata da questão do mito e do discurso mitificador.

O nível do código de uma mensagem diz respeito a um indicador, a um fenômeno linguístico com capacidade para apresentar um discurso interno. Obviamente, o estudo do código trata-se, com prioridade, de um estudo formal e descritivo. Para exemplificar essa formalidade, reitera-se o caso do escritor Balzac que, se for analisado especificamente a partir dos códigos que emprega em suas mensagens, pode então ser pesquisado a partir de questões como: “Qual é o repertório de palavras empregadas por Balzac?” ou “Qual é a formulação padrão dos títulos e subtítulos dos textos balzaquianos?”. Já no caso do exemplo do analista de conteúdo que se debruça sobre um objeto relacionado aos discursos políticos, se for estudar seus códigos, pode então partir de questões como “Qual o tamanho das frases construídas por um determinado orador?”, “Com que frequência o orador cria frases de efeito para ganhar a atenção da plateia?” etc. E no exemplo do estudo de peças publicitárias, quando da análise estrita do código das mensagens, é possível buscar respostas para questões do tipo “Que figuras de linguagem são as preferidas por determinado marqueteiro?”, “Quais sofismas ou falácias são intencionalmente usados em uma determinada campanha?” etc.

No entanto, Bardin (1977, p. 135), ainda tratando do código da mensagem, por meio dos exemplos dados e das questões levantadas, afirma:

As questões precedentes, uma vez resolvidas, devem ser, no entanto, seguidas de outras interrogações: o que é que o vocabulário de Balzac nos revela sobre o autor ou sobre os leitores? Em que medida é que o comprimento das frases de um discurso político nos informa sobre a segurança do orador? Qual será a presumível ação sedutora da retórica publicitária sobre os consumidores visados?

Ou seja, novamente vê-se a afirmação do texto em meio ao seu contexto geral. Por isso, cabe ao analista de conteúdo empregar o método focado em uma delimitada mensagem sem, por isso, deixar de analisar de modo conjunto e complexo também o produtor dessa mensagem, o público-alvo dessa mensagem e o meio de comunicação sobre o qual esta mensagem é veiculada. Sendo assim, esses quatro elementos constituem a estrutura básica de toda ação comunicacional e, para estudo científico, costumam ser separados. Porém, para uma AC em profundidade, nenhum desses elementos deve ser totalmente excluído ou desconsiderado.

Após definir o primeiro nível da mensagem – o código –, Bardin passa então a explicar o nível da significação.

A significação trata-se do conteúdo semântico das mensagens, isto é, de toda multidão conceitual presente no mais íntimo de um discurso. O significado de uma mensagem diz respeito aos temas que são tratados, por exemplo, ao longo da exposição de uma pessoa durante uma festa de formatura de alunos; diz respeito às angústias ou medos específicos e reiteradamente expressados por um paciente ao longo de um tratamento psicoterapêutico, por exemplo; aos desejos que são estimulados pelos projetos de marketing.

Porém, a AC visa, sistematicamente, ir ainda mais fundo na pesquisa do *telos*, do sentido, da finalidade de uma mensagem. Por isso, nos exemplos citados, Bardin complementa dizendo que, fora os sentidos mais óbvios e primeiros, há ainda os sentidos profundos, que parecem secundários nos discursos, mas, na realidade, sustentam toda a semântica de uma mensagem, e são fundamentais no estudo semiológico das mensagens, na mitologia, por exemplo.

Quais são os sistemas de valores e as instituições contidas nas temáticas dos discursos de distribuição de prêmios [em formaturas acadêmicas, por exemplo]? Que realidades inconscientes e recalcadas escondem o discurso falsificado do paciente no divã psicanalítico? Que valores e que ídolos veiculam, apesar de tudo, as mensagens publicitárias? (BARDIN, 1977, p.136).

Por isso, os sentidos mais facilmente identificáveis encontram-se ligados a sentidos anteriores e mais profundos que exigem uma análise mais densa e crítica do conteúdo para que sejam trazidos à tona. E ainda mais, por vezes os “sentidos primeiros” e rasos na verdade são expostos nas mensagens já sob uma intenção do emissor que, por razões particulares, quer justamente esconder ou camuflar os seus “mitos, símbolos e valores”. Cabe, pois, ao analista de conteúdo buscar essas “informações suplementares”, buscar o saber mais, porque extrair o que é subjacente na comunicação é justamente o que caracteriza o método AC.

Para esta dissertação, tal aprofundamento no sentido das mensagens é fundamental, tanto para a procura de preconceitos ou ignorância com relação ao emprego de termos questionáveis para representar as pessoas com deficiência, como as palavras “aleijado” e “portador”, quanto para a mitificação e romantização que pode haver com certas pessoas com deficiência, como com o físico Stephen Hawking.

Por fim, Bardin aborda o quarto e último elemento constitutivo básico da comunicação que, em conjunto, é estudado pelo analista de conteúdo. Trata-se da própria mídia em si.

Com o termo mídia, Bardin (1977, p. 136) “quer dizer o canal, o instrumento, o objeto técnico, o suporte material do código”, a exemplo dos tradicionais: jornal impresso, livro ou telefone fixo; dos menos antigos: rádio e TV; e dos inovadores: celular e computador.

Em que é que a introdução de um aparelho de televisão modifica, a curto prazo, uma estrutura familiar? Como é que informações idênticas serão diferentemente decifradas e assimiladas por crianças, no caso de serem veiculadas pela TV [...]? De que modo serão codificadas e decodificadas pelos locutores as mesmas mensagens transmitidas por carta ou pelo telefone? (BARDIN, 1977, p. 136).

Ou seja, o estudo da mídia trata de questões diretamente ligadas ao suporte que permite a circulação de uma mensagem emitida por alguém e que tem, por finalidade, chegar a um público-alvo. No entanto, o estudo desse suporte ou instrumento de comunicação não deve estar excluído do processo de AC, que procura compreender os quatro elementos comunicacionais básicos interligados.

Todavia, acaso um objeto de pesquisa delimitado estude exclusivamente um canal de comunicação, então trata-se de um método com procedimentos meramente experimentais e práticos. Por outro lado, a AC, que também estuda o canal, mas sempre em conjunto, não é um método exclusivamente empírico e experimental, pois além do levantamento inicial meramente quantitativo, a AC avança para uma etapa teórica e qualitativa.

Enfim, a quinta e última etapa da AC é a etapa do tratamento informático, que nada mais é do que o uso de computadores e softwares para o processamento dos dados levantados, além de servir instrumentalmente também para trabalhar com operações lógicas básicas como agrupamentos automáticos de temas, busca de palavras-chave ou contagens e quantificações de toda ordem. O tratamento informático serve também, ao final, para tornar digital todo o procedimento e conclusões a que um analista de conteúdo chegou.

Nesta pesquisa de mestrado, para o levantamento e crítica dos dados da mídia delimitada, então, a AC é o principal procedimento empregado, conforme se vê no próximo tópico, sempre amparando tal estudo a partir da comparação entre o que diz o manual da redação da Folha de S.Paulo e o que é praticado no dia a dia do jornal e, ainda, partindo das noções teóricas dos Direitos Humanos, da filosofia de Habermas e da mitificação segundo a semiologia já expostos.

Especificamente, as atividades de dentro da AC adotadas, nesta dissertação, partem do estudo de todas as publicações feitas pelo jornal Folha de São Paulo, sobre pessoas com deficiência, no ano de 2015. Este é o universo de mensagens estudado, o *corpus* deste

trabalho, totalizando cento e cinco (105) publicações, só da versão impressa, diretamente sobre pessoas com deficiência, publicadas de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro do ano delimitado. Para tanto, a técnica de coleta empregada especificou a busca pelas seguintes palavras-chave, tendo o site oficial do jornal Folha de S.Paulo, em seu motor de busca, como fonte de dados: "pessoa com deficiência", "deficiente", "portador de deficiência", "aleijado", "retardado", "defeituoso", "Lei Brasileira de Inclusão", "Estatuto da Pessoa com Deficiência", "Jogos Parapan-americanos" e "Stephen Hawking". O critério de escolha dessas palavras-chave é o fato de serem as mais usadas para se referir a pessoas com deficiência. Já o nome "Stephen Hawking", que se refere ao cientista astrofísico britânico, que é uma pessoa com deficiência, também foi acrescentado nessa busca em razão da grande quantidade de textos publicados sobre ele. Para cada uma dessas palavras-chave se criou uma categoria, conforme exposto nas tabelas do tópico a seguir. E cada apresentação quantitativa das tabelas é seguida de inferências, estas que têm como base a linguagem inclusiva, pautada nos Direitos Humanos, a representação política, pautada na noção habermasiana de "esfera pública", a teoria da mitificação na semiologia de Roland Barthes, para analisar a heroificação de Stephen Hawking, e, também, tais críticas, sempre que possível, têm por base o próprio manual da redação do jornal delimitado.

No tópico a seguir, então, apresenta-se a análise feita a partir dessa delimitação metodológica e dessa referida base teórica.

4.2 Análise dos dados levantados

Nos dois subtópicos seguintes, apresentam-se, primeiro, o levantamento de publicações da versão impressa do jornal Folha de S.Paulo, do ano de 2015, versando sobre pessoas com deficiência; e, por fim, expõe-se a análise de um contraponto específico de pessoa com deficiência na mídia delimitada, a representação do físico Stephen Hawking, com indícios de mitificação.

4.2.1 Pessoa com deficiência na Folha de S.Paulo

Com base no manual da redação da Folha de S.Paulo, na revisão principiológica dos Direitos Humanos – que leva à promoção da linguagem inclusiva – e da noção política e sociológica de "esfera pública" habermasiana, a seguir, mostra-se o levantamento de dados feito.

Delimitado o ano de 2015 para a busca de dados, procurou-se pelos três termos mais questionáveis que, historicamente, foram empregados para depreciar as pessoas com

deficiência: “aleijado”, “retardado” e “defeituoso”. Também palavras derivadas destas, o seu feminino e o seu plural, foram pesquisadas.

Chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 1: Uso de termos arcaicos na Folha de S.Paulo.

TERMOS	QUANTIDADE
Aleijado	10
Retardado	0
Defeituoso	0

Fonte: Autoria própria.

Ou seja, os textos do jornal Folha de S.Paulo não empregaram os termos “retardado” e “defeituoso” para se referir a pessoas com deficiência. Porém, usaram periodicamente o termo “aleijado”, contrariando, assim, a própria indicação do seu Manual da Redação (2015) que diz que tal termo não deve ser empregado.

Das dez ocorrências encontradas, por oito vezes o termo “aleijado” foi usado para se dirigir a pessoas com deficiência. E por duas vezes o termo não estava relacionado a pessoas, mas foi mantido nesse resultado geral para expor o sentido depreciativo que essa palavra carrega mesmo quando não se refere a pessoas com deficiência.

Ao analisar os contextos nos quais o termo “aleijado” foi usado, chega-se à conclusão de que ele foi empregado de modo pejorativo, na maioria das vezes, ao se referir às pessoas com deficiência. Tal formulação discursiva afronta a linguagem inclusiva, conforme exposta anteriormente pautada pelos Direitos Humanos. A orientação inclusiva é para que se use a expressão completa “pessoa com deficiência” em vez de termos historicamente carregados de preconceito, como “aleijado”.

O primeiro texto que aparece, de 09/07/2015, sob o título “Nua, atriz expurga males da sociedade de consumo”, na coluna ilustrada, escrito por Barbara Garcia, apresenta o termo “aleijado” na seguinte parte:

E, tanto lá como cá, há uma legião de jovens pirando na solidão dos seus quartinhos miseráveis, mas que vomitariam tudo o que a personagem de Tricerri joga no colo da plateia. Porque sou feia, pratiquei felação no fanho aleijado lá da escola; porque tenho coxas deformadas, deixei que abusassem de mim, e assim por diante.

Esse texto se refere a uma peça de teatro, apresentando-a elogiosamente. Mas o parágrafo citado emprega o termo “aleijado” associado à feiura, deformação, abuso sexual, miséria e vômito. Diretamente o “fanho”, que tem dificuldade para falar, e as “coxas

deformadas”, também citados, podem igualmente se referir a pessoas com deficiência, de modo excludente. O termo “aleijado” foi usado de modo depreciativo, exatamente o que o Manual da Redação (2015), da Folha, diz querer evitar em seu jornal.

O segundo texto, de 17/06/2015, sob o título “O gosto ácido da discriminação”, na coluna Cotidiano, escrito por Jairo Marques, apresenta o termo “aleijado” no trecho:

Dias depois, a resposta da agência, traduzida em meu dialeto: “Seu Jairim, de modos que o sr. tenha se declarado aleijado, a seguradora (SulAmérica Seguros) exige que, para seguir com o seu processo, seja apresentado um laudo médico em que esteja provado que o seu dodói não tenha repercussões em sua vida e que você ainda presta para alguma coisa”.

Esse texto se trata de uma denúncia de preconceito sofrida pelo próprio autor, que é uma pessoa com deficiência. O termo “aleijado” é empregado com ironia, ao lado de “dodói” e de “você ainda presta para alguma coisa”. O autor do texto diz que essa é uma tradução para o seu dialeto. Mas, nesse caso, a linguagem inclusiva seria melhor atendida caso a ironia e palavras condenáveis a partir do próprio manual da redação deste jornal em estudo, como “aleijado”, não fossem promovidas para se referir a pessoas com deficiência. A dignidade da pessoa humana, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é mais claramente respeitada quando se opta pela não ironia de uma expressão como “você ainda presta para alguma coisa”.

O terceiro texto, de 17/05/2015, sob o título “O assassinato de um idoso aleijado”, na coluna Ilustríssima, escrito por Demétrio Magnoli, apresenta o termo “aleijado”, além de no próprio título, no parágrafo:

Segundo Seymour Hersh, a versão oficial, rematada mentira, oculta uma ação conjunta das agências de inteligência americana e paquistanesa para assassinar um prisioneiro aleijado que já não representava perigo algum. [...] Bin Laden era um brinquete, antes de se tornar um cativo, idoso e aleijado, na cela paquistanesa de Abbottabad.

Esse artigo analisa uma crítica à versão oficial dada pelos EUA sobre a morte do líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden. O termo “aleijado”, desde o título, é empregado para dar ênfase à fragilidade e submissão da pessoa, por isso o termo sempre aparece ao lado de “idoso”, “prisioneiro”, “brinquete”, “cativo”, “inválido”, “que já não representava perigo algum”, de modo que a deficiência fica explicitamente associada à falta de autonomia, típica associação linguística genérica e depreciativa.

O quarto texto, de 25/03/2015, sob o título “Nosso estranho amor”, na coluna Cotidiano, escrito por Jairo Marques, apresenta o termo “aleijado” no seguinte contexto:

"Definitivamente", como diria minha tia Filinha, não posso me ofender nem querer arrancar os cabelos com a pinça diante dessas comuns situações de confusão social diante do desconhecido. A melhor maneira de resolver impressões equivocadas como essas é uma breve beijoca na boca e um sorriso divertido para o público ávido para saber que diabos aquela mulher faz com o pobre do aleijado.

Essa crônica indica uma denúncia de preconceito sofrido pelo próprio autor, que é uma pessoa com deficiência. O termo "aleijado" é usado ao lado de "pobre" e de "diabos", reforçando o sentido depreciativo que essa palavra costuma sugerir para a pessoa com deficiência, contrariando, novamente, o Manual da Redação (2015), da Folha, que afirma não pretender fazer a promoção de tal discurso marginalizador de minorias sociais.

O quinto texto, de 25/02/2015, sob o título "Porta-padrão", na coluna Cotidiano, escrito por Jairo Marques, apresenta o termo "aleijado" do seguinte modo:

Na perspectiva de quem não é cadeirante, toda porta de mictório é grande o suficiente para passar uma boiada, então, quando se descobre que o "serumano" aleijado precisa se aliviar, rapidamente o fato ganha destaque e não faltam opiniões seguras de lugares onde eu poderia fazer o meu xixi.

Essa é mais uma narrativa acerca da falta de acessibilidade sofrida pelo seu próprio autor, que é uma pessoa com deficiência. Jairo Marques é colunista do jornal Folha de S.Paulo, mas, apesar das indicações do Manual da Redação (2015), seus textos às vezes aparecem com ironia ao se referir a si mesmo, enquanto pessoa com deficiência, e ao empregar de modo pejorativo expressões historicamente preconceituosas. Especificamente neste último texto citado, o termo "aleijado" não é exposto em um contexto de menosprezo das pessoas com deficiência. A palavra próxima, entre aspas, "serumano", parece apenas se referir à forma oral costumeira de se dizer "ser humano" e não a brincadeira acerca da humanidade das pessoas com deficiência. Diferente de outros textos do mesmo repórter e colunista da Folha, em que se emprega termos arcaicos. Termos arcaicos, conforme afirma Sassaki (2003), são advindos de outros períodos históricos e nem sempre dialogam com as exigências da linguagem democrática contemporânea que busca se pautar pela principiologia dos Direitos Humanos.

O sexto texto, de 09/02/2015, sob o título "Alta tensão", editorial do jornal, apresenta o termo "aleijado" da seguinte forma:

Tudo isso compõe o efeito retardado e daninho da tentativa da presidente Dilma Rousseff (PT), a partir de 2012, de baixar as tarifas de energia por decreto. A presente estação de chuvas parcas só veio agravar a situação de um sistema aleijado pela incompetência.

Esse editorial é uma crítica à então presidente Dilma Rousseff (PT) em relação a gestão do sistema elétrico brasileiro. O termo “aleijado” é usado próximo de “retardado”, “daninho” e “parcas”, reforçando o sentido depreciativo que essa palavra costuma sugerir mesmo quando não empregado em relação a pessoas com deficiência. Neste contexto, o editorial da Folha de S.Paulo, como era de se esperar, não contrariou o seu próprio Manual da Redação (2015), no entanto reforçou aqui a semântica aviltante que o termo “aleijado” costuma sugerir, ou seja, tornando-se impróprio para se referir respeitosamente a seres humanos.

O sétimo texto, de 19/01/2015, sob o título “Músico sem mãos tem estúdio e toca em banda de blues e rock”, na coluna Mercado, escrito por Felipe Oliveira, apresenta o termo “aleijado” no trecho:

Ele conta que, mesmo tratando do tema da deficiência e inclusão em algumas das letras de sua banda, não gosta de ser considerado um exemplo de superação. "Tudo é uma questão de atitude. Nos shows que fiz, eu nunca tive nenhuma reação de pessoas fazendo reverência para mim nem ninguém me chamando de 'aleijado'. Sou músico, não político. Não sou o Martin Luther King sem as mãos."

Essa reportagem apresenta uma entrevista com um músico paulistano que tem deficiência física. O termo “aleijado” é citado pelo próprio músico quando ele expressa que, em seus shows, nunca foi menosprezado. Isso reforça o sentido de discriminação no qual “aleijado” costuma ser empregado. Não só historiadores e sociolinguistas, por isso, compreendem o emprego questionável de “aleijado”, mas também algumas pessoas com deficiência entendem esse termo como meio agressivo de adjetivação.

O oitavo texto, de 07/10/2015, sob o título “A escola dos lindos”, na coluna Cotidiano, escrito por Jairo Marques, apresenta o termo “aleijados” na seguinte parte:

Aleijados de qualquer espécie não entrarão em nossas dependências com as sujas rodas de suas cadeiras, com seus cães-guia pulguentos, com modos 'tchuberubes' ou com baba no canto da boca. Essa gente é um perigo e a queremos longe.

Esse texto trata-se de uma crítica a escolas particulares que resistem a aceitar alunos com deficiência. O termo “aleijados” é empregado em um contexto de exagero, junto a “perigo” e a “queremos longe”, mais uma vez indicando o peso linguístico de sua expressão que, por isso mesmo, é corretamente censurado pelo Manual da Redação (2015), da Folha de S.Paulo, e pela linguagem inclusiva pautada nos Direitos Humanos, mas que, contraditoriamente, é publicado com insistência pelo mesmo jornal.

O nono texto, de 19/03/2015, sob o título “‘Branco sai’ é filme de terror verdadeiro”, na coluna Ilustrada, escrito por Inácio Araujo, apresenta o termo “aleijados” no contexto:

Por um lado temos um documentário sobre o destino de dois rapazes, dançarinos, que estavam no baile. Eram adolescentes alegres, que preparavam passos inventivos para desenvolver na hora da festa. Agora um deles está preso a uma cadeira de rodas, o outro usa perna mecânica. [...] "Branco Sai" expõe o contraste entre a alegria adolescente dos sensuais dançarinos e a tristeza que se percebe no rosto dos atuais aleijados.

Nesse resumo e crítica sobre um filme do diretor brasileiro Adirley Queirós, o termo “aleijados” é novamente usado para salientar o sofrimento das pessoas com deficiência, aparecendo aqui ao lado de “tristeza” e de “preso a uma cadeira de rodas”. Vê-se, assim, que nas mais diversas colunas do jornal Folha de S.Paulo e, ainda, em períodos muito diversos do ano o termo “aleijado” é empregado sem nenhuma ressalva, talvez mais por desconhecimento do próprio Manual da Redação (2015), que diz formatar as publicações de jornal, do que por vontade de afrontar a linguagem inclusiva, a minoria social em questão e os Direitos Humanos.

O décimo texto, de 12/08/2015, sob o título “Tripé do mal aleija e mata a indústria nacional há 8 anos”, na coluna Mercado, escrito por Cláudia Rolli, apresenta o termo “aleijada” do seguinte modo:

Afora a falta de investimento privado e público, que afeta o setor industrial, há oito anos convivemos com o chamado 'tripé do mal'. O ministro da Fazenda Mario Henrique Simonsen [1935-1997] dizia: juro alto aleija; câmbio alto mata. A indústria está sendo aleijada e morta há pelo menos oito anos.

Nessa entrevista sobre a situação econômica brasileira, a palavra “aleijada” não se refere a pessoas com deficiência, mas faz-se a citação aqui para demonstrar ainda esta segunda e última vez que ao “aleijado” não se dá nenhum sentido benévolo ou engrandecedor, quer trate de pessoas com deficiência ou da indústria brasileira.

Enfim, diante de tal levantamento, reitera-se que o jornal Folha de S.Paulo, no ano delimitado de 2015, não veiculou nenhum texto, em sua versão impressa, empregando os termos “retardado” e “defeituoso” para se dirigir a pessoas com deficiência. No entanto, como se constata pelos contextos expostos aqui, o termo “aleijado” continua sendo usado periodicamente. E na maioria das vezes, o termo está relacionado de modo depreciativo a pessoas com deficiência, o que atrapalha a promoção da linguagem humanista e inclusiva que o próprio jornal afirma acolher em seu Manual da Redação mais atualizado.

Depois desse estudo acerca de termos específicos empregados, então apresenta-se os dados levantados sob a perspectiva de minorias sociais, especialmente as pessoas com deficiência. Aqui, procurou-se pelos termos mais empregados para se referir a pessoas

de três minorias sociais: "deficiente", "gay" e "indígena". Usou-se dessas minorias a fim de fazer uma análise comparativa quantitativa, porém outros grupos também poderiam ter sido usados, como mulheres e negros. Optou-se pelas três minorias seguintes pois essas estão entre as menos citadas pela grande mídia.

Chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 2: Frequência, na Folha de S.Paulo, de algumas minorias no ano de 2015.

TERMOS	QUANTIDADE
Deficiente	28
Indígena	130
Gay	300

Fonte: Autoria própria.

O termo “deficiente” apareceu cinquenta e nove (59) vezes na busca, no entanto, após a análise, vê-se que em apenas vinte e oito (28) dessas vezes o termo empregado se dirigia a pessoas com deficiência, conforme exposto na tabela.

Ou seja, com relação à frequência de representação midiática no jornal Folha de S.Paulo, na comparação quantitativa das minorias delimitadas, nota-se que dentre os excluídos há os que são mais excluídos, neste caso as pessoas com deficiência.

Uma vez que tal minoria social, as pessoas com deficiência, ocupa um espaço midiático-discursivo limitadíssimo, mesmo se em análise comparativa com outras também minorias sociais, então é certo que a sua voz dentro da esfera pública é pouco ouvida ou, mesmo, não é ouvida. Conforme apresentado na revisão teórica, se um determinado grupo não toma parte linguisticamente significativa dentro das periferias comunicacionais e políticas, segundo Habermas (1997, p. 92-93), então tal coletividade social deixa de influenciar os centros decisórios de poder, representação e decisão, como o Parlamento e o Judiciário. Esse é um exercício histórico antidemocrático.

Para aprofundar a análise comparativa, salienta-se que das três minorias sociais levantadas as pessoas com deficiência formam o maior contingente. Há 45,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, segundo o Censo do IBGE (O Estado de S.Paulo, 2012). Enquanto há apenas 896,9 mil indígenas no território nacional, segundo Censo do IBGE (Portal Brasil, 2012). E cerca de 17,9 milhões de gays, segundo estimativa da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (JusBrasil, 2009). As pessoas com deficiência são em maior número, mas ainda assim são bem menos citadas

que as pessoas dos outros dois grupos: dentre os excluídos, há os midiaticamente mais excluídos.

Diante de tal cenário de censura ou desatenção da grande mídia em relação às pessoas com deficiência, nota-se a limitada esfera pública democrática no Brasil, no sentido habermasiano, e a prorrogação da marginalização histórica sofrida por esse grupo.

Exposto esse primeiro resultado dos termos mais usados e sua respectiva comparação, apresentam-se agora as outras duas expressões, relacionadas especificamente a pessoas com deficiência que, em quantidade inferior, também apareceram em textos do jornal impresso Folha de S.Paulo, de 2015:

Tabela 3: Emprego do termo “portador”, na Folha, no ano de 2015

TERMOS	QUANTIDADE
Pessoa com deficiência	17
Portador de deficiência	9

Fonte: Autoria própria.

A abordagem do jornal Folha de S.Paulo sob a perspectiva desses termos é, então, ainda menor. Relembra-se, aqui, o fato de que a expressão “pessoa com deficiência”, apesar de pouco aparecer ao longo de um ano inteiro de publicações do jornal estudado, é a forma para se referir a pessoas com deficiência segundo recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme registrado no embasamento teórico. Ainda salienta-se o emprego do arcaico e inadequado termo “portador”, que foi periodicamente usado ao longo de 2015.

E por também serem fatos incontornáveis do ano de 2015 e estarem diretamente relacionados às pessoas com deficiência, pesquisaram-se ainda pelas vezes em que a Folha de S.Paulo tratou do Estatuto da Pessoa com Deficiência e dos Jogos Parapan-americanos que, como mostram os dados, também tiveram insuficiente cobertura do jornal impresso:

Tabela 4: Referências, na Folha, sobre pessoas com deficiência, em 2015

TERMOS	QUANTIDADE
Lei Brasileira de Inclusão	1
Estatuto da Pessoa com Deficiência	2
Jogos Parapan-americanos	4

Fonte: Autoria própria.

Considera-se pequena tal cobertura do jornal sobre as pessoas com deficiência, além da desproporção com o grande número de brasileiros com deficiência, apresentado anteriormente, também em razão de o Estatuto da Pessoa com Deficiência ser uma lei de interesse geral, conquista histórica no Brasil, que altera e regula partes expressivas das relações sociais, no mercado de trabalho, no acesso à educação e nos direitos relacionados à previdência. Já com relação aos Jogos Parapan-americanos, a cobertura midiática é pequena se for levado em consideração o apelo jornalístico de ser o Brasil uma potência esportiva paraolímpica, campeão destacado em número de medalhas de ouro nesses jogos de 2015, no Canadá.

Ou seja, a ausência de publicidade midiática é abrangente no caso da minoria social estudada. As periferias discursivas brasileiras, então, não apenas diminuem a representação das pessoas com deficiência e, assim, enfraquecem a sua influência democrática sobre os centros de poder decisório, mas ainda informam de modo ínfimo à sociedade brasileira como um todo quando essa minoria social consegue enfim a aprovação de uma lei que a beneficie diretamente em suas demandas históricas.

Para reforçar a comparação que demonstra a desproporção entre a atenção dada a pessoas com deficiência e sem deficiência, expõem-se os dados sobre as publicações acerca dos jogos paraolímpicos frente os jogos olímpicos, também do ano de 2015:

Tabela 5: Citações dos termos “Paraolímpico” e “Olímpico”, na Folha, em 2015

TERMOS	QUANTIDADE
Jogos Paraolímpicos	3
Jogos Olímpicos	244

Fonte: Autoria própria.

Ou seja, a cobertura midiática especificamente sobre Jogos Paraolímpicos, de atletas com deficiência, é mínima se comparada à cobertura feita acerca dos Jogos Olímpicos de modo geral. A expressão “paraolímpico” quase não aparece nos textos da Folha de S.Paulo de um ano inteiro, apesar de o Brasil ter tradição de vitórias com atletas com deficiência, por exemplo foi o país número um em medalhas de ouro nos Jogos Parapan-americanos do Canadá, conquista que os atletas brasileiros sem deficiência nunca tiveram nos Jogos Olímpicos ou nos jogos Pan-americanos. A grande mídia impressa, porém, como se vê gritante nos dados da comparação, praticamente não repercute essa realidade vitoriosa das pessoas com deficiência do Brasil. Isto é, mal se fala das pessoas com deficiência sobre suas demandas sociais e, ainda, mal se fala sobre suas conquistas.

É antidemocrático esse silêncio todo da grande mídia. E não apenas a minoria social em questão perde com isso, mas a legitimidade do debate público inteiro do Brasil perde com essa censura.

Por fim, ao se passar para o estudo especificamente das capas do jornal Folha de S.Paulo, pela relação das “capas mais importantes da Folha”, do ano de 2015, segundo critério de escolha do próprio jornal, não se encontra espaço algum cedido à pessoa com deficiência.

No livro Primeira Página (2016, p. 229-230), o jornal Folha de S.Paulo elege apenas duas de suas capas como sendo as mais importantes para o ano de 2015. Essas capas trazem as seguintes manchetes: “Terroristas islâmicos matam 12 em jornal de Paris; multidão vai às ruas”, de 08 de janeiro de 2015; “Atentados do Estado Islâmico ‘são atos de guerra’, diz França”, de 15 de novembro de 2015.

Fora não haver representação de pessoas com deficiência ou tema relacionado a elas nas manchetes, igualmente não há citação histórica de pessoas com deficiências em parte alguma dessas capas mais importantes da Folha de S.Paulo.

Para uma visão suplementar e panorâmica, salienta-se por fim que o livro Primeira Página (2016), expõe as principais capas da Folha de S.Paulo dos últimos 95 anos de atividade do jornal e, nesse levantamento, constata-se que temas diretamente relacionados a pessoas com deficiência ou ao menos a expressão “pessoa com deficiência” ou “deficiente” nunca ocuparam uma manchete do jornal, reforçando, de novo, que a exclusão discursiva dessa minoria é um fato histórico no Brasil, que tem se prorrogado por meio da desatenção midiática oferecida até hoje.

4.2.2 Um contraponto: a mitificação de Stephen Hawking

Neste subtópico, apresentam-se dados de 2015 sobre textos publicados pelo jornal Folha de S.Paulo tratando especificamente de uma pessoa com deficiência, o astrofísico britânico Stephen Hawking, e a análise desse levantamento se dá a partir da noção teórica de mitificação.

Conforme exposto na revisão teórica de semiologia, muitos cientistas, como Albert Einstein, são assediados pela mídia e sofrem um discurso idealizado. A idealização, aqui, serve então de contraponto à representação midiática geral sobre as pessoas com deficiência: enquanto o grupo inteiro sofre com o silêncio e o estigma da mídia delimitada, há um caso específico que contrasta com isso, sendo tratado como mito.

Quantitativamente, chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 6: A representação de Stephen Hawking na Folha.

TERMOS	QUANTIDADE
Stephen Hawking	33
Albert Einstein	75

Fonte: Autoria própria.

Para fins de comparação o físico Albert Einstein, que não era uma pessoa com deficiência, também foi exposto ao lado da quantidade de vezes em que o jornal Folha de S.Paulo citou Stephen Hawking. Para a análise dos contextos, apenas Hawking é trabalhado nesta dissertação, pois trata-se de uma pessoa com deficiência física.

Ao se analisar os textos nos quais Stephen Hawking é citado pela Folha de S.Paulo, constatam-se indícios de discurso deformado e mitificador, conforme conceituado por Roland Barthes, em alguns casos. O primeiro texto que aparece, é uma publicação de 07/09/2015, sob o título “Britânico volta a ser cotado para Oscar no papel de transgênero”, na coluna Ilustrada, escrito por Guilherme Genestreti, e refere-se a Stephen Hawking na seguinte parte:

Premiado em 2014 pelo papel de Stephen Hawking, Eddie Redmayne vive novo personagem real na mostra italiana. [...] No ano passado, Redmayne foi premiado por outro personagem real: o físico Stephen Hawking em "A Teoria de Tudo". Agora, ele volta a se metamorfosear, mas de salto alto e vestido.

Esse texto fala do filme “A garota dinamarquesa”, protagonizado pelo ator Eddie Redmayne, exposto no Festival de Veneza. Tal ator foi quem interpretou o físico Stephen Hawking em sua cinebiografia. Mas nesse texto tanto o filme “A teoria de tudo” quanto o físico são secundários e não há aqui nenhum elemento de mitificação.

O segundo texto, de 10/08/2015, sob o título “Robôs assassinos”, publicado no Editorial da Folha de S.Paulo, refere-se a Stephen Hawking no trecho:

Cientistas estão preocupados com a possibilidade de uma corrida armamentista no campo da inteligência artificial (IA). [...] Reunindo quase 18 mil assinaturas de pesquisadores, empresários e acadêmicos, o documento agrega nomes de peso, como o físico Stephen Hawking. [...] Resta o consolo de que cientistas, como qualquer ser humano, tendem a imaginar distopias que não necessariamente ocorrerão.

Esse editorial é uma reflexão acerca das novas armas que a tecnologia está possibilitando existir. Apesar de Stephen Hawking ser citado de modo elogioso, ao lado da expressão “nomes de peso”, o final do texto pondera genericamente a imagem dos

cientistas ao dizer que eles, às vezes, também são pessimistas e fazem previsões distópicas para a humanidade. Tal crítica não permite, então, concluir que nesse texto houve promoção plena do mito da hawkinidade, uma vez que para o discurso mítico as ponderações podem ser destrutivas.

O terceiro texto, de 01/08/2015, sob o título “Os robôs, as mulheres”, na coluna Opinião, escrito por Ana Estela de Sousa Pinto, refere-se a Stephen Hawking da maneira seguinte:

Na semana que vem, só se falará dos robôs-soldados em Buenos Aires. O físico Stephen Hawking, o dono da Tesla (montadora de carros elétricos), Elon Musk, e mais de mil especialistas em inteligência artificial lançarão, durante conferência, manifesto pedindo uma legislação global que proíba o uso militar de autômatos assassinos.

Esse artigo de opinião trata de uma exposição acerca de alguns dos dilemas que surgem com o avanço da tecnologia. O físico Stephen Hawking é citado sem adjetivos idealizados nesse texto, por isso não há aqui indícios de mitificação de sua pessoa, sua história, inteligência ou condição de deficiência física.

O quarto texto, de 19/07/2015, sob o título “Frankenstein chega a 2015 em ‘Ex Machina’”, na coluna Ilustrada, escrito por Marcelo Gleiser, refere-se a Stephen Hawking do seguinte modo:

Imagine máquinas brilhantes. Será que poderíamos coexistir com elas? Como poderemos controlá-las? Pois se são mais inteligentes, a decisão é mais delas do que nossa. Stephen Hawking está preocupado. “O desenvolvimento de inteligência artificial pode causar o fim dos humanos”, disse recentemente.

Essa resenha sobre o filme “Ex Machina”, do diretor Alex Garland, cita o físico Stephen Hawking como referência de autoridade científica. Uma frase de grande impacto é atribuída a ele, mas sem maiores elogios ou idealização sobre a sua pessoa. Seu nome aparece sem nenhuma credencial, é usado como que sendo uma marca, o que indica mitificação de sua pessoa ou uso intencional do seu mito. A sua autoridade já está vinculada ao imaginário popular e, por isso, dispensou-se neste texto qualquer descrição ou adjetivos engrandecedores para o físico britânico.

O quinto texto, de 15/07/2015, sob o título “Finalmente Plutão”, na coluna Ciência+Saúde, escrito por Salvador Nogueira, refere-se a Stephen Hawking na seguinte parte:

Stern é um dos que até hoje não engoliram a decisão dos astrônomos. Ao mostrar a primeira imagem, nesta terça (14), disse, provocativo: “Que tal uma salva de

palmas para esse bonito planeta?" Até o físico Stephen Hawking gravou uma mensagem de congratulações à equipe.

Nessa comunicação do sucesso da missão espacial que levou uma sonda até próximo do planeta Plutão, o físico Stephen Hawking é acrescentado à notícia de modo suplementar, como um apelo de autoridade para dar credibilidade ao fato, ou seja, novamente aqui o seu nome é usado como uma marca, um símbolo. Uma vez que o mito raramente é questionado, mas sempre mais e mais exaltado, então a sua imagem serve comumente de argumento de autoridade.

O sexto texto, de 28/06/2015, sob o título “Pensadores eretos”, na coluna Opinião, escrito por Hélio Schwartzman, refere-se a Stephen Hawking:

Uma das preocupações do autor é limpar a história da ciência dos mitos que nela colaram [...]. Embora Mlodinow tenha dito, num livro que escreveu com Stephen Hawking, que a filosofia estava morta, ele não se furta a abordar os aspectos mais filosóficos da mecânica quântica.

Nesse artigo de opinião indica-se a leitura do livro “Os pensadores eretos”, de Leonard Mlodinow, e o físico Stephen Hawking aparece sem grande relevância ou adjetivação nesse contexto. Há apenas uma citação fria e aparentemente sem a intencionalidade que caracteriza a comunicação mitificadora.

O sétimo texto, de 21/06/2015, sob o título “O evangelho da criação”, na coluna Saúde+Ciência, escrito por Reinaldo José Lopes, refere-se a Stephen Hawking no momento:

Não é mera coincidência que tanto o pai da genética moderna quanto um dos artífices da teoria do Big Bang tenham sido sacerdotes. E bons assessores científicos nunca faltaram aos papas. A Pontifícia Academia de Ciências, sediada no Vaticano, tem raízes tão antigas quanto o próprio Galileu e tem gente como o físico Stephen Hawking (ateu, assim como vários outros membros) em seus quadros atuais.

Nessa resenha acerca da ambientalista encíclica papal “Laudato Si”, o físico Stephen Hawking é citado como exemplo de autoridade científica, todavia, sem maiores elogios ou engrandecimento de seu nome ou de elementos de sua história.

O oitavo texto, de 13/06/2015, sob o título “Máquinas se atrapalham com tarefas que humanos acham simples”, traduzido do jornal The New York Times, escrito por John Markoff, refere-se a Stephen Hawking na seguinte parte:

Em filmes de ficção científica como “Ex Machina” e “Chappie”, robôs se movem com uma destreza impressionante — e muitas vezes malévola. Eles parecem confirmar os piores temores de tecnólogos e cientistas proeminentes, como Elon Musk, Stephen Hawking e Bill Gates, sobre o possível surgimento de máquinas

autoconscientes dispostas a fazerem o mal à espécie humana. Hawking disse à BBC que “o desenvolvimento da inteligência artificial completa pode significar o fim da raça humana”. Calma lá. [...] Uma prévia dos trabalhos apresentados sugere que, por enquanto, não há motivos para se preocupar com o aparecimento de um Exterminador.

Esse texto disserta sobre o problema da inteligência artificial e as potenciais dificuldades sociais advindas do avanço da tecnologia robótica. O físico Stephen Hawking é apresentado como “cientista proeminente” e mais uma frase quase profética e distópica é atribuída a ele logo em seguida. No entanto, no decorrer do texto, tal postura radical de Hawking é desconstruída a partir de argumentos que salientam as grandes limitações robóticas se comparadas ao potencial humano. Ou seja, neste contexto, há poucos indícios de mitificação, especialmente a frase de efeito, e existe um tom crítico importante que ajuda a ponderar a imagem do astrofísico.

O nono texto, de 02/06/2015, sob o título “De volta ao trabalho, no quarto, num piscar de olhos”, na coluna Mercado, escrito por Eliane Trindade, refere-se a Stephen Hawking da seguinte maneira:

A carreira de Ricky, como é conhecido, foi interrompida em 2008 pelo diagnóstico de ELA (esclerose lateral amiotrófica), a mesma doença degenerativa do físico britânico Stephen Hawking. [...] Assim como seu famoso colega de batalha contra um mal que rouba as funções motoras enquanto o cérebro continua em perfeitas condições, Ricky volta ao antigo emprego em circunstâncias extraordinárias. [...] A tecnologia também lhe trouxe de volta a fala. “Uso um programa que transforma texto em voz.” O software foi desenvolvido para atender às necessidades de Hawking.

Esse texto narra a situação de um profissional brasileiro que, diagnosticado com uma doença degenerativa, continua trabalhando de dentro de sua casa. O físico Stephen Hawking é apresentado no texto como “famoso” e como companheiro de luta contra esse tipo de doença, mas no mais não há outros elementos elogiosos ou mitificadores. Porém, a costumeira referência à fama de Hawking e ao seu exemplo de superação não deixam de constituir uma promoção do mito da hawkinidade.

O décimo texto, de 31/05/2015, sob o título “DVDs e Blu-Rays”, na coluna Ilustrada, escrito por Thales de Menezes, refere-se a Stephen Hawking no trecho:

A biografia do cientista Stephen Hawking, centrada em sua juventude, lembra os telefilmes de doença que foram moda nos anos 1970, mas tem atuações fortes de Eddie Redmayne (que levou o Oscar) e Felicity Jones. Vale dizer: Redmayne tem se mostrado um ator medíocre em outros filmes. Talvez este seja seu único bom momento.

Essa resenha da cinebiografia “A teoria de tudo” cita o físico Stephen Hawking apenas uma vez e sem adjetivações significantes, não promovendo, por isso, abertamente o mito de Hawking, a não ser pelo fato de uma vez mais veicular seu nome na grande mídia dando, então, mais publicidade para ele.

O décimo primeiro texto, de 26/04/2015, sob o título “Em busca de outras vidas”, na coluna Ilustríssima, escrito por Marcelo Gleiser, refere-se a Stephen Hawking no seguinte contexto:

Em 2010 o físico Stephen Hawking escreveu sobre o assunto, alegando que é melhor nos escondermos deles ou corremos o risco de sermos encontrados e eliminados. Afinal, se você está perdido numa floresta em meio a criaturas desconhecidas, a última coisa que deve fazer é gritar ou acusar sua presença. Seria o caso de temer os ETs?

Nesse ensaio cerca do problema da existência de vida inteligente em outros planetas, Stephen Hawking é citado como referência de autoridade científica e está associado a mais um de seus alertas distópicos ou apocalípticos. As falas de Hawking, nas vezes em que surgem de modo polêmico, também contribuem para a sua mitificação e seu engrandecimento. No entanto, mesmo as maiores frases de efeito do cientista não seriam capazes de promover-lo caso a grande mídia, a exemplo do jornal Folha de S.Paulo, não se dispusesse a criar constantemente falas divinizadoras. A comunicação social, por isso, tem poder incomparavelmente maior de criação de discursos míticos do que a comunicação individual, tal como é possível notar pelos diversos exemplos elencados por Roland Barthes no seu livro Mitologias (1982). Via de regra não é a própria pessoa que consegue promover o seu mito com grande alcance cultural, são as pessoas ao redor, no comando da mídia de massa, que desenvolvem e sustentam o discurso deformado e mitificador.

O décimo segundo texto, de 21/04/2015, sob o título “Medo da inteligência artificial”, na coluna Tec, escrito por Ronaldo Lemos, refere-se a Stephen Hawking assim:

Há um debate curioso sobre inteligência artificial. Intelectuais de peso como Stephen Hawking e o empresário Elon Musk (fundador da empresa de exploração espacial SpaceX e criador dos carros elétricos Tesla) assinaram uma carta alertando para os potenciais negativos do avanço dessa tecnologia. [...] Isso desviou a atenção do conteúdo do documento, completamente pé no chão, feito por um grupo importante de pensadores contemporâneos. O texto não tem nada a ver com robôs assassinos. Na verdade, sua preocupação é com a pobreza e a desigualdade que a inteligência artificial pode trazer.

Esse texto conceitua e problematiza a questão da inteligência artificial. O físico Stephen Hawking é apresentado como “intelectual de peso” que participa de “um grupo importante de pensadores contemporâneos”. Além dos adjetivos elogiosos, esse texto

também defende a posição de Hawking e demais cientistas contra as críticas que leram seus alertas de modo sensacionalista. Aqui, Hawking é aclamado e defendido, de modo que a hawkinidade ganha mais força.

Do décimo terceiro texto ao décimo sétimo texto que aparecem na busca, o físico Stephen Hawking é citado apenas secundariamente, pois esses textos são sinopses da cinebiografia “A teoria de tudo”.

O décimo oitavo texto, de 17/03/2015, sob o título “Exterminadora do futuro”, na coluna Tec, escrito por Fernanda Perrin, refere-se a Stephen Hawking desse modo:

Procurado pela Folha, o professor respondeu que estava em um "retiro filosófico para ter ideias para um controle seguro da IA" e que não poderia comentar. O físico Stephen Hawking já disse que "o desenvolvimento de uma inteligência artificial pode significar o fim da raça humana".

Esse texto faz uma crítica aos perigos do desenvolvimento da inteligência artificial. O físico Stephen Hawking é empregado na conclusão do texto novamente como nome de autoridade associado à expressão retórica “já disse” referindo-se a mais uma de suas falas que soam proféticas e distópicas. Esse reiterada representação de Hawking como algum tipo de profeta do apocalipse é um movimento discursivo muito comum na promoção do seu mito. Apesar de endeusado, a pessoa com deficiência por trás do astrofísico não ganha respeito à sua dignidade, na realidade tem a sua imagem desumanizada. Enfraquece-se, desse modo, aquilo que é virtude real de Stephen Hawking, como as suas inovações na área da física teórica, para dar espaço mitificador para as suas opiniões ou falas soltas acerca do fim da raça humana, da existência de extraterrestres, de guerras entre mundos etc.

O décimo nono texto, de 15/03/2015, sob o título “O que eles disseram”, na coluna Folha Corrida, sem autor nomeado, refere-se a Stephen Hawking no seguinte momento:

Michael Keaton: “Estou pensando em usar uma cadeira de rodas no meu próximo papel no cinema”, disse o ator indicado ao Oscar por 'Birdman', comentando declaração de que só 'doenças recebem o prêmio'; Eddie Redmayne foi o ganhador após interpretar o físico Stephen Hawking, que sofre de esclerose.

Esse texto é apenas uma citação de crítica feita pelo ator Michael Keaton. O físico Stephen Hawking aparece secundariamente, mas a condição de pessoa com deficiência, mais especificamente cadeirante, ocupa lugar central nesse discurso, pois a ironia do ator Michael Keaton denuncia exatamente o louvor que a grande mídia faz a casos como o de

Stephen Hawking. A romantização acerca da auto superação é citada nesse trecho publicado, apesar de não diretamente o mito da rawkinidade ter sido promovido.

O vigésimo texto, de 24/02/2015, sob o título “‘Birdman’ reflete a imagem que Hollywood tem de si mesma”, na coluna Ilustrada, escrito por Inácio Araujo, refere-se a Stephen Hawking na parte:

Mas não pode haver Oscar sem ao menos uma surpresa: Michael Keaton não levou o prêmio de ator. Ele foi para Eddie Redmayne, que não só é inglês como interpretou Stephen Hawking, isto é, um papel com uma alteração física não só brutal como progressiva. Não chega a ser surpresa.

Essa crítica à premiação do Oscar do ano de 2015 cita Stephen Hawking indiretamente, apenas relacionado à sua cinebiografia “A teoria de tudo”. Há poucos indícios de discurso deformado nesse contexto, como no uso apelativo dos termos “brutal” e “progressiva” para retratar a doença de Hawking, interpretado pelo vencedor do Oscar Eddie Redmayne. Esses adjetivos impactantes dão contornos retóricos tanto ao texto quanto à imagem de Hawking, pois uma vez que a doença do cientista é “brutal” então a sua superação é incrível ou fantástica.

O vigésimo primeiro texto, de 23/02/2015, sob o título “Favorito, ‘Birdman’ leva quatro Oscar”, na coluna Ilustrada, escrito por Guilherme Genestreti, refere-se a Stephen Hawking no contexto:

Não houve muitas surpresas nas categorias de atuação. Pelo papel do físico Stephen Hawking, Eddie Redmayne ganhou como melhor ator em “A Teoria de Tudo”, desbancando o outro favorito: Michael Keaton, de “Birdman”. O prêmio de atriz foi para Julianne Moore (“Para Sempre Alice”), que vive uma mulher com Alzheimer.

Esse texto apresenta mais uma crítica à premiação do Oscar do ano de 2015. Stephen Hawking novamente aparece de modo secundário no texto, relacionado à sua cinebiografia “A teoria de tudo”, mas sem adjetivação que indique discurso mitificador.

O vigésimo segundo texto, de 22/02/2015, sob o título “Já vi esse filme”, na coluna Ilustrada, escrito por Guilherme Genestreti, refere-se a Stephen Hawking no trecho:

E são dois homens – o cientista mais midiático da atualidade (Stephen Hawking) e um dos ativistas políticos mais conhecidos da história (Martin Luther King) – os protagonistas dos biográficos “A Teoria de Tudo” e “Selma”, respectivamente. Seja como for, os atores principais dessas oito produções evocam estereótipos que os membros da Academia gostam de premiar.

Essa resenha da premiação do Oscar do ano de 2015 cita Stephen Hawking como “o cientista mais midiático da atualidade” e tal titulação e adjetivação elogiosas contribuem para a hawkinidade.

O vigésimo terceiro texto, de 22/02/2015, sob o título “À beira do buraco negro”, na coluna Ilustríssima, escrito por Henrique Gomes, refere-se a Stephen Hawking na seguinte parte:

O primeiro é a degeneração – do planeta Terra, em um; de um sistema neuromuscular, em outro. À deterioração do planeta Terra, se busca escapar por meio da exploração interestelar, liderada pelo personagem Cooper (Matthew McConaughey). À do corpo humano, por meio da mente incansável de Stephen Hawking, vivido pelo excelente Eddie Redmayne. [...] Stephen Hawking nasceu em Oxford, em 1942. Aos 21 anos, já no primeiro ano de seu doutorado, recebeu o diagnóstico de ELA (esclerose lateral amiotrófica). Decidido a continuar seus estudos, um dos primeiros problemas a que Hawking se dedicou foi à questão do que acontece quando uma estrela é tão pesada que não aguenta o próprio peso.

Esse texto apresenta uma resenha versando sobre a relação da ciência com o cinema. O físico Stephen Hawking aparece em diversos momentos do texto, sempre apresentado como referência em sua área de atuação científica. Mas propriamente no contexto citado é que se associa a doença de Hawking à degeneração da Terra, salienta-se a sua precoce ascensão intelectual, sua “mente incansável”, e sua decisão louvável por continuar nos estudos complexos de física teórica apesar do diagnóstico de uma doença mortal. Tais elementos discursivos contribuem para a imagem idealizada que há sobre Hawking, pois reafirma-se a sua auto superação de pessoa com deficiência e reitera-se o incansável louvor da grande mídia à sua inteligência. O mito de Hawking, assim, ganha mais força discursiva.

No vigésimo quarto e vigésimo quinto textos encontrados na busca, o físico Stephen Hawking é citado apenas secundariamente, pois esses textos são meras sinopses da cinebiografia “A teoria de tudo”.

O vigésimo sexto texto, de 09/02/2015, sob o título “‘Boyhood’ vence ‘Birdman’”, na coluna Ilustrada, sem autor nomeado, refere-se a Stephen Hawking do seguinte modo:

O inglês Eddie Redmayne, que interpreta o cientista Stephen Hawking no filme “A Teoria de Tudo”, foi eleito o melhor ator do prêmio. Hawking foi um dos destaques da cerimônia. Entregou com a atriz Felicity Jones o prêmio de efeitos visuais para “Interestelar”. O cientista, que sofre de esclerose lateral amiotrófica, foi aplaudido de pé.

Esse texto traz uma resenha acerca dos filmes concorrentes no prêmio britânico Bafta. O físico Stephen Hawking é apresentado como “destaque” por ter participado

pessoalmente dessa premiação e o acréscimo elogioso ocorre pelo texto ressaltar que Hawking foi aplaudido de pé durante o evento.

O vigésimo sétimo texto, de 09/02/2015, sob o título “As estranhas afirmações de Hawking”, na coluna Ciência+Saúde, escrito por Salvador Nogueira, refere-se a Stephen Hawking na seguinte parte:

Depois de tornar astro pop, Hawking passou a fazer declarações científicas pouco embasadas em evidências, incomodando os outros físicos. A imagem do “gênio preso à cadeira de rodas” começou a ser cultivada quando Hawking publicou seu primeiro livro de divulgação científica, “Uma Breve História do Tempo”, em 1988. [...] “Hoje, a ciência se tornou midiática. E Hawking atua como uma celebridade, não mais como um físico”. “seu status de celebridade lhe dá uma credibilidade instantânea que os outros físicos não têm”.

Esse texto é o único inteiramente crítico com relação à ciência e a imagem pública de Stephen Hawking. O físico é apresentado segundo a mesma hipótese que move a presente análise de dados desta dissertação de mestrado: como uma pessoa com deficiência mitificada, ou seja, que Hawking é explicitamente alvo de discursos romanceados e falsificadores vindos da grande mídia.

Nos vigésimo oitavo e vigésimo nono textos que aparecem na busca, o físico Stephen Hawking é citado apenas secundariamente, pois esses textos são novamente meras sinopses da cinebiografia “A teoria de tudo”.

O trigésimo texto, de 29/01/2015, sob o título “Ator pressionou para mudar voz de físico”, na coluna Ilustrada, escrito por Giuliana Vallone, refere-se a Stephen Hawking do seguinte modo:

Não seria um exagero dizer que o britânico Stephen Hawking, 73, é o cientista mais conhecido da atualidade. Mesmo entre quem não sabe nada sobre física, é difícil encontrar alguém que nunca tenha ouvido falar dele. [...] “Eu tinha a imagem fixa de Stephen Hawking como uma grande mente científica em uma cadeira de rodas com a voz eletrônica”.

Nesse texto trata-se da cinebiografia “A teoria de tudo” sob a perspectiva da aproximação entre o ator Eddie Redmayne e o próprio físico Stephen Hawking. O físico é, de novo, citado de modo generalista como “cientista mais conhecido da atualidade” e a relação entre uma mente genial e o fato de ser cadeirante também feita novamente. Ou seja, são indícios que fortalecem a existência de discurso mitificador, remontando à inteligência de Hawking e ao fato do seu sucesso na luta contra a doença degenerativa.

O trigésimo primeiro texto, de 29/01/2015, sob o título “Buraco negro”, na coluna Ilustrada, escrito por Marcelo Gleiser, refere-se a Stephen Hawking no trecho:

A diagnose de sua terrível doença, a esclerose lateral amiotrófica [...]. O prognóstico de vida é de dois anos. Hawking descobriu a doença aos 21. Hoje tem 73. Sua sobrevivência é um desses mistérios da ciência que nem ele pôde resolver. [...] O humor de Hawking é sua segunda maior arma contra o desespero de viver num corpo que o aprisiona. A primeira é seu amor pela ciência, algo que o filme mostra bem. [...] O filme celebra o espírito de um homem que lutou por toda a vida para iluminar o mistério do tempo, tanto o cósmico quanto o pessoal.

Esse artigo faz uma crítica ao filme “A teoria de tudo”. O físico Stephen Hawking ocupa espaço principal nesse texto e é, constantemente, apresentado em relação à sua doença “terrível”, que leva a um “desespero de viver num corpo que o aprisiona”. Tais características dramáticas dão sustentação à imagem da grande superação de Hawking que, apesar de tal doença, misteriosamente contrariou o “prognóstico de vida” dado pelos médicos e “lutou por toda a vida” para ter uma ciência e uma vida pessoal “iluminadas”. Há nesse texto, então, novos indícios da mitificação de Hawking a partir de sua inteligência associada ao fato de ele ser uma pessoa com deficiência. A hawkinidade, então, é promovida dentro desse contexto.

O trigésimo segundo texto, de 29/01/2015, sob o título “Intérpretes viscerais do casal abraçam clichês ao falar de ciência”, na coluna Ilustrada, escrito por Reinaldo José Lopes, refere-se a Stephen Hawking na parte:

É difícil não se emocionar com "A Teoria de Tudo", em especial se você tem alguma familiaridade com a história e os maneirismos do físico Stephen Hawking, provavelmente o único cientista vivo com status de celebridade global. [...] Essas dificuldades crescentes são temperadas com triunfos e bom humor. Ao mesmo tempo em que Redmayne vai progressivamente assumindo a postura contorcida que a doença deu a Hawking, o ator consegue mimetizar o olhar zombeteiro e a autoconfiança que caracterizam o físico.

Esse texto desenvolve uma resenha comparando a performance do ator protagonista de “A teoria de tudo” e a vida real de Stephen Hawking. O físico é apresentado como “único cientista vivo com status de celebridade global” e a sua doença, nesse contexto, é algo superado por seu olhar bem humorado, “zombeteiro”, e por sua “autoconfiança”. De modo geral, esse texto é ponderado, por trazer uma crítica ao estereótipo que ronda os cientistas. Mas o discurso idealizado e elogioso sobre Hawking é o fio condutor de toda argumentação.

O trigésimo terceiro texto, último da busca, de 16/01/2015, sob o título “Safrá de concorrentes ao prêmio desfila personagens obcecados”, na coluna Ilustrada, escrito por Daigo Oliva, refere-se a Stephen Hawking na seguinte parte:

Isso sem contar as cinebiografias, gênero cuja gênese está em histórias de superação, caminho cruzado com personagens obstinados. Representam esta linha "Teoria de Tudo", sobre Stephen Hawking, físico portador de doença degenerativa, e "O Jogo da Imitação", sobre o matemático Alan Turing, que desvendou uma engenhoca nazista e ajudou os Aliados a vencerem a Segunda Guerra.

Esse texto elabora uma resenha acerca dos diversos filmes indicados a prêmios internacionais em 2015. Stephen Hawking é citado em um contexto de auto superação, sob termos como "obstinados" e "obcecados". Hawking é secundário nesse texto, mas ainda assim a noção de "história de superação", comum à sua imagem mitificada e também relacionada a pessoas com deficiência, foi empregado.

Enfim, para uma última comparação neste tópico: no ano de 2015, o nome "Stephen Hawking", que se refere a apenas uma pessoa, é mais publicado pela versão impressa da Folha de S.Paulo do que o termo "deficiente", este que pode representar um grupo social de dezenas de milhões de pessoas só do Brasil.

Ou seja, evidenciou-se um contraste no levantamento de dados, um contraponto discursivo. Pois, enquanto de modo geral as pessoas com deficiência têm pouco espaço na grande mídia e quando são citadas, às vezes, são representadas com termos arcaicos, marginalizadores e estigmatizadores, a deficiência de uma pessoa, como do astrofísico britânico, pode servir de elemento para um discurso deformado, retórico, engrandecedor, idealizado e mítico. De um lado, o estigma. De outro, o mito. Por isso, enfim, se tomadas as bases teóricas desta dissertação, dos Direitos Humanos, da linguagem inclusiva, do manual da redação da Folha de S.Paulo, da democracia habermasiana e da semiologia crítica de Roland Barthes, então conclui-se que, em ambos os casos, a representação midiática falha, ora por omissão, ora por excesso

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, cujo problema inicial de pesquisa foi saber como é a representação das pessoas com deficiência na atualidade, tendo o jornal brasileiro Folha de S.Paulo delimitado para estudo, em suas publicações do ano de 2015, teve a sua hipótese inicial, sobre o falho discurso midiático, confirmada a partir da análise feita. Tal análise foi pautada pela revisão teórica exposta nos capítulos iniciais e pelos dados levantados diretamente da mídia.

Ou seja, a grande mídia estudada, ainda hoje, veicula um discurso insatisfatório com relação a aspectos básicos da representação de pessoas com deficiência.

Os aspectos políticos, com base no conceito habermasiano de democracia e esfera pública, permitiram notar a exclusão discursiva das pessoas com deficiência, mesmo em relação a outros grupos marginalizados como os indígenas e os homossexuais.

Os aspectos terminológicos, sustentados pelo respaldo principiológico e jurídico dos Direitos Humanos, possibilitaram uma visão crítica do emprego periódico de termos como “aleijado” para se dirigir às pessoas com deficiência.

Os aspectos individuais, a partir da semiologia e mitologia de Roland Barthes, admitiram uma conclusão pela existência de indícios de discurso desproporcional e mitificador acerca do físico Stephen Hawking.

Essas características discursivas elementares apresentam pontos criticáveis, se as publicações do jornal Folha de S.Paulo forem lidas a partir da perspectiva das pessoas com deficiência e a partir da principiologia dos Direitos Humanos. No entanto, de modo geral, o discurso midiático da Folha não é uma fala explicitamente preconceituosa ou excludente, pois periodicamente esse jornal reserva algum espaço para fazer uma cobertura minimamente respeitosa sobre as pessoas com deficiência. Mas, conforme é possível notar nos dados apresentados ao longo deste trabalho, a Folha ainda tropeça recorrentemente ao contrariar o seu próprio manual de redação empregando termos arcaicos para se referir à minoria social delimitada, tal como é gritante a desigualdade entre a cobertura jornalística feita sobre pessoas sem deficiência e com deficiência, e mesmo quando na análise da representação midiática feita sobre uma única pessoa com deficiência, como é o caso de Hawking, a Folha de S.Paulo também faz reiteradas publicações questionáveis do ponto de vista da semiologia e mitologia.

Detalha-se, diante disso, conforme exposto no corpo desta dissertação, que tais questionamentos partem do amplo material publicado pela Folha de S.Paulo no ano de

2015, isto é, incluídos editoriais do jornal, reportagens, entrevistas e artigos de opinião assinados por articulistas.

Acredita-se, ainda, que a mídia delimitada para o presente trabalho é apenas um exemplar do pouco e desqualificado espaço concedido para as pessoas com deficiência na grande mídia. Ou seja, apresenta-se, aqui, uma hipótese de continuidade para essa pesquisa, sugerindo a investigação do discurso feito para avaliar se outros meios de comunicação brasileiros, como os jornais O Estado de S.Paulo e O Globo, também empregam uma forma reiteradamente inadequada.

É possível que não apenas sobre as pessoas com deficiência, mas sobre as mais diversas minorias sociais, o discurso midiático seja empregado de modo questionável, a partir do padrão normativo e teórico adotado neste trabalho. As pessoas com deficiência, então, serviriam aqui como um exemplar que representaria a possível cobertura, por vezes excludente, usada pelos grandes meios. É o caso de averiguar, por exemplo, a mitificação ou romantização com que os jornais veiculam imagens e textos acerca dos povos indígenas; caso também de analisar a situação da linguagem com que os comunicadores retratam os homossexuais; ou a prática marginalizadora com a qual se confere pouca atenção para as notícias ou pautas dos movimentos afrodescendentes e feministas.

Isto é, com a base teórica apresentada, segundo a democracia habermasiana, os princípios inclusivos dos Direitos Humanos e a semiologia crítica de Barthes, toda e qualquer forma de veiculação midiática elitista, facilmente verificável na mídia de massa, pode ser questionada a partir da perspectiva das mais diversas minorias sociais historicamente apartadas do debate público.

Os dados quantitativos, apresentados, reforçam tal hipótese de exclusão. O emprego de termos depreciativos ou inadequados, como “aleijado” ou “portador”, conforme foi apresentado na análise de conteúdo, não só contraria aos princípios da linguagem inclusiva, pautada nos Direitos Humanos, mas também diverge das orientações mais elementares que o próprio manual da redação do jornal Folha de S.Paulo faz.

Ainda na comparação quantitativa, ressalta-se nestas considerações finais os dados populacionais que, segundo o IBGE, expõem que um quarto dos brasileiros possui alguma deficiência, número significativamente superior ao de outras minorias sociais, como as apresentadas: povos indígenas, com menos de um milhão de habitantes no país, e os homossexuais, com cerca de dezoito milhões. No entanto, apesar dessa demografia, o jornal estudado dedica menos publicações às pessoas com deficiência. Isto, inclusive, em um ano com especial apelo jornalístico, como é o caso de 2015, que teve a aprovação do Estatuto das Pessoas com Deficiência e teve a vitória dos atletas brasileiros nos jogos

Paraolímpicos. Isto é, apesar de serem em maior número e de estarem em um ano juridicamente histórico e esportivamente festivo, as pessoas com deficiência continuam tendo menos matérias veiculadas do que outras minorias sociais, como os povos indígenas.

Salienta-se, especificamente no quesito jurídico, o fato de que, ao longo de todo o ano de 2015, a versão impressa do jornal Folha de S.Paulo citou por apenas três vezes as expressões “Estatuto da Pessoa com Deficiência” e “Lei Brasileira de Inclusão”. Ao lado de tal minúscula exposição quantitativa, ressalta-se, também, que ao longo dos doze meses de 2015, a expressão “Jogos paraolímpicos”, que é diretamente relacionada a pessoas com deficiência, apareceu apenas três vezes, sendo que a expressão “Jogos olímpicos”, genérica e relacionada a jogos que só ocorreriam no ano seguinte às publicações, apareceu por mais de duas centenas de vezes. A desproporção, assim, é evidente, tal como o é a desatenção a pautas e temas de interesses dos brasileiros com deficiência.

Como contraponto a esta exclusão, reafirma-se, aqui, que o fato de ter deficiência pode, no entanto, servir de elemento discursivo mitificador, como ocorre no caso de Stephen Hawking. O nome do físico britânico, celebrizado pela mídia estudada, aparece por trinta e três vezes, ao longo do ano de 2015. Isto é, há mais material citando uma única pessoa com deficiência, sob discurso retórico, do que o termo “deficiente”, este que é o mais usado pelo jornal Folha de S.Paulo para se referir a pessoas com deficiência; a palavra “deficiente”, no ano delimitado para estudo, aparece por apenas vinte e oito vezes. Ou seja, novamente, um discrepância que possibilita a crítica que foi feita no específico capítulo de análise.

Diante deste cenário midiático e discursivo, reforça-se a motivação que alimentou esta pesquisa: a necessidade de mais inclusão, de mais democracia, de uma representação maior e melhor das minorias sociais feita pelos meios de comunicação, inclusive pelo jornal Folha de S.Paulo. Reitera-se que esta motivação é legítima e beneficia a toda a sociedade, pois ao se evidenciar a necessidade de inclusão de um ou outro determinado grupo não se faz apenas a inclusão restrita e corporativista deste grupo, mas reafirma-se o direito à participação e a dignidade da pessoa humana para todos.

Ao se dissertar, então, acerca das pessoas com deficiência, os Direitos Humanos são apresentados sob a perspectiva prioritária de um grupo social, porém com a intenção de que ao se observar o direito de um cidadão, seja ele quem for, por igualdade, obriga-se desse modo a observância dos direitos fundamentais de todos os demais cidadãos.

Enfim, os objetivos geral e específicos, propostos no início desse trabalho, assim foram explorados, a partir desse processo teórico e prático de aprofundamento, nas três

etapas principais, terminológica, política e pessoal, conforme exposto ao longo do texto da presente dissertação.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **Razão pública e pós-secularismo: apontamentos para o debate.** Etic@, Florianópolis/SC, v. 8, p. 155-173, 2009.

ARAÚJO, Inácio. **‘Birdman’ reflete a imagem que Hollywood tem de si mesma.** Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/209386-birdman-reflete-a-imagem-que-hollywood-tem-de-si-mesma.shtml>>. Acesso em 24 ago.2016.

_____. **‘Branco sai’ é filme de terror verdadeiro.** Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/212376-branco-sai-e-filme-de-terror-verdadeiro.shtml>>. Acesso em: 10 ago.2016.

ARAÚJO, Luiz Alberto Davi. **Um breve quadro da proteção constitucional das pessoas com deficiência no Brasil. Legislação basta? Uma tentativa de diagnóstico.** Revista Inclusiones, Revista de Humanidades e Ciências Sociais. v.1. n.3, p.19-30, 2014.

_____. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência.** Brasília: Corde, 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf> Acesso em: 16 jan.2016.

_____. **Pessoa portadora de deficiência: proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** 3. ed., rev., ampliada e atualizada. Brasília: CORDE, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BANDEIRA DE MELLO, C.A. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade.** São Paulo: Malheiros, 1999.

BARREIROS D'OLIVEIRA, Maria Cristina. **Breve análise do princípio da isonomia.** Disponível em: <http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/3_edicao1.pdf> Acesso em: 20 jan.2016.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** São Paulo: Difel, 1982.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 15 jan.2016.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. – 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoepessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 12 jan.2016.

_____. **Emenda Constitucional Nº 1.** 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 01 fev.2016.

_____. **Emenda Constitucional Nº 12.** 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 01 fev.2016.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.** 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 13 jan.2016.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social.** 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> Acesso em: 15 jan.2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 13 jan.2016.

FERNANDES JUNIOR, José. **Habermas: O diálogo para a busca pelo consenso.** Disponível em: <<http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/16/artigo181121-1.asp>>. Acesso em: 3 ago.2016.

FOLHA DE S.PAULO. **Alta tensão.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/207501-alta-tensao.shtml>>. Acesso em: 08 ago.2016.

_____. **'Boyhood' vence 'Birdman'.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/207542-boyhood-vence-birdman-no-oscar-ingles.shtml>>. Acesso em: 01 set.2016.

_____. **Conheça a Folha de S.Paulo.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml>. Acesso em: 7 mar.2016.

_____. **Conheça o site da Folha.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_site_da_folha.shtml>. Acesso em: 7 mar.2016.

_____. **História da Folha.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml>. Acesso em: 7 mar.2016.

_____. **Institucional.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

_____. **Manual da Redação.** 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_p.htm>. Acesso em: 7 mar.2016.

_____. **Manual da Redação.** São Paulo: Publifolha, 2015.

_____. **Ombudsman.** 2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/1520973-o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml>>. Acesso em: 7 mar.2016.

_____. **O que eles disseram.** Disponível e:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/corrida/211938-o-que-eles-disseram.shtml>>. Acesso em: 19 ago.2016.

_____. **Primeira página:** 95 anos de história nas capas mais importantes da Folha. São Paulo: Publifolha, 2016.

_____. **Robôs assassinos.** Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/228980-robos-assassinos.shtml>>. Acesso em: 16 ago.2016.

FONSECA JUNIOR. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

GARCIA, Barbara. **Nua, atriz expurga males da sociedade de consumo.** Folha de S.Paulo. 09/07/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/225471-nua-atriz-expurga-males-da-sociedade-de-consumo.shtml>>. Acesso em: 05 ago.2016.

GENESTRETI, Guilherme. **Britânico volta a ser cotado para Oscar no papel de transgênero.** Folha de S.Paulo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/232110-britanico-volta-a-ser-cotado-para-oscar-no-papel-de-transgenero.shtml>>. Acesso em: 16 ago.2016.

_____. **Favorito, ‘Birdman’ leva quatro Oscar.** Folha de S.Paulo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/209359-favorito-birdman-leva-quatro-oscar.shtml>>. Acesso em: 24 ago.2016.

_____. **Já vi esse filme.** Folha de S.Paulo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/209125-ja-vi-esse-filme.shtml>>. Acesso em: 24 ago.2016.

GLEISER, Marcelo. **Buraco negro.** Folha de S.Paulo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/205905-buraco-negro.shtml>>. Acesso em: 02 de set.2016.

_____. **Em busca de outras vidas.** Folha de S.Paulo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/217274-em-busca-de-outras-vidas.shtml>>. Acesso em: 08 ago.2016.

_____. **Frankenstein chega a 2015 em ‘Ex Machina’.** Folha de S.Paulo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/226588-frankenstein-chega-a-2015-em-ex-machina.shtml>>. Acesso em: 16 ago.2016.

GOMES DA SILVA, L. **Portadores de deficiência, igualdade e inclusão social: a dignidade da pessoa humana.** In: Âmbito Jurídico. Rio Grande, XV, n.99, 2012. Disponível em:
<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11413>. Acesso em 01 fev.2016.

GOMES, Henrique. **À beira do buraco negro**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/209155-a-beira-do-buraco-negro.shtml>>. Acesso em: 25 ago.2016.

GONÇALVES, N. L. **Excepcionais**. In: Enciclopédia jurídica, v. 34, São Paulo: Saraiva, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Jurgen-Habermas-Direito-e-democracia-v.II.pdf>>. Acesso em 05 ago.2016.

_____. **Faktizität und geltung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

_____. **Passado como Futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos Filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JUSBRASIL. **Estimativa aponta que número de brasileiros homossexuais já chega a 17,9 milhões**. 2009. Disponível em: <<http://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/145829/estimativa-aponta-que-numero-de-brasileiros-homossexuais-ja-chega-a-17-9-milhoes>>. Acesso em 10 ago.2016.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

LE MOS, Ronaldo. **Medo da inteligência artificial**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tec/216736-medo-da-inteligencia-artificial.shtml>>. Acesso em: 19 ago.2016.

LOPES, Reinaldo José. **Intérpretes viscerais do casal abraçam clichês ao falar de ciência**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/205906-interpretes-viscerais-do-casal-abracam-cliches-ao-falar-de-ciencia.shtml>>. Acesso em: 02 set.2016.

_____. **O evangelho da criação**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saudeciencia/223394-o-evangelho-da-criacao.shtml>>. Acesso em 17 ago.2016.

LOZANO, José Carlos. **Hacia la reconsideración del análisis de contenido en la investigacion de los mensajes comunicacionales**. In: RUIZ, Enrique Sanches; BARBA, Cecilia Cervantes (Org.). Investigar la comunicación: propuestas iberoamericanas. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1994.

LUCHI, José Pedro. **Tensão entre autonomia privada e pública**. Revista de Informação Legislativa. Brasília/DF, v. 47, n. 185, p. 57-69, 2010.

LUNARDI, S.R.G.; COELHO, T.C.C. As incompatibilidades e incoerências da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana e da Lei de Reserva de Mercado para Pessoas Portadoras de Deficiência. p. 469-492. In: ARAUJO, Luiz Alberto David (Coord). **Direito da pessoa portadora de deficiência: uma tarefa a ser completada**. Bauru: EDITE, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O assassinato de um idoso aleijado**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/219488-o-assassinato-de-um-idoso-aleijado.shtml>>. Acesso em: 06 ago.2016.

MARKOFF, John. **Máquinas se atrapalham com tarefas que os humanos acham simples**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2015/06/1641636-maquinas-se-atrapalham-com-tarefas-que-os-humanos-acham-simples.shtml>>. Acesso em 17 ago.2016.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Os meios de comunicação na Esfera Pública**. Revista Líbero. Ano XI, número 21, 2008.

MARQUES, Jairo. **A escola dos lindos**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/235638-a-escola-dos-lindos.shtml>>. Acesso em: 10 ago.2016.

_____. **Nosso estranho amor**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/213293-nosso-estranho-amor.shtml>>. Acesso em 08 ago.2016.

_____. **O gosto ácido da discriminação**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/222932-o-gosto-acido-da-discriminacao.shtml>>. Acesso em 05 ago.2016.

_____. **Porta-padrão**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/209499-porta-padrao.shtml>>. Acesso em 08 ago.2016.

MARTINS, Clélia Aparecida. **Normas: o estabelecimento dos Direitos Humanos**. Trans/Form/Ação, Marília/SP, v. 36, p. 121-148, 2013. Edição especial.

MENEZES, Thales. **DVDs e Blu-Rays**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/221049-dvds-e-blu-rays.shtml>>. Acesso em: 18 ago.2016.

NAPOLITANO, C.J. Direito fundamental à proteção e à integração social da pessoa com deficiência à luz do texto constitucional. In: CAPELLINI, V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P.R. **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da educação inclusiva**. Bauru-SP: Unesp, 2010.

NOGUEIRA, Salvador. **As estranhas afirmações de Hawking**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/207498-as-estranhas-afirmacoes-de-hawking.shtml>>. Acesso em: 01 set.2016.

_____. **Finalmente Plutão.** Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/226215-finalmente-plutao.shtml>>. Acesso em: 17 ago.2016.

O ESTADO DE S.PAULO. **Brasil tem 45,6 milhões de deficientes.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-45-6-milhoes-de-deficientes,8934242012>>. Acesso em: 01 fev.2016.

OLIVA, Daigo. **Safra de concorrentes ao prêmio desfila personagens obcecados.** Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/204127-safra-de-concorrentes-ao-premio-desfila-personagens-obcecados.shtml>>. Acesso em: 02 set.2016.

OLIVEIRA, Felipe. **Músico sem mãos tem estúdio e toca em banda de blues e rock.** Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/204555-musico-sem-maos-tem-estudio-e-toca-em-banda-de-blues-e-rock.shtml>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

OMOTE, S. **Perspectivas para conceituação de deficiências.** 1994. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art11.pdf>. Acesso em: 13 jan.2016.

ONU. **Carta das Nações Unidas ou Carta de São Francisco.** 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 15 jan.2016.

PERRIN, Fernanda. **Exterminadora do futuro.** Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tec/212208-exterminadora-do-futuro.shtml>>. Acesso em: 19 ago.2016.

PILAGALLO, Oscar. **Os 90 anos da Folha em 9 atos.** 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml>>. Acesso em 04 jan.2017.

PORTAL BRASIL. **O Brasil tem quase 900 mil índios de 305 etnias e 274 idiomas.** 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idiomais>>. Acesso em 10 ago. 2016.

ROCHA, C. L. A. **Direito de todos e para todos.** Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias.** São Paulo: Experimento, 1996

SANTOS, Y.B.S.; OLIVEIRA, E.G. **O princípio da igualdade e a pessoa com deficiência.** Revista de Ciências Humanas. Volume 11. n. 2, p.429-440, 2011. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo5evol11-2.pdf>>. Acesso em: 01 fev.2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** In. Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados, ano I, n. 1, 1º sem. 2003, p. 8-11. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em 08 ago.2016.

SCHWARTSMAN, Hélio. **Pensadores eretos**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/224264-pensadores-eretos.shtml>>. Acesso em: 17 ago.2016.

SCHUMACHER, Aluisio Almeida. **Comunicação e democracia: fundamentos pragmático-formais e implicações jurídico-políticas da teoria da ação comunicativa**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp, 2000.

SEGALLA, J.I.S.F.; ARAUJO, L.A.D. **A utilização do novo conceito de pessoa com deficiência: uma advertência necessária**. Revista Direitos Fundamentais & Justiça. Ano 6. n.19, p.145-159, 2012.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Apontamentos sobre a relevância do conceito de liberdade comunicativa na concepção de sociedades democráticas**. In: Representação, Democracia e Controle Social. Clovis Ricardo Montenegro de Lima (org.). Rio de Janeiro: Salute, 2014.

SOUSA PINTO, Ana Estela. **Os robôs, as mulheres**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/228007-os-robos-as-mulheres.shtml>>. Acesso em: 16 ago.2016.

TRINDADE, Eliane. **De volta ao trabalho, no quarto, num piscar de olhos**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/221304-de-volta-ao-trabalho-do-quarto-num-piscar-de-olhos.shtml>>. Acesso em 18 ago.2016.

VALLONE, Giuliana. **Ator pressionou para mudar voz de físico**. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/205907-ator-pressionou-para-mudar-voz-de-fisico.shtml>>. Acesso em: 01 set.2016.

VOLPATO DUTRA, Delamar José; COUTO, Dilnéia Rochana Tavares do. **Esfera pública: contribuições para uma atualização do diagnóstico**. Problemata, João Pessoa/PB, v. 3, p. 177-199, 2012.